



Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

**A vida sem pausas: um estudo sobre a
experiência do tempo livre da mulher
contemporânea**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da
PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para a
obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica

Orientador: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2014



Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

**A vida sem pausas: um estudo sobre a
experiência do tempo livre da mulher
contemporânea**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Glaucia Ribeiro Starling Diniz

Instituto de Psicologia – UnB

Profa. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Instituto de Psicologia – UERJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

Graduou-se em Psicologia pela UNESA em 2001, Pós-graduou-se em Psicoterapia Breve pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro em 2003 e tornou-se Mestre em Psicologia pela PUC-Rio em 2008. Durante o mestrado, participou da pesquisa “Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos”; no doutorado, participou da pesquisa “O dia de 24 horas não é mais suficiente: o tempo na vida da família contemporânea”, ambas coordenadas pelo prof. Bernardo Jablonski. Atua ainda como Psicóloga Escolar.

Ficha Catalográfica

D'Elia, Tatiana Charpinel Pereira

A vida sem pausas: um estudo sobre a experiência do tempo livre da mulher contemporânea / Tatiana Charpinel Pereira D'Elia : orientador: Terezinha Féres-Carneiro. – 2014.

167 f. : 30 cm

Tese (doutorado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Tempo. 3. Mulher. 4. Gênero. 5. Maternidade. 6. Trabalho. 7. Lazer. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título

CDD: 150

Para os meu filhos Luca e Ananda,
que me mostraram o valor do tempo.

E para o Bernardo Jablonski,
que apesar de apressado, nunca perdeu a graça.

Agradecimentos

Às participantes deste estudo, por terem compartilhado comigo suas histórias, suas alegrias e suas angústias. E por terem me dado um pouco daquele que é um dos maiores bens que uma pessoa possui: seu tempo.

À minha orientadora, Terezinha Féres-Carneiro, por ter me recebido, já no meio do curso, com tanto carinho, paciência e competência.

Ao saudoso mestre e amigo Bernardo Jablonski, por ter me aceitado como sua doutoranda e por ter contribuído tão generosamente para este estudo em sua fase inicial.

Às professoras Andrea Seixas Magalhães, Maria Inês Bittencourt, Edna Ponciano e Glaucia Diniz pela gentileza de terem aceitado o convite para ler o trabalho e fazer parte da banca examinadora.

Aos funcionários da secretaria do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, em especial, Marcelina Andrade e Vera Silva, pela boa vontade e amizade.

À minha família pelo apoio e incentivo durante esses quatro anos, em especial ao meu marido Giovanni e aos meus filhos Ananda e Luca, pelo amor e pela compreensão com as minhas ausências.

Aos colegas do doutorado pela torcida, pelo companheirismo e pelos momentos divertidos que compartilhamos ao longo do curso.

À CAPES e à PUC pelo fornecimento das bolsas, sem as quais este estudo não poderia ter sido realizado.

Resumo

D'Elia, Tatiana Charpinel; Féres-Carneiro, Terezinha. **A vida sem pausas: um estudo sobre a experiência do tempo livre da mulher contemporânea.** Rio de Janeiro, 2014. 167p. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas tornou a experiência do tempo acelerada, afetando os momentos de lazer e ócio, necessários ao equilíbrio do organismo e ao bem-estar. A mulher atual, embora inserida no mercado de trabalho, ainda é a principal responsável pelos cuidados com os filhos e com a casa. Seu tempo livre é reduzido, frequentemente destinado ao cumprimento de tarefas pendentes ou ao lazer em família. Esse lazer empobrecido ou fragmentado por atividades de trabalho não se revela satisfatório, favorecendo o surgimento de ansiedade, preocupação e frustração. Com o objetivo de investigar a qualidade do tempo livre da mulher que é mãe e possui trabalho remunerado, realizamos um estudo com vinte mulheres das camadas médias da cidade do Rio de Janeiro. Dos relatos obtidos, quatro temas principais emergiram, envolvendo: o tempo para si; o tempo “do outro”; gênero e o direito ao lazer; e a relação entre ócio e sentido. O aumento das necessidades de consumo, que leva as mulheres a dedicar muitas horas diárias ao trabalho remunerado, e seu forte comprometimento com o papel de mães dificultam o desfrute de tempos “para si”, o que repercute negativamente no seu bem-estar e saúde. Além disso, seu pouco tempo de lazer é frequentemente utilizado em atividades de cuidados pessoais, especialmente voltadas para o embelezamento, que também são, de certo modo, obrigatórias, não fornecendo, assim, os benefícios esperados de um tempo realmente livre.

Palavras-chave

Tempo; mulher; maternidade; gênero; trabalho; lazer.

Abstract

D'Elia, Tatiana Charpinel Pereira; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Life without pauses: a study of free time experience of contemporary woman.** Rio de Janeiro, 2014. 167p. Thesis. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The centrality of work in contemporary societies has accelerated the experience of time, affecting moments of leisure and idleness, necessary to balance the body and provide well being. Modern women, although participating in the labor market, are still the main ones responsible for the caring of children and home. Their free time is reduced, often addressed to the fulfillment of pending tasks or family leisure. This poor leisure, fragmented by activities that are not leisure, does not appear to be satisfactory, leading to the emergence of anxiety, worry and frustration. In order to investigate the quality of free time of mothers who also have a paid job, we conducted a study with twenty women of the middle classes of the city of Rio de Janeiro. Of the reports obtained, four main themes emerged, involving: time for yourself, time for "others"; gender and the entitlement to leisure, and the relationship between idleness and sense. Increased consumption needs, that leads women to dedicate longer hours to paid work, and their strong commitment to the role of mothers prevents them from experiencing time for themselves, which reflects negatively on their well-being and health. Moreover, the few leisure time they can afford, is largely used in personal care activities, especially focused on beautifying, which are also, in a sense, mandatory, thus not providing the expected benefits of a time that is actually free.

Keywords

Time; woman; motherhood; work; leisure.

Sumário

1. Introdução	11
2. Mulher, Individualismo e relações de gênero	17
2.1. Da família colonial à modernidade	18
2.2. A família colonial e o poder do pai	18
2.3. A família burguesa e o enfraquecimento do patriarcado	20
2.4. A Revolução Francesa e o Individualismo	23
2.5. A 1ª modernidade e o Individualismo da igualdade	25
2.6. A família centrada nos filhos	27
2.7. A divisão entre público e privado e a transformação da mulher em mãe	31
2.8. A emancipação feminina	37
2.9. Individualismo da singularidade: 2ª Modernidade	39
2.10. A igualdade e seus impasses	41
2.11. Individualismo no Brasil	43
3. A aceleração do tempo e o modo de vida contemporâneo	46
3.1. O tempo através dos tempos	47
3.2. A relação entre o lazer e o bem-estar	53
3.2.1. Lazer, ócio e tempo livre: diferenças que fazem diferença	55
3.2.2. A influência do trabalho no lazer	58
3.2.3. O direito ao ócio	62
3.2.4. Ócio e sentido	64
4. Trabalho, filhos e cuidados pessoais: forças contra o tempo livre da mulher contemporânea	73
4.1. Pesquisas de usos do tempo sob a perspectiva de gênero	73
4.2. Tempo, relações de gênero e divisão sexual do trabalho	76
4.3. As relações contemporâneas e a relação com o “outro”	81
4.4. Novos direitos, novos conflitos	87
4.5. Desvalorização da vida privada e centralidade do tempo do trabalho	90

4.6.Trabalho e lazer	94
4.7. Filhos e lazer	97
4.8. Cuidados pessoais: lazer ou trabalho?	102
4.8.1. Corpo e consumo	103
4.9. Diferença de gênero no lazer	107
5. Método	113
5.1. Sujeitos	113
5.2. Procedimentos	116
5.3. Análise e discussão de dados	117
5.3.1.Tempo livre: tempo para si?	119
5.3.2. Tempo que é do outro: o tempo livre real	126
5.3.3. As diferenças de gênero no lazer	132
5.3.4 A relação entre ócio e sentido	143
6. Considerações finais	152
7. Referências bibliográficas	158
Anexo 1	165
Anexo 2	166
Anexo 3	167

1.

Introdução

O ritmo de vida acelerado é uma realidade nos grandes centros urbanos ao redor do mundo. Viver superocupado parece necessário e inevitável no mundo de hoje, de possibilidades infinitas. A sensação de se estar sempre com pressa afeta um grande número de pessoas, e tem consequências para a mente e para o corpo. Transtornos de ansiedade, hipertensão, úlcera, problemas coronarianos, entre outros, estão associados a esta sensação crônica de urgência comumente experimentada pelos habitantes das cidades.

Cada vez mais, cientistas sociais discutem a relação da percepção do tempo com o bem-estar. Segundo Levine (1997), o tempo se tornou o bem mais precioso da atualidade. A falta de tempo foi apontada como um problema por 40% dos americanos em um artigo publicado pelo Wall Street Journal em 1996. Neste estudo, tempo foi considerado mais valioso do que comida, água, abrigo, saúde ou estar livre de guerras.

Este estilo de vida, no entanto, foi criado aos poucos. A Revolução Industrial foi o evento que determinou uma aceleração do ritmo da vida sem precedentes na história da humanidade. Visando à produtividade, as formas antigas de vida, mais relaxadas e contemplativas, foram progressivamente sendo substituídas por um viver focado na eficiência, modificando definitivamente a relação do homem com o tempo, que se tornou o bem mais precioso da vida moderna (Levine, 1997).

O problema de falta de tempo é, na maioria das vezes, um problema perceptual. O tempo psicológico, ou tempo interno, é a nossa percepção ou sentido interior da passagem dos eventos. Bittman & Wajcman (2000) observam que a percepção de que o tempo se tornou escasso e mais acelerado afeta especialmente as mulheres, que são prejudicadas pela distribuição desigual do trabalho não-remunerado. De acordo com a literatura feminista, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, ocorrida no final dos anos de 1960, as teria levado a

acumular funções, uma vez que o aumento da participação dos homens no ambiente doméstico não ocorreu na mesma velocidade. Nesta ótica, a conhecida dupla jornada de trabalho sobrecarregaria tanto física como emocionalmente as mulheres, sendo responsável pela diminuição de sua saúde e qualidade de vida. Bittman e Wajcman (2000) constataram que mesmo em sociedades avançadas as famílias ainda exibem um padrão de especialização do trabalho de acordo com o gênero. O trabalho com a casa e o cuidado com os filhos continuam sendo considerados trabalho de mulher, enquanto os homens continuam mais voltados para o trabalho remunerado.

No Brasil, diversos estudos (Jablonski, 1998, 2003; Araújo e Scalon, 2005; Rocha-Coutinho, 2007) confirmam a percepção de que, apesar das mudanças ocorridas nas relações de gênero no século XX, que levaram à ampla aceitação de uma maior igualdade entre homem e mulher, no âmbito doméstico ainda se mantém a tradicional divisão sexual do trabalho. De acordo com Jablonski (2007), mesmo mulheres com alto nível de escolaridade, ligadas aos ideais pós-modernos, parecem ter sido afetadas por uma socialização mais tradicional, no que diz respeito à divisão das tarefas no lar. O autor salienta que ocorre uma tendência para o desempenho de papéis mais tradicionais nas relações homem-mulher, sobretudo após o nascimento do(s) filho(s), a despeito de possíveis atitudes igualitárias que pudessem existir anteriormente.

O estresse e as dificuldades envolvidas na conciliação entre maternidade e trabalho, notadamente maiores quando os filhos ainda são pequenos, levam muitas mulheres a diminuir o ritmo de trabalho, ou até abandonar completamente suas carreiras. Em nossos estudos anteriores, realizados no Programa de Pós-graduação de Psicologia da PUC – Rio, que resultaram na dissertação de mestrado intitulada “Mulher, maternidade e trabalho: dilemas contemporâneos”, entrevistamos mulheres que se afastaram de suas carreiras para melhor se dedicar aos filhos. A necessidade de disporem de mais tempo – com os filhos, cônjuges, amigos, e tempo para si - foi apontada como o fator de maior peso na decisão que tomaram de abrir mão da vida profissional. O

aumento da quantidade de tempo livre que disponibilizaram estando longe do trabalho teria, segundo os relatos, contribuído para uma sensação maior de felicidade e bem-estar.

No entanto, para a maior parte das mulheres, atuar no mercado de trabalho é importante na medida em que provê não só recursos, mas também um senso de valor e uma definição de si mesmas fora do ambiente doméstico. Assim, a grande maioria acaba se desdobrando para atender às constantes demandas da vida profissional e da vida privada, vivendo em um estado em que se sentem pressionadas pelo relógio, inadequadas a respeito do tempo que passam com os filhos, com os maridos, e com elas mesmas.

O termo inglês *harriedness* expressa a sensação subjetiva de falta de tempo à qual estamos nos referindo. Muito utilizado na literatura sobre o tempo, o termo é de difícil tradução, porém de acordo com Southerton (2003), *harriedness* pode ser relacionado com um estado de ansiedade permanente causado pelas intensas demandas relativas à administração do tempo nas atividades diárias, que vem afetando os indivíduos contemporâneos, e em especial, como salienta o autor, as mulheres.

Bittman e Wajcman (2000) observaram que as pessoas tendem a se sentir mais apressadas quando o lazer é: 1) contaminado por atividades que não são de lazer; 2) sofre frequentes interrupções; ou 3) é ditado pelas necessidades das crianças, como é o caso da maioria das mulheres com filhos. Desse modo, a experiência das mulheres com o tempo livre seria qualitativamente diferente, menos livre do que a experiência dos homens, e não somente menor, conforme sugerem alguns estudos.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Mattingly e Bianchi (2003) apontam que os homens, mesmo após estarem casados, mesmo após serem pais, experienciam uma sensação subjetiva de maior benefício do seu tempo livre do que as mulheres. Segundo os autores, os homens percebem a experiência com crianças primordialmente como uma oportunidade de brincar, enquanto para as mulheres, a experiência está mais relacionada a uma ocasião para cuidar. As mulheres, mais do que homens, se preocupam com o trabalho por fazer e com questões

familiares durante seu tempo livre, portanto suas atividades durante esse tempo podem não ser tão revigorantes quanto são para os homens.

No Brasil, a mulher de classe média conta com uma rede de apoio aparentemente maior do que em países como os EUA, onde vem sendo realizada grande parte dos estudos sobre o uso do tempo. Aqui, é comum encontrarmos famílias nas quais as avós cuidam dos netos enquanto as mães trabalham, e muitos lares de classe média e alta contam com os serviços de empregadas domésticas e babás, o que diminui consideravelmente o tempo gasto com os afazeres no lar. Curiosamente, a exemplo das americanas, as brasileiras também vêm relatando, em diversas investigações (Jablonski, 1998, 2003; Rocha-Coutinho, 2007, 2008; Cyrino, 2009), grande estresse relacionado à falta de tempo, devido às múltiplas tarefas as quais precisam realizar.

A maioria das pesquisas que discute a jornada de trabalho feminina (Bruschini, 2006; Rocha-Coutinho, 2007) aborda a questão sob a ótica do mercado e do trabalho, tendo como objetivo principal otimizar a capacidade produtiva da mulher, liberando-a para a força de trabalho, ignorando seus efeitos deletérios sobre o tempo para a reprodução social. Nosso estudo parte do pressuposto de que a centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas acarretou uma desvalorização do trabalho não remunerado realizado no âmbito doméstico, tornando o tempo social subordinado ao tempo econômico. Segundo a discussão de gênero, esta hierarquia de “tempos” tem implícita a aceitação da dominação do tempo masculino sobre o feminino, se considerarmos serem os homens os maiores responsáveis pelo tempo remunerado. Assim, todas as atividades de trabalho não remunerado exercidas pelas mulheres no espaço privado tornam-se “além de invisíveis, reguladas pela organização do tempo do homem” (Schouten, 2012).

A força do discurso capitalista da produtividade, que, juntamente com uma tendência ao consumismo desenfreada, justificam um investimento cada vez maior no tempo econômico, esbarram na necessidade de um tempo de descanso físico e mental que deve acontecer dentro das 24 horas do dia, fazendo emergir uma tensão na alocação do tempo diário de homens e mulheres.

Estes dados salientam, de acordo com Dedecca (2004), a complexidade na determinação do tempo econômico para as mulheres. Na visão do autor, uma regulação social sobre o uso do tempo que leve em consideração somente o tempo econômico, garantindo o amplo acesso da mulher ao mercado de trabalho, provoca a redução do seu tempo livre, porque aumenta seu tempo de trabalho total (trabalho remunerado + não remunerado).

A partir dessas considerações, faz-se necessário, portanto, conceituar o que estamos chamando de tempo livre. Em seus estudos sobre o tempo, Martins (2008) parte do pressuposto de que as distintas formas de pensar, agir, sentir e estabelecer o tempo seguem padrões culturais. Assim, elabora quatro tipos fundamentais de tempo social: o tempo psicobiológico, que é um tempo individual e se refere às necessidades psíquicas e biológicas; o tempo socioeconômico, empregado para suprir necessidades econômicas; o tempo sociocultural, voltado para a sociabilidade dos indivíduos; e o tempo livre, que se caracteriza por ações realizadas com maior liberdade e autonomia. Este último, de acordo com o autor (2008), deveria ser o tempo social utilizado de maneira mais criativa, livre de quaisquer tipos de obrigações.

Segundo Roberts (2006), tempo livre é o tempo que não é passado no trabalho, realizando tarefas domésticas, ou o tempo dedicado a cuidados pessoais como dormir, tomar banho e comer. O autor chama atenção para as 'áreas cinzas' – atividades que muitos experienciam como lazer, outras como trabalho. De maneira geral, todos os autores concordam que os atributos principais do tempo livre são liberdade de escolha, motivação intrínseca e satisfação com a experiência. Estes são, portanto, os parâmetros que serão utilizados no presente estudo.

Pretendemos, nesta investigação, direcionar nosso olhar para além da questão da dupla jornada, buscando compreender se, e de que modo, as múltiplas demandas impostas às mulheres contemporâneas interferem na sua capacidade e/ou possibilidade de usufruir de seu tempo livre, aqui entendido como primordial para a manutenção da saúde e do bem-estar.

Iniciamos nossa revisão da literatura fazendo uma breve retrospectiva da família brasileira desde o período da colonização,

discutindo as transformações que marcaram a história da família, como o enfraquecimento progressivo do patriarcado e a entrada no período industrial.

Tais mudanças repercutiram diretamente no papel da mulher dentro da sociedade: no modelo patriarcal tradicional, as mulheres estavam presas ao domínio doméstico e serviam à família. Participavam do domínio da produção, mas não eram reconhecidas e, como não tinham acesso à educação e aos meios econômicos, eram totalmente dependentes dos homens. Com a introdução dos ideais românticos e burgueses na sociedade, e também a partir da valorização da maternidade, elas começaram a se educar, passando a reivindicar uma mudança de status social.

O processo de Individualização da sociedade, que introduziu o debate sobre a igualdade e, mais tarde, levou à reivindicação do direito à singularidade, esteve por trás dos movimentos feministas, que surgiram durante os anos 1960 e 1970. Tal processo, contudo, trouxe impasses para o interior da família, especialmente no que se refere ao lugar que a mulher ocupa no âmbito privado. Assim, discutiremos os fatores que estariam influenciando na permanência da configuração tradicional no espaço doméstico, e sua relação com o tempo da mulher. Para tanto, recorreremos a Dumont (1985, 1979), Singly (2007), Costa (1979), Da Matta (1987), Ariès (1978), Bourdieu (1979, 1999), Goldenberg (2008), Rocha-Coutinho (1994) e Therborn (2006), entre outros.

No capítulo 3 analisaremos os impactos do processo de aceleração do tempo, que se iniciou com a Industrialização, sobre a vida dos indivíduos contemporâneos, a partir, principalmente, do pensamento de Kehl (2009), Elias (1998), Benjamin (2008), Bergson (2006), Levine (1997) e Robinson e Godbey (1997). Realizaremos uma distinção importante para o contexto deste estudo entre ócio, tempo livre e lazer, utilizando os aportes teóricos fornecidos por Parker (1976), Schouten (2012) e Aquino e Martins (2007), e veremos como o conceito de ócio foi deturpado pela ideologia capitalista, que tem na “produtividade” seu valor maior, levando os indivíduos a cultivarem um estilo de vida marcado pela premência do “fazer”, que tem reflexos negativos na subjetividade.

No capítulo quatro discutiremos, a partir das contribuições de Dedecca (2004), Araújo e Scalon (2005), Ramos (2009), Oliveira (2004), Lasch (1997) e Mizrahi (2004), de que maneira o trabalho e os filhos interferem no tempo livre da mulher. Diferente do que ocorre na maioria dos estudos atuais sobre mulher e trabalho, em nossas considerações fazemos uma crítica ao mundo do trabalho, por considerarmos que sua estrutura, baseada na dedicação integral, fundamenta-se em uma desvalorização marcante do espaço privado. Assim, impede não só as mulheres, mas também os homens de prover assistência adequada em termos de cuidados, afeto e educação aos filhos. Os itens finais do capítulo são dedicados à análise, apoiada nas ideias de Bittman e Wajcman (2000), Fisher (2001) e Lipovetsky (2004, 2009), das diferenças de gênero no desfrute do tempo livre e à discussão acerca da utilização deste tempo, por parte das mulheres, para atividades de cuidados pessoais.

A pesquisa propriamente dita está descrita no capítulo cinco, onde a metodologia é apresentada e justificada. Foram entrevistadas vinte mulheres que além de mães, estão inseridas no mercado de trabalho. As entrevistas foram semi-abertas, permitindo que as participantes se expressassem livremente sobre os temas propostos.

Após análise dos conteúdos, conforme proposta por Bardin (2011), foram definidas quatro categorias, que emergiram das próprias falas das participantes. No quinto capítulo, apresentamos os resultados e a discussão acerca dos temas.

Finalmente no sexto capítulo estão expostas as considerações finais, que abrangem as conclusões de nossa pesquisa sobre a qualidade do tempo livre da mulher no contexto da contemporaneidade.

2.

Mulher, Individualismo e relações de gênero

A relação da mulher atual com o tempo é atravessada por transformações históricas que impactaram profundamente seu modo de estar no mundo. A entrada no mercado de trabalho, o desenvolvimento de métodos contraceptivos e a diminuição do número de filhos foram eventos relativamente recentes, que liberaram a mulher para o mundo das escolhas. Esta liberação, no entanto, trouxe consigo novos impasses, e a necessidade de se discuti-los.

Para falar sobre o tempo da mulher na contemporaneidade é preciso falar de mudanças no contexto social, anteriores às referidas acima, que ocorreram de forma contínua e acelerada. A exacerbação do individualismo aliada aos ideais igualitários conduzem à negação da hierarquia como elemento estruturante social (Dumont, 1985), que legitima a constituição de modos de vida marcados pela liberdade e pela “escolha”.

A revolução na organização do trabalho provocada pelo capitalismo promoveu a separação radical do espaço público e do privado. A inclusão da mulher em ambas as esferas se deu de modo contraditório, de modo que a condição feminina passou a sofrer de uma ambiguidade: a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera pública e de sua desigualdade enquanto mulher, na esfera doméstica (Durham, 1983; Araújo e Scalon, 2005).

Para a mulher, a articulação da sua liberdade, conquistada enquanto indivíduo na esfera pública, e a manutenção da hierarquia dentro do ambiente doméstico é tensa, e tem como repercussão a manutenção da divisão sexual do trabalho, responsável pela dupla jornada de trabalho feminino, bem como a diminuição e o empobrecimento do seu tempo livre. Estes temas serão, assim, abordados a seguir.

2.1.

Da família colonial à modernidade

As representações construídas sobre os gêneros e os papéis atribuídos a homens e mulheres se reproduzem na sociedade por meio de estereótipos, que têm origem nos conteúdos transmitidos de uma geração a outra ao longo da história. Por isso, para se compreender a experiência de pessoas de uma geração, é preciso saber um pouco do que se passava com as gerações anteriores a elas.

A fim de adquirir uma melhor compreensão das questões que se apresentam para a mulher contemporânea no contexto da família e do trabalho, neste capítulo pretendemos apresentar um breve panorama da história da família e da mulher no Ocidente, partindo da análise da família antiga, acompanhando o período que marcou a entrada na modernidade - período histórico em que tanto a família quanto a posição da mulher se transformaram profundamente. Analisaremos ainda os impasses entre igualdade e hierarquia na sociedade brasileira e seus impactos sobre a dupla jornada feminina de trabalho.

2.2.

A família colonial e o poder do pai

A família brasileira do período da colonização portuguesa, conforme descrito por Freyre (1961; 1973), formou-se a partir do modelo patriarcal, no qual o homem detinha plenos poderes sobre a economia, a sociedade, os parentes, os filhos e a esposa.

Influenciada por valores conservadores e religiosos trazidos de Portugal pelos colonizadores, a família no Brasil colônia, segundo Da Matta (1987), era o alicerce indispensável, sem o qual não era possível sobreviver socialmente. Aquele que não fizesse parte de algum círculo familiar era mal visto, renegado ou desprovido de prestígio, o qual dependia única e exclusivamente dos laços familiares.

A família patriarcal colonial, também descrita como extensa - uma vez que estimulava a solidariedade entre os parentes - era composta de

duas estruturas: o núcleo e a periferia. No núcleo – a casa-grande – viviam o dono da casa com a esposa, sua prole legítima, os ajudantes e os escravos. Na periferia, viviam as pessoas que possuíam com o proprietário da fazenda laços de parentesco, concubinato, trabalho, amizade, e ainda seus filhos bastardos – o que era bastante comum e socialmente tolerado. O núcleo doméstico, além de acumular as funções econômicas, sociais e políticas mais importantes, dava assistência à população, atraindo as pessoas e fazendo expandir a periferia, o que era de interesse do patriarca, uma vez que o seu prestígio era medido pelo número de pessoas que se encontravam sob sua influência (Samara, 1983).

O espaço urbano também era dominado pelas famílias rurais, que se apropriavam das terras de acordo com sua comodidade. Conforme assinala Costa (1979), o próprio crescimento das cidades obedecia aos ciclos da produção rural. O estímulo à solidariedade entre os membros da família extensa funcionava como um dispositivo de poder através do qual os senhores exercitavam sua influência, criando uma massa de protegidos e afilhados que eram obrigados a agir de acordo com os interesses do latifúndio, mostrando, assim, gratidão.

Os papéis sexuais eram bem delimitados: o marido, autoridade absoluta, era o responsável pela proteção e sustento da família. A mulher, responsável pela organização da casa e pelos cuidados com o marido e os filhos, ficava restrita ao ambiente doméstico, onde exercia suas (inúmeras) funções. Servia de médico, enfermeiro, sacerdote e professor (Rocha-Coutinho, 1994). Gerenciava a “pequena empresa” que era a casa brasileira no período colonial (Costa, 1979), onde se fabricava a maior parte dos utensílios domésticos e objetos pessoais de que a família necessitava. Era ainda a responsável pelas datas comemorativas e pela manutenção das alianças familiares. Dividindo a mesma opinião com Samara (1983), Rocha-Coutinho (1994) salienta que essa multiplicidade de funções que a mulher acumulava conferia-lhe certo status, relativizando a imagem de submissão e passividade da mulher brasileira, observada por Freyre (1973). A mulher-mãe, encerrada na figura da matriarca, assinalava o poder feminino - embora

hierarquicamente subordinado ao poder masculino – no espaço doméstico. Nesse sentido, pode-se dizer que marido e mulher possuíam papéis distintos e complementares.

Os relacionamentos íntimos eram marcados pelo distanciamento emocional. A casa colonial, com muitos cômodos e residentes, além de inúmeros escravos - que muitas vezes eram os responsáveis por tarefas ligadas à intimidade física, como a higiene e a amamentação dos recém-nascidos - eram verdadeiros obstáculos à intimidade. A posição de autoridade absoluta do pai afastava-o emocionalmente do resto da família. “As relações sentimentais eram, em consequência, dispensáveis” (Costa, p.96, 1979)

O desenvolvimento econômico ocorrido no sudeste do país no final do século XVII (devido à descoberta de minas de ouro na região) deflagrou mudanças econômicas importantes que afetaram a sociedade colonial e seu estilo de vida. O crescimento dos núcleos urbanos fez surgir novas organizações familiares, menos ligadas às tradições do que a família patriarcal colonial: aumento de casos de concubinato, famílias chefiadas por mulheres, maior número de celibatários são alguns exemplos. No próximo item discutiremos como essas mudanças afetaram a estrutura da família.

2.3.

A família burguesa e o enfraquecimento do patriarcado

A família extensa descrita por Freyre (1951, 1973) não deve ser utilizada como a única representação possível da família brasileira. Segundo Samara (2002), outras configurações familiares coexistiam com o modelo patriarcal, mais característico das áreas de lavoura canavieira nordestinas.

A família paulista apresentava uma estrutura distinta daquela apresentada por Freyre (1951, 1973). Além do número reduzido de filhos, era comum que casais novos vivessem independentes de suas famílias

de origem, diminuindo a dependência e a convivência entre o núcleo familiar (pai, mãe e filhos) e a parentela. Este fato, no entanto, não enfraquecia as relações familiares, já que sobrinhos e afilhados continuavam sendo protegidos pelos tios. Apesar de fortes, estas relações não eram organizadoras do núcleo doméstico, a exemplo da família latifundiária patriarcal. A organização da família paulista girava muito mais em torno das ligações de trabalho, por isso era mais comum a presença de agregados e escravos - que desempenhavam uma série de funções - do que parentes.

Na visão de Costa (1979), contudo, o modelo de família latifundiária patriarcal serviu de modelo para todas as organizações familiares encontradas no Brasil “mesmo sem terra, mesmo sem propriedades” (Costa, p.47, 1979). O autor defende que, especialmente no que diz respeito às camadas médias da população, o comportamento dos integrantes das famílias irá repetir de alguma forma a solidariedade familiar dos senhores.

Ainda no período do Império começaram os primeiros movimentos de modernização na sociedade brasileira. Ideias vindas da Europa produziram aqui um processo de “aburguesamento” ou “reeuropeização”, para utilizar a expressão de Freyre (1951). A vinda da família Real e seus associados (diplomatas, comerciantes estrangeiros, aristocratas, entre outros) para o Brasil acentuou as deficiências urbanas da cidade do Rio de Janeiro. As demandas criadas pelo estilo de vida e de consumo desta nova população aceleraram o ritmo econômico e transformaram o espaço urbano, deflagrando a criação de políticas públicas de controle do ambiente familiar.

Com a urbanização, as famílias, longe da parentela, passaram a viver em sobrados na cidade, muitas vezes em condições precárias de higiene. Devido à grande mobilização de pessoas e à falta de planejamento e organização, as cidades, que até meados do século XVIII não recebiam nenhuma atenção de Portugal, passaram a enfrentar sérios problemas de saúde pública. A população apresentava altas taxas de mortalidade, e era constantemente acometida por epidemias, focos de infecção e contaminação da água (Costa, 1979).

A fim de combater a desordem urbana e promover o desenvolvimento econômico, Portugal traçou uma estratégia que envolvia a atuação da medicina. A questão da salubridade, apontada pelos médicos como um problema central, foi ao encontro dos interesses da população e do Estado. A medicina social, que tinha como foco a família burguesa das cidades, buscou modificar sua conduta não só física, mas também moral, sexual e social, com o intuito de adaptá-la ao sistema econômico e político.

Criou-se então uma estrutura de especialistas (médicos, padres e economistas domésticos) para educar e aconselhar as famílias. Ao mesmo tempo, estes especialistas ajudaram a construir novos conceitos de vida familiar: desenvolviam manuais de instruções acerca todos os assuntos que pudessem interessar às famílias, desde questões de higiene, aos cuidados com as crianças e com o lar (Costa, 1979).

O crescimento da cafeicultura no sul, a proclamação da Independência em 1822 e da República, em 1889, a abolição da escravatura e o aumento da imigração foram fatores importantes que também vieram contribuir para um desenvolvimento urbano ainda maior no país (Samara, 2002).

Com a industrialização, na segunda metade do século XIX, ocorre ampla inserção das mulheres - que passam a exercer funções remuneradas combinadas às atividades domésticas - no mercado de trabalho, O patriarca vai aos poucos perdendo seu poder, obrigado a dividir sua autoridade com outras instituições de controle social, tais como o médico, o comerciante, o militar e o pequeno industrial (Samara, 2002).

A seguir, discutiremos os fatores que mais colaboraram para a erosão do patriarcado no mundo, e que também refletiram na sociedade brasileira, impulsionando grandes transformações nas relações de gênero.

Há que se considerar também que por trás das mudanças da contemporaneidade emerge uma configuração de valores individualistas. Somente considerando a centralidade do indivíduo no mundo atual que se pode compreender o sentido da vida social que se constituiu neste período, assim como o de todas as mudanças relacionadas à mulher e à

família. Deste modo, a discussão será marcada pela associação do individualismo ao contexto histórico da queda do patriarcado.

2.4.

A Revolução Francesa e o individualismo

A história da modernidade no mundo ocidental guarda profunda relação com o processo de instituição do individualismo como valor maior na sociedade. Embora este processo tenha sido construído ao longo da história, a Revolução Francesa, ocorrida no século XVIII, pode ser considerada uma referência central para o seu surgimento.

A Revolução Francesa rompeu com ideais patriarcais, que até então dominavam a ordem social e tornavam as pessoas submetidas à ordem do “pai”, representado na figura do próprio pai, do rei, ou de Deus. De acordo com Therborn (2006), “no começo de nossa história, todas as sociedades importantes eram patriarcais. Não havia uma única exceção (Therborn, p.33, 2006)”.

Segundo Badinter (1986), o fim do século XVIII e início do século XIX foram marcados por uma crise do “transcendental” em nome da primazia do indivíduo. A morte de Deus – proclamada por filósofos como Marx e Nietzsche, como condição necessária à libertação da humanidade – pôs em xeque a hegemonia do gênero masculino como paradigma do sujeito universal metafísico. Questionando a hierarquia de poder dentro da sociedade, a Revolução Francesa veio, segundo a autora, anunciar a morte do rei, a morte de Deus, e também do pai. O pai herói e guerreiro dos tempos arcaicos seria, de acordo com Roudinesco (2003), a encarnação familiar de Deus. Com a relativização da soberania de Deus, a figura do pai enfraqueceu-se ou, nos termos da autora, domesticou-se.

O ato de decapitação do então Rei da França, o Rei Louis XVI - alguém que se distinguia dos outros por motivo de pertencimento à linhagem familiar - simbolizou a emancipação de todos os indivíduos e a libertação da ordem social estabelecida que pressupunha obediência e pertencimentos dos quais não se tinha controle. O lema da revolução: “liberdade, igualdade e fraternidade”, veio substituir o antigo “submissão,

hierarquia e paternidade”. Marco no processo de individualização política, que serviu de base para a formação do conceito de cidadania; a Declaração dos Direitos dos Homens e a instituição do valor do individualismo tornam-se base das sociedades ocidentais modernas.

Contudo, as reformas indicadas no discurso revolucionário tardaram a se concretizar, o que ocorreu somente por volta do ano de 1900, com mudanças institucionais e econômicas que contribuíram para o enfraquecimento do patriarcado do mundo: o crescimento da classe proletária, a urbanização e a industrialização. O pai proletário não possuía terras ou propriedades para transmitir a seus filhos, portanto seu poder era menor, além do mais estava subordinado aos donos dessas terras. A urbanização, pela sua heterogeneidade, escapava do controle social, desafiando as autoridades tradicionais. Já a separação entre o lugar do trabalho e a residência ocorrida com a industrialização, também fez diminuir significativamente o controle paterno (Therborn, 2006).

Singly (2007) distingue dois períodos na história do individualismo: o primeiro, denominado 1ª modernidade, situa-se da metade do século XIX até os anos 1960; o segundo, a 2ª modernidade, dos anos 1960 até hoje. A 1ª modernidade se baseia na noção de um individualismo abstrato, racional, universal, quantitativo; a 2ª modernidade, por sua vez, relaciona-se com a ideia de um individualismo concreto, emocional, único, qualitativo. Tal distinção é baseada em duas concepções de individualismo - a concepção de “igualdade” e a concepção de “singularidade”. A conciliação desses dois tipos de individualismo é o que caracteriza a concepção de indivíduo na contemporaneidade. Trata-se de uma conciliação tensa, já que a noção de igualdade de todos não conduz naturalmente à ideia de singularidade de cada um, porém a compreensão da contemporaneidade se situa nestes dois aspectos.

2.5.

A 1ª modernidade e o Individualismo da igualdade

A Revolução Francesa determinou a passagem da sociedade holista - onde os indivíduos são definidos pelo pertencimento aos laços familiares – para uma sociedade individualista, na qual o indivíduo possui valor independentemente da rede que o cerca. De acordo com Singly (2007), o início da modernidade caracteriza-se por uma maior abertura para o indivíduo, considerado agora a verdadeira “célula de base da sociedade” (Singly, p.169, 2007), no lugar da família. Nesse modelo, o objetivo da vida passa a ser alcançar a “individualização” - a busca de si mesmo através da emancipação dos laços herdados do parentesco. Nesse contexto, a igualdade e a liberdade surgem como valores importantes, e a sociedade passa a ser percebida como um limite ao pleno exercício da liberdade individual.

O conceito de individualismo com o sentido de igualdade foi amplamente discutido por Dumont (1985) em estudo comparativo entre a cultura ocidental e da cultura oriental. O autor faz uma distinção entre as sociedades “holistas” tipicamente tradicionais, e as sociedades “individualistas” características da modernidade. No seu entender, a ênfase no valor do indivíduo promove o igualitarismo nas relações, em oposição a um modelo cuja base fundamental é a hierarquia.

Segundo Dumont (1979), o holismo se organiza a partir de um princípio hierárquico: os sujeitos são considerados diferentes, complementares, e logicamente hierarquizados. Segundo a ideologia holista, os seres humanos são concebidos como socialmente determinados, e orientados para fins socialmente prescritos. O individualismo, por seu turno, concebe o indivíduo como um ser moralmente autônomo. O caráter social de sua natureza, nesse modelo, fica obscurecido, já que ele é considerado pré-social, ou seja, sua existência é logicamente anterior à sociedade. A ele se associam a liberdade e a igualdade, e as diferenças tendem a ser suprimidas.

A rejeição à hierarquia, na visão de Dumont (1985), que marca o início da Era Moderna, está relacionada ao “surgimento” do Deus cristão,

que representa um esforço em reduzir a distância entre o divino, ou o Mundo de Deus, e o mundano, ou Mundo Terrestre, típica das sociedades pré-modernas. Perante Deus, todos os homens são essencialmente iguais. Tal afirmação apresenta-se como um protesto contra as diferenças ou desigualdades sociais tidas como fixas, herdadas, prescritas, e a percepção de que essas diferenças justifiquem a autoridade, a riqueza e o acesso a toda sorte de privilégios.

Nesse sentido, pode-se dizer que a reivindicação igualitária que se estendeu da religião à política marca o triunfo do indivíduo, realizando a passagem do indivíduo-fora-do-mundo para o indivíduo-dentro-do-mundo, o que, de acordo com Dumont (1985), está na origem da concepção de indivíduo moderno. A ênfase que a modernidade dá ao indivíduo conduz à interiorização da moral, deslocando-a do mundo transcendental exterior para a consciência individual.

A noção de interioridade é um ponto central para a definição do individualismo moderno. Sua invenção na era moderna parte do pensamento de Santo Agostinho, que exige uma reflexividade para se descobrir Deus, até seu desdobramento em Descartes, para quem a introspecção se presta não a descobrir Deus, mas a encontrar a si mesmo. Ambas refletem uma concepção de indivíduo cuja verdade é interior a ele mesmo (Singly, 2007). Na medida em que o indivíduo emancipado, portador de profundidade interior é considerado o valor supremo da sociedade, seu englobamento pelo corpo social, característico das configurações holistas, é percebido como algo indesejável.

Embora a sociedade moderna pressuponha-se não-hierárquica e igualitária, opondo-se aos moldes da sociedade holista tradicional, ela está situada dentro da configuração tradicional, na medida em que a hierarquia é universal e estruturante da vida social. O fato de a sociedade moderna alimentar em si valores igualitários não poderia mudar essa realidade. O que ocorre é a predominância de valores, simbolizada pela ideia de englobamento, onde há um todo e um elemento do todo; o elemento faz parte do todo, porém, ao mesmo tempo, distingue-se e se opõe a ele (Dumont, 1985).

Assim, a partir da “igualdade” considera-se que todos os seres humanos são considerados iguais, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer forma de herança. Nesta concepção, cabe à sociedade oferecer a todos iguais condições para que possam ser emancipados.

Outro marco na passagem da antiguidade para a modernidade foi a modificação da relação da família com a infância, que foi amplamente discutida por Ariès (1978). Ela é importante no contexto do nosso estudo uma vez que se encontra na raiz do lugar central dos filhos na vida das famílias contemporâneas, lugar esse que determina, em grande parte, o tempo de trabalho da mulher, com reflexos diretos no seu tempo livre. Este será, assim, o tema do próximo item.

2.6.

A família centrada nos filhos

Na família antiga, como discutido por Ariès (1978), homens e mulheres trabalhavam juntos, ainda que com alguma divisão de tarefas. Porém, com o desenvolvimento do espaço privado e a modificação da relação da família com a infância, esta realidade foi profundamente transformada.

Não havia, na família medieval, limites entre trabalho e vida particular. Tudo o que uma criança aprendia lhe era transmitido através do convívio com adultos da família, nas situações cotidianas. Era através do serviço doméstico que as crianças adquiriam conhecimentos práticos e simbólicos que mais tarde utilizariam para atuar na vida social, assim, era conferida importância aos afazeres domésticos (Ariès, 1978).

Desde pequenas as crianças eram designadas à execução de tarefas. Geralmente, quem servia à mesa eram as crianças da família, e não os empregados. As escolas, naquela época, eram destinadas apenas a cléricos, não tinham função alguma na educação das crianças. Desse modo, elas viviam misturadas aos adultos, de modo que toda a transmissão cultural era realizada diretamente de uma geração a outra.

Deve-se salientar que geralmente esta aprendizagem não acontecia na casa dos próprios pais. Era costume que as crianças fossem mandadas, por volta dos 7 anos, à casa de outras famílias para que aprendessem bons modos e também um ofício. Assim, na medida em que a criança tinha pouco convívio com sua própria família, o sentimento de afeto entre pais e filhos não era alimentado.

Isso não significa, contudo, que os pais não amassem seus filhos. Porém, como salienta Ariès (2006), os adultos se ocupavam das crianças movidos por um sentimento moral e social, preocupados em introduzi-las à vida comum. Não havia nisso o sentido de resposta a um apego pessoal. Havia, sim, um tipo de sociabilidade incompatível com a formação de um sentimento de família.

A família medieval não tinha função afetiva. Sua missão era a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e o apoio mútuo quotidiano. O amor entre os membros da família até podia existir, mas geralmente não antes da família ser constituída. Quando esse sentimento existia, era criado pela convivência. Os casamentos eram “arranjados”, isto é, motivados por interesses familiares, firmados como um acordo estabelecido entre duas famílias, sem levar em consideração os desejos dos cônjuges. Tudo se passava friamente sem que precisasse haver afeto recíproco entre eles.

Ariès (2006) enfatiza que o agente mobilizador do surgimento do sentimento da família foi a preocupação dos pais com a educação das crianças. A partir do século XV, a escola deixava de ser destinada exclusivamente aos clérigos e se abria também às crianças. Com isso, elas não precisariam mais ser enviadas a outras famílias para receber instruções. Indo à escola e permanecendo o restante do tempo com seus familiares, seu lugar dentro da família foi se modificando.

Assim, entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança conquistou um lugar junto de seus pais, dando à família do século XVII sua principal característica, distinguindo-a da família medieval. Pouco a pouco, a criança foi se tornando um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação e com seu futuro. A convivência entre pais e filhos,

propiciada pela separação dos espaços da família e da escola, gerou o desenvolvimento de um clima sentimental inexistente anteriormente.

À medida em que ia-se reconhecendo a necessidade de cuidados para o desenvolvimento das crianças, as famílias passavam a se organizar em torno delas. Deste modo, as crianças foram ganhando importância dentro da família, desviando a atenção dos pais dos assuntos públicos, para os assuntos privados. Portanto, o progresso do sentimento de família e de infância foi seguido do crescimento da intimidade na família.

O clima de intimidade entre os membros da família e o fortalecimento dos seus vínculos mudou radicalmente a natureza das relações conjugais, de modo que alguma afeição entre os cônjuges foi pouco a pouco sendo esperada. Desse modo, o casamento passa a ser calcado no amor e na afinidade entre os cônjuges, concebido como um contrato de base afetiva entre ambos. Ocorre, então, uma aproximação de duas formas de amor tradicionalmente opostas: o amor conjugal e o amor apaixonado (Ariès, 1982).

A introdução da noção de intimidade na vida familiar pode ser observada pela evolução da arquitetura das casas. A casa antiga, conforme descrito por Costa (1979), contava com poucos móveis e praticamente nenhum objeto decorativo, chamando a atenção de historiadores e viajantes pela pobreza de seus ambientes; revelando o desprestígio do sentimento de intimidade familiar. As refeições da família visavam tão somente à saciedade da fome. A falta de utensílios à mesa e a “negligência no traje” (Costa, 1979) também são metáforas à falta de valor atribuído à vida privada.

A casa moderna, expressão do novo valor atribuído à privacidade e à intimidade, é ricamente decorada. A hora da refeição torna-se um verdadeiro ritual, um símbolo da família burguesa, um momento no qual pais e filhos se reúnem para compartilhar experiências e reforçar os laços afetivos. É ainda a ocasião onde se ensinam boas maneiras e noções de civilidade, valores importantes do pensamento burguês (Costa, 1979). O aspecto relacional da família moderna é assinalado por Singly (2007) como sua característica mais marcante: o espírito da família reside nas

relações entre o homem e a mulher e entre pais e filhos, não mais no patrimônio familiar.

A casa da família foi perdendo, paulatinamente, o caráter de lugar público que possuía anteriormente, quando era local de vida laboral, familiar e das atividades das relações sociais. Nas casas da Idade Média, por exemplo, não se fazia distinção entre quartos e salas. Tudo acontecia em um mesmo local: alimentava-se, dormia-se, dava-se à luz, morria-se.

Mas, a partir do século XVIII, enquanto a família se distanciava da sociedade, a fim de preservar o sentimento de intimidade dirigido à vida familiar, novas maneiras de disposição dos cômodos das casas foram criadas. O que realmente havia mudado era o sentimento associado à vida familiar. Reestruturando a casa, renovando os costumes, criava-se um espaço propício para o sentimento de intimidade na família, agora reduzida aos pais e suas crianças, excluindo os criados, clientes e amigos (Ariès, 2006).

A família privada, intimista, é, por assim dizer, a alma da família moderna. À medida que o espaço da casa ia se privatizando, surgia um novo sentimento entre os membros da família, mais particularmente entre a mãe e a criança. Assim, ganhou também importância a mulher-mãe, aquela que era responsável pelos cuidados com os filhos e intermediária na relação entre estes e o pai, ausente de casa em função do trabalho. onde a educação das crianças teve interesse renovado e o estatuto da mulher foi notavelmente elevado.

Na visão de Badinter (1986), esta valorização da maternidade permitiu que muitas mulheres vivessem seu cotidiano com orgulho e alegria, encontrando a realização numa atividade prestigiada e considerada útil por todos. O poder que adquiriram sobre a família elevou-as ao posto de “rainhas do lar”.

Dessa maneira, mulheres de todas as classes sociais acabaram por abraçar a causa da maternidade, que influenciou profundamente a identidade social da mulher desde o início do século até os dias de hoje.

Este modelo de família é, assim, profundamente marcado por uma divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher: o homem se ocupa do sustento da família e a mulher cuida dos assuntos da casa. O pai

trabalha fora, ganha o dinheiro do sustento do lar, propicia segurança e proteção à família; a mãe permanece em casa, dedicando-se ao cuidado dos filhos, do marido e da casa; as crianças obedecem à autoridade dos pais e vão à escola. Este tema será analisado em maior profundidade no próximo item.

2.7.

A divisão entre público e privado e a transformação da mulher em mãe

A Revolução Francesa, como já mencionado anteriormente, determinou a passagem da sociedade holista - onde os indivíduos são definidos pelo pertencimento aos laços familiares – para uma sociedade individualista, na qual o indivíduo possui valor independentemente da rede que o cerca. O início da modernidade caracteriza-se por uma maior abertura para o indivíduo, que passa a ser considerado a verdadeira “célula de base da sociedade” (Singly, p.169, 2007), no lugar da família. Assim, o objetivo da vida deve ser buscar a “individualização” - a busca de si mesmo através da emancipação dos laços herdados do parentesco. A mulher, no entanto, permanece excluída deste processo, já que ainda é grande a divisão das responsabilidades entre os cônjuges e a demarcação dos papéis sexuais.

A preocupação com o alto índice de mortalidade infantil, ainda no século XVIII, levou a medicina a considerar a importância da relação entre mãe e filho. De acordo com Ariès (1978), até o século XIX a criação dos filhos não estava entre as principais atribuições das mães: desde cedo as crianças eram entregues às amas-de-leite e quando sobreviviam aos primeiros anos logo eram engajadas na vida social e econômica da família.

De acordo com Badinter (1985), vários estudos da época constataram que as crianças amamentadas pelas mães tinham maiores possibilidades de sobrevivência do que aquelas entregues às amas-de-leite. Por isso tornou-se necessário, na visão dos médicos, convocar as

famílias a assumir a tarefa de cuidar dos próprios filhos. Conforme salienta Goodrich (1990): “Embora sempre tenham existido mães, a maternidade não existia como instituição” (Goodrich, 1990, p.20), portanto o discurso higienista tinha o propósito de converter as mulheres ao modelo da “mãe amorosa que alimenta o seu bebê” (Costa, 1979, p.258). Porém, como apontado por Nunes (2002), transformar a mulher em mãe foi um processo que envolveu grandes transformações na imagem feminina típica das sociedades européias.

A concepção de mulher, até o século XVII - influenciada pelo cristianismo - era bastante negativa: o sexo feminino era considerado luxurioso, inclinado aos excessos sexuais, possuidor de baixa moral e ligado ao mal. Foi justamente essa concepção que os moralistas, médicos e filósofos do século XVIII buscaram modificar. Surgiu então uma preocupação com a educação feminina, juntamente com a construção de uma nova imagem de mulher: “sensata, modesta e ponderada, com ambições que não ultrapassam os limites do lar” (Rousseau, 1762, *apud* Nunes, 2002, p.37).

Conforme assinalado por Costa (1979), a mulher, tradicionalmente restrita aos afazeres domésticos e ao serviço do marido, se viu repentinamente elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Seu papel cultural passou a ser estimado, ganhando importância e brilho, passando de “reprodutora dos bens do marido” a “criadora de riquezas nacionais” (Costa, p.73, 1979).

À medida que a maternidade se tornava mais importante, a imperfeição feminina (presente no modelo teológico metafísico de um único sexo, que vigorava na Antigüidade), deu lugar à perfeição: o útero passou a ser considerado órgão nobre, e o corpo feminino - talhado para a procriação, valorizado (Nunes, 2002). Essas características específicas determinariam a vocação feminina para a maternidade. O amor da mãe pelo filho adquiriu status de instinto, e qualquer mulher que não compartilhasse desse sentimento era considerada “desnaturada”, alguém que contrariava as leis naturais. A vergonha e a culpa experimentadas representavam, para essas mulheres, um incômodo; que não percebiam

como sendo o resultado da limitação do papel imposto a elas pela sociedade, mas atribuído a problemas pessoais. (Rocha-Coutinho, 1994).

A demarcação dos espaços público e privado, fundamental para a compreensão da sua articulação com os sexos masculino ou feminino, se deu como consequência de transformações político-econômicas da sociedade, que geraram a separação das funções domésticas e sociais. A organização familiar latifundiária, anterior ao surgimento da sociedade industrializada, fazia do espaço doméstico uma unidade de produção e de concentração de poder, onde eram desempenhadas funções domésticas – de cuidado e socialização às crianças – e funções sociais – aquelas que incluíam o aprendizado de técnicas e habilidades para a produção familiar. Família e trabalho não existiam separadamente, da mesma maneira que não se distinguiam espaços de relações públicas e privadas (Rocha-Coutinho (1994) e Costa,1989).

Porém, o surgimento das cidades provocou mudanças nesta forma de organização das relações familiares, como o enfraquecimento da ampla estrutura de parentesco e a distinção entre as esferas sociais pública e privada. A urbanização operou, assim, a separação dos espaços próprios para as relações de trabalho e para as relações de intimidade.

Nesse mesmo momento, também influenciado pelos discursos médicos, teve início um processo que delineou as diferenças entre homens e mulheres, que acabou por justificar e propor, a partir da ideia de diferentes essências, distintas esferas de atuação social para homens e mulheres: aos homens, caberia a esfera pública; e às mulheres, a privada. A mulher não era mais inferior nem imperfeita, mas perfeita em sua especificidade (Nunes, 2002, p.38-39). Assim, passou-se a pensar em termos de complementaridade.

Uma série de características, tais como docilidade, abnegação, fragilidade, passaram a ser atribuídas às mulheres, ao mesmo tempo em que foram negadas a elas capacidades socialmente valorizadas consideradas masculinas, como perspicácia intelectual, pensamento lógico, interesses profissionais e políticos (Rocha-Coutinho, 1994). O espaço público passou a se caracterizar pela racionalidade – e o privado, pela afetividade.

Na medida em que o cuidado e a maternagem foram naturalizados, ou seja, passaram a ser considerados características femininas inatas, pode-se dizer que o processo higienista circunscreveu a vida feminina à esfera privada.

No entanto, segundo Rocha-Coutinho (1994), a atribuição de papéis ao homem e à mulher em razão de concepções “naturalistas” e “essencialistas” camufla o caráter social que está por trás disso. O discurso da “natureza feminina” acabou, assim, por confinar a mulher ao lar, um espaço de pouco prestígio social, além de subordiná-la ao homem, reservado ao espaço público. O jargão do movimento feminista “não se nasce mulher, torna-se mulher”, questiona justamente a “naturalização” de características ditas femininas e de funções que lhes seriam naturalmente dadas – dedicação, abnegação, docilidade – e que levavam à identificação da mulher como alguém propício à maternidade e aos cuidados das crianças.

Segundo Costa (1979), a tarefa de amamentar regulava a vida da mulher, já que a casa, com a urbanização, perdeu seu caráter de pequena empresa, diminuindo as obrigações femininas dentro do lar, deixando-a com muito tempo livre. Um outro objetivo da normatização era o de coibir uma onda de independência feminina que começava a surgir em diversos níveis, em função do enfraquecimento do patriarcado colonial, tornando as mulheres – agora mais cultas e refinadas – potenciais concorrentes dos homens.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), a crescente demanda de trabalhadores que surgiu com a industrialização levou as mulheres solteiras das famílias (especialmente das famílias mais humildes) às fábricas, com o objetivo de complementar a renda familiar. Também passaram a preencher funções no comércio, como vendedoras, e nos escritórios – como secretárias.

No entanto, com o fim da Segunda Guerra, os homens começaram a retornar a seus antigos empregos; dessa maneira, formou-se uma corrente de revalorização da presença feminina no lar, surgindo, inclusive, inúmeros estudos que alardeavam os efeitos negativos da privação

materna na vida dos filhos, fomentando a culpa na mulher que ousasse ter outras aspirações senão o lar e a família.

A atribuição da mulher ao âmbito privado, anteriormente baseada na crença de que a natureza feminina seria propícia para o desempenho das funções do lar, se apoia agora em argumentos diferentes. No primeiro momento, justificava-se o fato de ela ser incumbida de casar, gerar filhos e cuidar dos outros com base em sua suposta inferioridade biológica, que limitava suas condições de realizar outras tarefas. Depois, porém, influenciada por princípios da modernidade que atribuíam “igualdade” a homens e mulheres, foi preciso desenvolver outros argumentos.

Os novos padrões da modernidade eram difundidos através da literatura, jornais e revistas, ao mesmo tempo em que esforços eram despendidos no sentido de impedir a “dissolução dos costumes”. Assim, aconteceu a reinvenção de padrões sociais e de papéis femininos e masculinos na sociedade, sob a influência de uma moral que tinha no casamento e na família uma referência central.

Esperava-se que homens e mulheres desempenhassem papéis complementares na sociedade, nunca iguais, e que obedecessem aos limites do domínio de cada sexo.

Conforme observa Araújo (2005), a questão da diferença entre os seres humanos é parte da história da humanidade, fazendo-se presente nos mais diversos discursos: filosófico, religioso, biológico, psicológico, antropológico e social. Na modernidade, contudo, o tema tornou-se objeto de análise, e acabou servindo como justificativa para a dominação masculina e para a exclusão das mulheres do mundo público.

Em “A dominação masculina”, Bourdieu (1999) observa o gênero é uma construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo. É também um conceito relacional, já que masculinidade e feminilidade se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder. Seu surgimento, na década de 1980, na literatura feminista, representa uma tentativa teórica de desnaturalizar as diferenças de comportamento e de estatuto social entre homens e mulheres, afirmando que biologia não é destino: masculino e feminino são significados construídos socialmente.

O autor analisa a persistência das relações de dominação de gênero a partir da incorporação do *habitus* de gênero, um sistema socialmente construído de disposições cognitivas e somáticas, que tem início no processo de socialização infantil, e que atua sobre a subjetividade, fazendo-a reproduzir estruturas socialmente construídas como se fossem naturais.

Trata-se de um processo de aprendizagem informal, implícito, cuja expressão é percebida como uma manifestação natural. Moldados na e pela divisão sexual do trabalho de produção e da reprodução biológica e social, os *habitus*, nas palavras do autor:

funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (1999, p. 45).

Nesse contexto, os dominados contribuem para a própria dominação. As relações de gênero são, segundo o autor, "relações de poder em que "o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas" (Bourdieu, 1999, p. 23).

A diferença biológica entre os sexos, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. Dado o fato de que a diferença anatômica é também socialmente construída, entramos em uma relação circular onde o pensamento se contenta com a evidência da dominação inscrita ao mesmo tempo na objetividade e na subjetividade (Bourdieu, 1999). O *habitus* de gênero, assim, perpetua a ideia de uma natureza distinta de homens e mulheres que justifica a exclusão da mulher do mundo público. No seu dizer:

é, de fato, na relação entre um *habitus* construído segundo a divisão fundamental (...) do forte e do fraco, em suma, do masculino e do feminino, e um espaço organizado segundo essa divisão, que se engendram, como igualmente urgentes, coisas a serem feitas, os investimentos em que se empenham os homens e as virtudes, todas de abstenção e abstinência, das mulheres (p. 61).

2.8.

A emancipação feminina

A vinculação da mulher ao mundo doméstico, e do homem ao público, em um contexto de expansão das relações capitalistas, significou para as mulheres mais do que somente sua dependência econômica em relação ao seu marido. Representou a sua exclusão das relações de produção socialmente valorizadas, isto é, que produzem capital. Por isso, ela foi denegrada, não pelo fato de ser mulher, mas pela desqualificação das atividades que eram atribuídas a elas. O trabalho no âmbito público conferia mais poder a eles num contexto de expansão das relações capitalistas, em que o “espírito do cálculo” gerava a individualização da produtividade e a distinção, não só entre homens e mulheres, mas entre indivíduos (Bourdieu, 1979).

Durante os anos de 1950, e início de 1960, no Brasil, os papéis de homem e mulher, pai e mãe encontram-se bem delimitados socialmente e no lar. O homem é o provedor e a autoridade máxima dentro de casa. A mulher, a responsável pela casa e pelos filhos. Conforme salienta Badinter (1986), logo após a segunda guerra mundial, a luta para a igualdade dos sexos atingiu sucesso apenas mediano. Embora perante a lei as mulheres gozassem dos mesmos direitos dos homens, na prática a desigualdade ainda existia. O destino do feminino continuava a ser o lar e a maternidade. Desse modo, pode-se afirmar que a modernização do Brasil caracterizou-se por uma conciliação de valores antagônicos, individualistas e familísticos.

Porém, mesmo com esse sucesso inicial em preservar tradicionalismos arraigados em meio à modernização, o avanço dos movimentos feministas e a expansão do Individualismo na cultura contemporânea, trouxeram às mulheres a necessidade de buscar se realizar também fora dos limites do lar, com a possibilidade de trabalhar fora de casa e investir em uma profissão.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, documento escrito em 1971 por Olympe de Gouges, exigia a igualdade jurídica, política e social das mulheres, que não foram contempladas

na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 1789. A declaração, rejeitada e politicamente ignorada na época, ganhou notoriedade em 1986, quando foi republicada.

O movimento organizado do feminismo surge no Brasil, no final do século XIX, como uma reivindicação pelo direito ao voto (vedado à mulher brasileira na Constituição de 1891). Esta bandeira, levantada pelas mulheres mais cultas da sociedade brasileira, que tinham acesso ao que se passava no âmbito internacional, era vista como uma demonstração de modernidade. Com o fim da Primeira Grande Guerra e o aumento do fluxo imigratório, as relações internacionais intensificaram-se, trazendo consigo a doutrina feminista que surgia na Europa (Goldenberg, 1992). Em 1932 as mulheres brasileiras garantiram, pela primeira vez, o direito ao voto. Também neste ano, foram consolidadas as leis de proteção ao trabalho feminino. (Toscano & Goldenberg, 1992)

A discussão sobre a sexualidade feminina, ausente deste primeiro momento, passa a integrar a agenda feminista a partir dos anos 1970, trazendo à tona também a questão da necessidade de uma reformulação da relação homem-mulher. Foram eliminadas leis que limitavam os direitos da mulher casada, até então considerada relativamente incapaz, equiparando-a ao índio ou ao menor de idade. Nesta época, o princípio de igualdade entre marido e mulher e a lei do divórcio foram, finalmente, incorporados ao Código Civil Brasileiro (Toscano & Goldenberg, 1992).

No final dos anos 1960, novas descobertas no campo da contracepção propiciaram a ampliação do debate feminista, que passou a discutir a sexualidade feminina, o direito ao próprio corpo, a maternidade como opção – e não mais como destino, e as relações de gênero. Novos lançamentos literários, programas de televisão, revistas femininas, debates públicos, entre outros, discutiam - agora de maneira mais ampla - a questão feminina, conclamando as mulheres a questionarem seu papel de donas-de-casa, a buscarem outras formas de auto-realização, e a combater o machismo na sociedade brasileira.

O acesso das mulheres aos estudos de nível superior é apontado por diversos autores como um acontecimento transformador dos padrões

sociais. A passagem pela universidade abriu para elas novos caminhos, dentre eles a possibilidade de ter uma profissão e de não depender financeiramente do marido - dois fatos absolutamente revolucionários na história das mulheres.

Com a chegada da pílula anticoncepcional, que tornou possível desvincular sexualidade e procriação, a lei do divórcio e o acesso irrestrito à educação; a identidade feminina, calcada na figura da mulher mãe-esposa-dona-de-casa, passou a ser questionada.

Assim, na primeira modernidade, a luta feminista era basicamente pela igualdade de direitos entre os sexos. As conquistas do movimento feminista modificaram o lugar social de inferioridade reservado às mulheres ao longo da história, garantindo seu direito à cidadania e abrindo novas possibilidades de realização pessoal antes inimagináveis. Entretanto, a luta pela igualdade levou as mulheres a se depararem com novas questões. De acordo com Araújo (2005), na segunda metade da década de 70, o debate feminista voltou-se para a questão da diferença: as mulheres passaram a defender a igualdade, porém com o direito de serem diferentes dos homens.

O que tornou possível esta reivindicação, contudo, foi o desenvolvimento do Individualismo da singularidade (Singly (2007), que será o tema do próximo item.

2.9.

Individualismo da singularidade – 2ª modernidade

A ideia de singularidade do indivíduo, presente desde a Renascença, introduz-se na modernidade em um segundo momento, associada à ideia de singularidade. Tal associação constitui-se o que hoje é chamado de individualismo moderno. Segundo Simmel (1989), até a Idade Média, a vida em sociedade não favorecia o desenvolvimento da liberdade pessoal. Então, na Renascença, a aspiração dos homens por distinção e reconhecimento foi realçada, alimentando o surgimento de uma concepção de individualidade ligada à honra do homem.

Essa forma de individualismo associava liberdade e igualdade, e considerava que todos os impedimentos para a expressão do indivíduo

em si mesmo fossem as desigualdades artificialmente criadas. Portanto, acreditava-se que se estas desigualdades fossem colocadas de lado, se o homem se visse livre da opressão e da injustiça, ele surgiria na sua forma mais perfeita; e, justamente, por ser ele perfeito, perfeito em moralidade, em beleza, em felicidade, não existiriam diferenças com relação aos outros indivíduos. Assim, o ponto mais profundo desta concepção de individualidade é o ponto da igualdade universal (Simmel, 1989).

A igualdade que justificava esta liberdade, contudo, não existe na realidade, senão de uma maneira imperfeita; portanto, o que ocorre é que desde o instante em que os indivíduos atingem uma liberdade sem freio, a desigualdade ressurge. Assim, no lugar da igualdade exprimindo o ser mais profundo dos homens, o individualismo no século XIX introduz a desigualdade, que concebe cada indivíduo como singular. A partir de um material comum a todos, cada um forma uma figura completamente única. A esse individualismo pode-se chamar, de acordo com Simmel (1989), individualismo da singularidade, em oposição ao individualismo igualitário do século XVIII.

O indivíduo, que no século XVIII estava ligado a ideais de liberdade e igualdade, no século XIX, procurou diferenciar-se, buscando seu caráter único e incomparável. O Romantismo representou a expressão dessas ideias: o homem romântico buscava um sentido para a sua existência na sua singularidade, na sua essência. A 2ª modernidade, conforme apontado por Singly (2007), é um momento em que fazer aflorar o “eu autêntico” de cada um torna-se o objetivo principal da vida. A singularidade, amparada no princípio de que a condição de igualdade de todos os homens não invalida o fato de serem eles diferentes uns dos outros, torna-se um elemento estruturador da concepção de indivíduo.

No entanto, Singly (2007) enfatiza que o “eu autêntico” no interior de cada indivíduo não deve ser confundido com um “eu” a-social. O “eu autêntico” sugere um “eu” livre, desprendido de normas sociais, não um “eu” isolado das forças externas. Por isso, o individualismo da 2ª modernidade é um “individualismo relacional”. Assim, surge um aspecto fundamental para se compreender este momento: a importância do “outro” na legitimação do “eu autêntico”. Isso significa que se os

indivíduos constroem sua singularidade, eles o fazem combinando recursos sociais e culturais de forma particular. Embora a conciliação entre o indivíduo “igual” da 1ª modernidade, e o indivíduo “singular” da 2ª seja complexa, é por seu intermédio que podemos compreender o conceito de indivíduo da contemporaneidade, assim como da natureza das relações que se estabelecem nas sociedades individualistas.

A busca pela singularidade dos indivíduos foi o pano de fundo dos movimentos neo-feministas, que revelaram a fragilidade da igualdade no nível da subjetividade. Sobre este tema versará o próximo item.

2.10.

A igualdade e seus impasses

A luta pela igualdade levada a cabo pelos movimentos feministas esbarrou justamente na força da hierarquia, que na visão de Dumont (1979, 1985), é fundante da relação homem-mulher. A ideologia da igualdade, presente no modelo individualista da sociedade ocidental, nega um princípio social fundamental, que é a hierarquia, presente necessariamente na classificação do gênero, e capaz de sistematizar as razões que levam a uma constante assimetria na construção das relações entre os gêneros. Para o autor, a recusa da hierarquia não se realiza plenamente, uma vez que o universo simbólico, matriz do ordenamento social, se move a partir de oposições: feminino/masculino, razão/emoção, corpo/mente, alto/baixo, etc.

Corroborando tal percepção, Arán (2003) aponta que, muito embora as sociedades ocidentais contemporâneas tenham passado por importantes mudanças no que se refere à relação entre os sexos, o sistema sócio-simbólico fundante da modernidade, não teria sido abalado. Em sua visão (mais ligada à antropologia), a relação de hierarquia entre os gêneros permanece como estruturante das relações sociais atuais, reafirmando as diferenças de gênero socialmente construídas.

A esse respeito, Héritier (2004) salienta que todas as categorias binárias existem a partir da diferença fundamental entre o masculino e o feminino. Há, segundo sua percepção, uma hierarquia no interior dessas

categorias, perceptível em todas as sociedades. Heilborn (2004) aponta, a partir de Dumont (1979), que a hierarquia é um princípio universal de ordenação social ao mesmo tempo em que é um tipo específico de ideologia, contrapondo-se ao individualismo. Nas sociedades igualitárias, a hierarquia permaneceria como um “insidioso substrato” (Dumont, 1985) que tenderia a aparecer em certas áreas da vida social como uma espécie de resíduo, em um contexto no qual o discurso é predominantemente igualitário. O sexismo seria, portanto, um transbordamento desse resíduo, uma expressão deturpada da diferença entre os gêneros, diferença essa responsável pela manutenção do mundo social que é negada, pelo menos como retórica, no mundo moderno. Nas palavras de Dumont (1979):

Pode-se declarar os sexos iguais, mas quanto mais consigamos torná-los assim, mais destruiremos a unidade entre eles (no casal ou na família), já que o princípio dessa unidade situa-se fora deles, e como tal os hierarquiza necessariamente um em relação ao outro. (Dumont, 1979, p.398)

Discutindo a problemática de gênero a partir da revisão dos estudos antropológicos da mulher, Heilborn (2004) sugere que a assimetria seja constitutiva da configuração de gênero, uma vez que não é possível superar o constrangimento do sexo. Heilborn (2004) critica a pouca importância dada ao sexo em certos estudos sobre gênero. Para ela, “tais estudos têm hipervalorizado a dimensão de construção, obliterando a do constrangimento” (Heilborn, 2004, p.33). Tal argumentação colocaria em perspectiva a cultura ocidental contemporânea que teria realizado, através da disjunção entre sexualidade e reprodução, uma compressão simbólica da diferença anatômica, como se, no universo igualitário, “houvesse a pretensão de se abolir essa diferença” (Heilborn, 2004, p.34).

A visão psicanalítica vem fortalecer a relação entre diferença e hierarquia. Kleiner e Pachuk (1996) assinalam que na modernidade se acentua a tendência a hierarquizar as diferenças: parte-se de um modelo único, o fálico, e se pensa no outro gênero como aquele que não é. Esta

negativa como definição acarreta uma desvalorização cultural para o feminino. Hérítier (1997), ao investigar a posição inferior da mulher - observada em todas as culturas conhecidas na história da humanidade - considera que a valência diferencial dos sexos é incorporada como “um artefato, e não um fato da natureza” (Hérítier, 1997. p.29). Ou seja, não é nos sexos propriamente ditos que reside a hierarquia, mas nas representações culturais que se fazem deles. Tais representações, segundo a autora, estariam de tal maneira impregnadas tanto no sistema de pensamento quanto nas organizações sociais, que sua modificação seria praticamente impossível.

Observa-se, portanto, que os estudos feministas foram fortemente influenciados pelos pressupostos individualistas, que, segundo Heilborn (2004) “mais dificultam do que propriamente esclarecem a questão do gênero” (Heilborn, 2004, p.21). Na sua concepção, a interseção do campo político-militante com o teórico, característica dos estudos feministas, funciona negativamente na tentativa de elucidar o problema.

No Brasil, estas contradições presentes no discurso igualitário são ainda mais marcantes, devido ao modo como os ideais igualitário foram assimilados pela cultura brasileira, que será o tema do próximo item.

2.11.

Individualismo no Brasil

No Brasil, os ideais de igualdade e liberdade provenientes do individualismo europeu foram assimilados de uma forma singular. A influência que o Brasil, enquanto colônia de Portugal, sofreu ao longo de sua história, de valores que emergiam da cultura europeia, não fez desaparecer a disparidade entre a sociedade brasileira, que no século XIX ainda era escravagista, e a europeia.

Por aqui, as ideias liberais só foram parcialmente incorporadas e conciliadas com práticas tradicionais contrárias ao que se reivindicava na Europa. Embora os códigos culturais estrangeiros chegassem até nós como uma forte influência na nossa cultura, aqui eles eram aclimatados e

ganhavam trejeitos próprios, brasileiros, que mudavam por completo seu sentido original, conferindo a eles feições próprias. Este processo pode ser compreendido através da discussão da relação entre os mundos da “casa” e da “rua”, tal como proposto por DaMatta (1997). No primeiro é estabelecido um modo de subjetivação ligado ao tradicional, holístico, hierárquico, familiar e clientelístico; no segundo, um modo de subjetivação moderno e urbano, igualitário e impessoal. A “casa” e a “rua” correspondem a dois conjuntos de valores, normas, procedimentos e formas de vida sociologicamente complementares, embora independentes, na vida brasileira.

O uso da “casa” e da “rua” como duas categorias sociológicas, segundo o autor, significa que a cada uma delas atribuem-se significados diferentes. Elas não se reduzem a espaços geográficos, mas a entidades morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados. A “casa” é o espaço das relações de proximidade, onde cada um se define pelas relações que estabelecem. É o lugar da “pessoa”. Lá é onde os laços afetivos se estabelecem. A “rua” é o espaço das relações formais, é o lugar do “indivíduo” por excelência, onde as regras são para todos, onde a emoção encontra-se disciplinada, onde o pessoal não é levado em consideração.

A dupla “casa” e “rua”, com ênfase no “e” entre casa e rua, permite, segundo DaMatta (1997), uma leitura acertada sobre a vida social brasileira. A questão do “englobamento” do indivíduo pelos sistemas relacionais, discutido no caso das sociedades holistas e das individualistas (Dumont, 1983), está presente também na realidade brasileira e pode ser observada pela relação entre os universos simbólicos da “casa” e da “rua”.

Um mecanismo bem brasileiro nos permite deslocar a lógica das relações pessoais para um contexto de relações formais, onde não caberiam reconhecimentos pessoais, e a lógica das relações impessoais da rua para a rede mais pessoal. Assim, compreende-se que no processo de instituição de valores individualistas no mundo social brasileiro, faz-se uso de elementos relacionais que têm justamente o propósito de tornar a individualização das relações menos radical.

Desse modo, as teorias sobre as sociedades individualistas, modernas ou pós-modernas precisam ser lidas dentro de um quadro de referências específicas da sociedade brasileira. Nelas, os indivíduos é que são fundamentais. Aqui, contudo, as relações é que continuam sendo o mais importante. Isso muda por completo as condições de um processo de individualização, mas não impede que ele aconteça, pode-se afirmar.

Uma dessas particularidades do mundo social brasileiro contemporâneo é a conciliação de valores familísticos, tradicionais, com valores individualistas. O processo de transformação das relações familiares que ocorre na contemporaneidade não prevê a substituição completa dos ideais hierárquicos pelos ideais individualistas. O que se verifica é a coexistência tensa desses valores, legitimando a formação, tanto de modelos de relações familiares igualitárias, como de modelos hierarquizados (Duarte, 1995).

A persistência de padrões tradicionais também para outros eventos em transformação no contexto brasileiro, tais como a inserção da mulher no mercado do trabalho, a reestruturação do modelo de mulher “dona-de-casa” e de homem “provedor”, a reconstrução da ideia de complementaridade feminina-masculina baseada em distinções rígidas entre homens e mulheres, também pode refletir a referida conciliação de valores no contexto brasileiro.

Todos estes aspectos abordados neste capítulo constituem-se a base para a análise da questão do tempo da mulher contemporânea brasileira, que até hoje luta para se manter no mercado de trabalho sem abrir mão da “feminilidade” no lar, sacrificando, para isso, seus momentos de lazer.

Como consequência deste movimento, mas não só em função dele, sente-se constantemente dividida entre vida pessoal e vida profissional, em uma verdadeira corrida contra o tempo. Trataremos deste tema, portanto, no próximo capítulo.

3.**A aceleração do tempo e o modo de vida contemporâneo**

Seja qual for o nosso destino, nós iremos depressa

Edward M. Hallowell

A perda da velocidade é uma pergunta sobre o sentido.

Marcio Tavares D'Amaral

Sentir-se frequentemente apressado afeta negativamente o bem-estar do indivíduo. Diversas pesquisas relacionam a sensação de se estar pressionado pelo tempo com resultados físicos e mentais mais negativos (Bittman, 1998; Southerton, 2003). Dores de cabeça crônicas, hipertensão, ansiedade e depressão são as condições mais frequentemente associadas à forma acelerada de se relacionar com o tempo.

A mulher atual, inserida no mercado de trabalho e envolvida com os múltiplos papéis que (ainda) lhe cabem no ambiente doméstico, experimenta a vida de um modo acelerado. Pesquisas sobre temporalidade e gênero (Bittman & Wajcman (2000); Mattingly & Bianchi (2003)) têm demonstrado que a percepção de que o tempo se tornou escasso e mais acelerado afeta especialmente as mulheres, que são prejudicadas pela distribuição desigual do trabalho não-remunerado. Manter-se empregada sem romper com seus antigos afazeres domésticos coloca a necessidade de extrema disciplina temporal, tornando-a permanentemente ansiosa frente às inúmeras demandas que as atividades diárias impõem.

No entanto, sentir-se apressado é também um fenômeno contemporâneo que expressa a relação dos indivíduos com o tempo. Segundo Levine (1997), a Revolução Industrial foi o evento que determinou uma aceleração do ritmo da vida sem precedentes na história da humanidade. Visando à produtividade, as formas antigas de vida, mais

relaxadas e contemplativas, foram progressivamente sendo substituídas por um viver focado na eficiência, modificando definitivamente a relação do homem com o tempo, que se tornou o bem mais precioso da vida moderna.

Assim, para que possamos compreender a queixa feminina, iremos, em um primeiro momento, acompanhar a transformação da relação do homem com o tempo, ocorrida com a Industrialização, e discutir seus impactos nas vidas dos indivíduos contemporâneos, a partir das contribuições de Levine (1997), Johnson (1978), Robinson e Godbey (1997) e Elias (1998).

3.1.

O tempo através dos tempos

O que é o tempo? É aquele medido pelos relógios? Ou é o tempo subjetivo, tal como percebido pelo sujeito? Na visão de Elias (1998), o tempo não existe em si, ele é um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem. O conceito de tempo, assim como o contexto no qual o indivíduo está inserido, vai sendo assimilado pela criança na medida em que ela cresce. Os relógios, dispositivos criados pelo homem para medir o tempo, não são o tempo. Eles nos comunicam, por meio dos símbolos inscritos no seu mostrador, aquilo a que se convencionou chamar de tempo.

A percepção do tempo exige seres dotados de poder de síntese, capazes de elaborar uma imagem mental na qual eventos sucessivos, embora estejam presentes em conjunto, sejam reconhecidos como não simultâneos. É esta a função de meio de orientação que hoje é experimentada como o “tempo”. Esse poder de síntese, segundo o autor, foi acionado e estruturado por uma série de experiências que se mantiveram por incontáveis gerações, até que chegássemos à representação mental que possuímos das sequências temporais.

A necessidade dos indivíduos que vivem nos grandes centros urbanos de constantemente saber ‘as horas’ é resultado de um processo civilizatório. Em sociedades antigas e tradicionais, o tempo tinha relação com as marés, com as órbitas do sol e da lua e a passagem das estações. Havia, segundo Kehl (2009) uma lentidão nos atos e na maneira de realizar as atividades da vida cotidiana, caracterizando uma temporalidade mais distendida. Quanto mais as sociedades humanas urbanizaram-se e mecanizaram-se, mais dependentes se tornaram de dispositivos artificiais, como relógios e calendários, e menos dos fenômenos naturais.

A consciência do tempo no indivíduo contemporâneo, ou, para utilizar o termo de Elias (1998), a “auto-regulação temporal”, se tornou tão arraigada, tão onipresente, que é extremamente difícil percebê-la como uma experiência de caráter social, assumindo uma forma de predisposição natural. O autor se pergunta como e porque a experiência do tempo adquiriu tamanho poder sobre as pessoas? Que transformações dos estilos de vida e experiências contribuíram para sua formação?

A experiência contemporânea do tempo se evidencia quando confrontada com o *modus vivendi* de sociedades mais antigas, mais simples e menos exigentes quanto à exatidão temporal. Na década de 1930, um inspetor das escolas de uma reserva de índios sioux, diante da constatação de que estes não possuíam nenhuma palavra para expressar ‘tempo’, comprou alguns relógios e começou a ensiná-los a dizer as horas. O inspetor acreditava que os índios nunca se adaptariam à cultura dos brancos enquanto não compartilhassem deste saber disciplinador sobre o tempo. Assim, esforçou-se para transmitir-lhes o significado de palavras como ‘atrasado’, ‘esperar’, e ‘pontualidade’ (Elias, 1998).

Um marco na mudança da concepção de tempo ocorreu na Idade Média, com as experiências de Galileu sobre a aceleração, quando a cronologia centrada no mundo físico separou-se da cronologia antiga, que tinha o homem como centro. Elias (1998) traz o exemplo de um sacerdote que buscava determinar para seu povo o momento mais adequado à semeadura à partir da observação da passagem do sol por um

determinado ponto do horizonte. Os homens, dependentes dos frutos da natureza, observavam o movimento (de ordem física) do sol, para determinar quando iriam semear o solo (uma atividade social), e saciar a fome. Com o advento dos relógios, o processo de determinação do tempo, antes pessoal e cheio de significado, foi se tornando cada vez mais impessoal, uma vez que as unidades de medida do tempo – os minutos, os segundos, e os anos – podem ser aplicadas a infinitas situações, como o tempo de cozimento de um alimento, o tráfego aéreo internacional, as funções vitais, entre outras.

Os primeiros relógios mecânicos instalados no alto de algumas igrejas no fim do século XIII, na Europa, com a finalidade de regular os ritos religiosos, começaram a marcar a passagem do tempo. Durante os séculos XIV e XV, relógios ainda desprovidos dos ponteiros dos minutos começaram então a ser colocados nas torres das prefeituras municipais, revolucionando a percepção do tempo social: “O tempo do comércio, com suas exigências próprias, foi aos poucos substituindo o tempo da igreja” (Kehl, 2009).

Os conceitos circulares (cíclicos) de tempo menos precisos, utilizados na antiguidade, transformaram-se gradualmente em conceitos lineares no mundo ocidental: o tempo se tornou uma linha reta, com início e fim fixos. Conforme a análise de Robinson e Godbey (1997), a mensuração mecânica do tempo através dos relógios ajudou a reforçar o conceito linear de tempo, que se tornou necessário à medida em que as pessoas começaram a tirar seu sustento de outras atividades que não fossem caçar, plantar, ou a produção individual de bens. Possibilitou ainda a industrialização e a divisão do dia em segmentos de trabalho e ócio.

Ver o tempo como uma linha com começo e fim tornou-o um bem finito. Desde a Idade Média até a Revolução Industrial – que, para Levine (1997) foi o evento histórico que mais contribuiu para a aceleração do ritmo de vida no mundo ocidental - iniciou-se um processo de aceleração do tempo sem precedentes. Aos poucos, o tempo foi se tornando o maior mecanismo de organização do mundo moderno.

O desenvolvimento do ferro, do carvão e das máquinas a vapor viabilizou o surgimento de unidades produtivas, as chamadas fábricas, na Inglaterra, no período final do século XVIII, configurando a Revolução Industrial. Quase um século depois houve o que foi chamado de “segundo momento da industrialização”, ou seja, a Segunda Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científico- Tecnológica, que representou uma mudança ainda mais profunda na sociedade. Com a aplicação das descobertas científicas aos processos produtivos, novos potenciais energéticos foram desenvolvidos, possibilitando invenções tais como: veículos automotores, aviões, telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, eletrodomésticos, a fotografia, a anestesia, a penicilina, o processo de pasteurização e esterilização, fogão à gás, refrigerantes gasosos, entre outros. Tudo isso trouxe grandes transformações para o mundo, a um ritmo intenso Sevckenko (2008).

O conceito de eficiência (que na verdade significa rapidez), criado por Taylor, em 1899, primeiramente dirigido ao trabalho, se refletiu no estilo de vida como um todo. Ao modificar o mundo do trabalho, tornando possível a industrialização, o relógio mudou a natureza não só do trabalho, mas também da vida, tornando o tempo escasso (Robinson & Godbey, 1997).

O Brasil, até então de fora deste processo, ainda era um país de economia agrícola. No entanto, como consequência do crescimento da produção nos complexos industriais europeus, e atendendo à necessidade de se ampliar a escala das demandas e das exportações, as potências industriais procuraram estabelecer vínculos com áreas ainda pouco exploradas. Desse modo, houve uma expansão europeia em direção a sociedades tradicionais, como era o caso do Brasil. Porém, para tornar essas sociedades um negócio lucrativo, além de adquirir territórios, as potências industriais procuraram também transformar o modo de vida das pessoas que viviam nessas sociedades de acordo com o padrão científico-tecnológico.

Segundo Sevckenko (2008), as novas ideias difundidas por esta segunda revolução influenciaram as novas elites brasileiras, favorecendo a inserção do país neste espírito modernizador. Formadas dentro de

modelos de pensamento científico cosmopolita, elas atuaram como mediadoras na integração do país à nova ordem internacional do capitalismo promovendo um clima de “euforia do progresso”. Em nome do progresso e da modernidade, impôs-se aqui, a todo custo, uma nova ordem, o que não ocorreu sem resistência da população, vide os exemplos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

Em realidade, as marcas que as práticas da colonização e da escravidão deixaram na estrutura da sociedade brasileira representaram um empecilho ao estabelecimento dos padrões modernos europeus por aqui, apesar de todos os esforços. Assim, “regenerar” o Brasil e promover sua modernização revelou-se uma tarefa muito complexa, sendo necessário transformar “corações e mentes” incompatíveis com o espírito da civilização moderna. A forma como os brasileiros originalmente viviam e compreendiam o mundo foram desconsiderados nesse processo (Sevcenko, 2008).

Nesse sentido, pode-se dizer que a industrialização e o capitalismo tornaram as formas antigas de vida obsoletas. Como os padrões consideravam que o gosto pela vida rústica era um empecilho ao sucesso dos negócios, trataram de modificar hábitos como jogatina, bebida, e tudo o que significasse a vitória dos prazeres do corpo sobre os prazeres da mente.

Acreditando que o tempo de descanso era o melhor lugar para promover valores pessoais essenciais a uma economia próspera, os reformistas buscaram então reinventar o “resto da vida”, utilizando conceitos como autocontrole, valores familiares, e respeitabilidade. A transformação do trabalho causou a transformação do descanso, e com isso, muitas tradições da vida pré-industrial foram perdidas para sempre. A seguinte afirmação de Johnson (1978) ilustra claramente a mudança do conceito de tempo e suas consequências no mundo atual:

Como resultado de produzirmos e consumirmos mais, estamos experimentando um aumento na escassez de tempo (...) Aumentar a eficiência na produção significa que cada indivíduo deve produzir mais itens por hora; produtividade aumentada significa que para manter o sistema funcionando, devemos consumir mais bens. O tempo livre é

convertido em tempo de consumo porque o tempo gasto que não seja com a produção, ou com o consumo, é cada vez mais visto como tempo perdido. O aumento no valor do tempo (sua maior escassez), é sentido subjetivamente como um aumento no ritmo ou passo da vida. Estamos sempre correndo o perigo de sermos devagar na linha de produção ou de estarmos atrasados para o trabalho, e no nosso lazer, corremos sempre o risco de perdermos tempo. (Johnson, 1978, p. 42) *(tradução livre)*

A atitude que vigora no mundo do trabalho, de produzir mais em menos tempo, é de tal forma internalizada, que se estende a outras áreas da vida. Tomemos como exemplo os aparelhos elétricos, que foram inventados, essencialmente, com o propósito de reduzir o tempo gasto em determinadas atividades que tomam tempo. O que observamos, contudo, é que quanto mais artigos e aparelhos as pessoas têm, mais tempo gastam para comprá-los e mantê-los. Por isso, é possível afirmar que uma menor carência de bens acarreta maior carência de tempo.

A este respeito, Levine (1997) pontuou que as donas de casa dos anos de 1920, por não possuir eletricidade, gastavam uma quantidade de tempo significativamente menor com o serviço doméstico do que as mulheres no final do século XX, com todo o seu maquinário moderno. Uma razão para isso, segundo suas observações, é que quase todo o avanço tecnológico parece ser acompanhado de um aumento das expectativas (por exemplo, janelas de vidro mostram mais as sujeiras da casa do que janelas de madeira).

A situação extremamente positiva, economicamente falando, dos EUA no período pós-Segunda Guerra Mundial, fez emergir um sentimento de que prosperidade e progresso seriam condições ininterruptas. A possibilidade do consumo desenfreado levou os americanos a desejar mais, e mais rapidamente. De acordo com Levine (1997), em países como os EUA e o Japão, a velocidade é com frequência confundida com progresso. Na sociedade americana, assim como na japonesa, “mais” é sempre mais admirável: possuir mais dinheiro, viajar mais, trabalhar mais, consumir mais e assim por diante. Expectativas ilimitadas tornaram a eficiência (fazer mais com menos, em menos tempo) um valor dominante na cultura destes países. Desse modo, pode-se afirmar que a experiência

do tempo na contemporaneidade está diretamente relacionada com a experiência da velocidade.

Assim, na medida em que o modo de viver antigo foi sendo substituído por um modo novo, mais veloz e, teoricamente, mais eficiente, nossa relação com o tempo foi, também, sendo transformada. Cada vez mais, somos levados a desconsiderar os limites do tempo, da natureza, e também o nosso próprio limite.

Porém, a vida com fins ilimitados é um paradoxo, na medida em que nosso tempo no planeta é limitado. Assim, nos perguntamos qual é o impacto desta aceleração da vida no bem-estar do indivíduo contemporâneo? O que significa a queixa de falta de tempo? De que maneira somos afetados por este estilo de vida baseado na produtividade? Estes temas serão, portanto, discutidos no próximo item, partindo, principalmente, das análises de Benjamin (2008), Kehl (2009) e Bergson (2006).

3.2.

A relação entre o lazer e o bem-estar

O lazer é igual à liberdade, e não apenas tempo a ser preenchido. (Berton, 1968, p.51)

O lazer de que as pessoas precisam hoje não é tempo livre, mas um espírito livre; em lugar de hobbies ou de diversões, uma sensação de graça e de paz, capaz de nos erguer acima de nossa vida tão ocupada (Dahl, 1971, p.187)

A felicidade é um estado que precisa ser preparado, cultivado e preservado. (Kamei, 2010, p.47)

O lazer é considerado um aspecto importante na discussão sobre a qualidade de vida dos indivíduos contemporâneos. No entanto, segundo o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1979, 1980), um dos pioneiros no

estudo do lazer, o tempo livre disponível para o lazer parece ser escasso em sociedades capitalistas, onde o trabalho ocupa papel central, preenchendo a maior parte do dia. Além do mais, grande parte desse tempo residual é dedicado às necessidades fisiológicas diárias, como comer, dormir, realizar trabalhos domésticos - que incluem arrumar a casa, cuidar dos filhos, pagar contas, cuidar de animais de estimação- e cumprir com obrigações sociais, familiares e religiosas (Dumazedier, 1979).

Conforme observaram Bittman e Wajcman (2000) as mulheres que possuem filhos tendem a se sentir mais apressadas porque seu lazer é contaminado por atividades que não são de lazer; sofre frequentes interrupções, e é, em grande parte, ditado pelas necessidades das crianças. Portanto, sua experiência do tempo livre seria qualitativamente ruim.

De acordo com Tiedge (2004), mães que estão inseridas no mercado de trabalho utilizam constantemente uma série de estratégias para enfrentar as tensões entre as demandas do trabalho e da maternagem. Uma delas é a estratégia multitarefa, que consiste em desempenhar várias atividades ao mesmo tempo. No entanto, embora tal característica seja valorizada no modo de vida contemporâneo, fazer mais em menos tempo coloca as pessoas em uma relação com a temporalidade marcada pela premência do “fazer”, levando-as a nunca experimentar as coisas completamente, a nunca viver o momento de forma plena, criando uma sensação de angústia frente à percepção de que a vida passa rápido demais e o tempo é escasso.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar o que estamos chamando de lazer, para fins deste estudo. Com este objetivo, traçaremos um panorama do lazer a partir, principalmente, das considerações de Parker (1976) e Dumazedier (1972) , para, em seguida, buscar diferenciá-lo do ócio, partindo da discussão Martins (2008).

3.2.1.

Lazer, ócio e tempo livre: diferenças que fazem diferença

Nas sociedades primitivas mais simples, a linha divisória entre o trabalho e o lazer era tênue. As atividades diárias, como a caça, a construção de uma canoa, ou o cultivo dos campos, eram entremeadas por atividades lúdicas como o canto, a narração de estórias, o riso; que conferiam a elas uma qualidade de lazer. Na sociedade pré-industrial, o trabalho era realizado próximo à casa, possibilitando diversas pausas ao longo do dia. Embora não houvesse nada que fosse resultado de escolhas individuais, o tempo que não era dedicado ao trabalho era passado em alguma atividade estruturada, como ocasiões festivas (casamentos, aniversários, batizados) que, mesmo possuindo caráter obrigatório, funcionavam como atividades de recreação. Assim, podemos dizer que ambos, trabalho e lazer, eram integrados (Parker, 1976).

Com a industrialização e a expansão do modo de produção capitalista, houve a necessidade de se instituir uma demarcação entre as horas passadas no trabalho remunerado e as outras atividades. Os tempos livres passaram a ser parcelas de tempo disponibilizadas pelo tempo de trabalho, um tempo controlado, e dentro desses tempos livres foram incluídos os tempos de lazer, cujas características dependem de fatores sociais (Schouten, 2012).

Dessa maneira, o lazer foi relegado a um mero momento de descanso que possibilitaria a reintegração do homem ao trabalho. Sendo um produto da sociedade industrial, o lazer passou, também, a ser regido pela lógica da produtividade do trabalho.

Segundo Dumazedier (1972), o lazer é exercido à margem das obrigações sociais, e possui funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. A partir do pensamento de Dumazedier (1972, 1979), Requixa (1976) caracteriza o lazer como:

“(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua

livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (1976, p.33).

O lazer, de acordo com a definição de Parker (1976), é um tempo “livre de trabalho e de outras obrigações, [que] também engloba atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade” (p.10). Ele possui três funções principais para o indivíduo: repouso, diversão, e desenvolvimento da personalidade. Meyersohn (1972, *apud* Parker, 1976) amplia tais funções, considerando que (1) Todos nós precisamos de intervalos entre o trabalho e outras atividades obrigatórias – daí o lazer como descanso, folga, recuperação. (2) Sentimos necessidade de diversão, obtendo prazer com atividades culturais em geral e no relacionamento com amigos – lazer como divertimento. (3) No entanto, os valores dominantes de nossa cultura nos encorajam a buscar sucesso em todas as esferas da vida e a ser competentes no que fazemos – lazer como realização própria. (4) Finalmente (para questionar a base material de muitos significados presos ao termo “lazer”) podemos sentir a necessidade de renovação espiritual, embora tal conceito seja difícil de definir e de medir.

Na literatura sobre o tempo, a qualidade de ‘ação realizada com liberdade e autonomia’, que define o tempo livre, também está presente na noção de lazer, de tal forma que os autores, em suas considerações, ora se referem a tempo livre, ora a lazer, para expressar uma mesma ideia. Assim, uma vez que a percepção do tempo varia de acordo com o perfil sociodemográfico e psicológico dos indivíduos, notamos que as definições de tempo livre e tempo de lazer são ambíguas.

Segundo Roberts (2006), tempo livre é o tempo que não é passado no trabalho, realizando tarefas domésticas, ou o tempo dedicado a cuidados pessoais como dormir, tomar banho e comer. Deve-se atentar, contudo, para as ‘áreas cinzas’ – atividades que muitos experienciam como lazer, outros como trabalho. Da perspectiva da experiência subjetiva, trabalho (remunerado ou não) e lazer não são, necessariamente, opostos. O que os diferencia é essencialmente a qualidade da experiência, não a natureza da atividade.

De maneira geral, todos os autores concordam que os atributos principais do tempo livre são liberdade de escolha, motivação intrínseca e satisfação com a experiência. Alguns autores salientam, contudo, que a própria ideia de tempo livre é “enganosamente simplista” (Parker, 1976, p.12), na medida em que tempo algum pode ser considerado livre de coações normativas. Nesse sentido, vale salientar que o termo ‘tempo livre’ alude a um tempo de não-liberdade, ou seja, tempo de trabalho, ao qual se opõe (Aquino e Martins, 2007), sobressaltando o caráter impositivo da atividade laboral. Assim, vemos que ele emerge a partir da ideia moderna de trabalho.

O ócio, de acordo com Aquino e Martins (2007), representa algo que vai além das categorias de tempo livre e lazer, “(...) ele está no âmbito do liberatório, do gratuito, do hedonismo e do pessoal (p.4)”, fatores condicionados mais pela individualidade de cada um do que por fatores sociais. Já retornaremos a este ponto.

Martins (2008) propõe uma distinção importante, no contexto do presente estudo, entre os termos ‘lazer’ e ‘ócio’. O ‘lazer’ possui um sentido de entretenimento, divertimento e recreação, com uma função de descanso do trabalho (Dumazedier, 1979). A palavra ‘ócio’, por outro lado, possui uma conotação mais negativa, relacionada à improdutividade, resultado de um controle sobre a vida social do sujeito comum exercido pela ideologia capitalista, que concede ao tempo do trabalho um lugar central.

Na perspectiva humanista, contudo, ócio e trabalho não se opõem. O equilíbrio entre momentos de ação e momentos de reflexão é considerado não só desejável como necessário à manutenção da saúde biopsíquica. O ócio também não representa obrigatoriamente a ausência de atividades, passividade ou prática isolada ou hedonista. Ele pode ter lugar em atividades que exigem habilidades específicas e requerem um alto poder de concentração. Ele é um estado mental, mais do que tudo, e pode ser considerado uma experiência verdadeira, na medida em que provoca transformação em quem a vivencia (Aquino e Martins, 2007). Nas palavras de Pinheiro, Rhoden e Martins (2010):

Acreditamos que devemos considerar o ócio em toda sua complexidade como experiência subjetiva de desenvolvimento humano, para, assim, rompermos com os mecanismos alienantes e psicologicamente cristalizadores que produzimos. (p.6)

Percebemos, a partir destas considerações, que o tempo livre, o lazer e o ócio são conceitos similares que, no entanto, possuem naturezas distintas. O tempo livre e o lazer são conceitos que remetem a um tempo liberado do trabalho. O ócio, por seu turno, é uma experiência integral que agrega sentidos à subjetividade.

Em nosso estudo, para fins da pesquisa em si, optamos por utilizar a expressão “tempo livre” com o objetivo de evitar a associação equivocada do ócio com inércia, ou com um estado improdutivo. Também evitamos o termo “lazer” devido à sua associação com um tempo de ação “produtivo” com o sentido de “trabalho”. Buscamos, contudo, apreender o significado do tempo livre das mulheres, em termos da sua capacidade de proporcionar ou não experiências genuínas. Nesse sentido, implicitamente, nosso objetivo esteve mais próximo da experiência do ócio.

3.2.2.

A influência do trabalho no lazer

Testemunhamos, nesta era pós-moderna, um culto à eficiência em todas as atividades humanas, seja no trabalho ou no lazer. Conforme observam Robinson and Godbey (1997), todas as nossas ações teriam se tornado meios visando algum outro fim. Dessa maneira, caminhamos para alcançar boa forma física, jogamos golf para fazer contatos e lemos para desenvolver nossa mente. Atividades que são realizadas apenas por prazer tendem a ser esquecidas, relegadas à categoria de não-essenciais. Quem tem tempo para apreciar um belo jardim, ou sentar na praia em um fim de tarde para observar o pôr-do-sol? Curiosamente, são valorizadas as atividades de lazer que podem ser realizadas mais rapidamente ou combinadas com bens de consumo, tais como dirigir um

carro por prazer, fazer compras, turismo, responder e-mails enquanto se assiste a um filme, entre outras

Cada vez mais pessoas usam o lazer para atingir objetivos do trabalho, como é o caso, por exemplo, de executivos que jogam golfe com os clientes. Por isso, é comum se avaliar o lazer em termos do potencial que este representa para o trabalho. Assim, o lazer se torna um comportamento instrumental, perdendo sua essência relacionada ao descanso e ao ócio.

As diversas escolhas que são disponibilizadas ao indivíduo contemporâneo para desfrutar de seu tempo livre acabam por imprimir um ritmo similar àquele do trabalho, mesmo nas horas de lazer. Assim, o desejo de 'aproveitar o tempo' torna a experiência do tempo de lazer, marcada pela compulsão de produzir resultados, tão cansativa quanto o tempo da produção. A esta atividade, empreendida muito mais em função de necessidade do que de desejo, Godbey (1975) denomina "antilazer".

É grande, segundo Parker (1976), a influência do trabalho no lazer. Não só o horário, mas também a natureza do trabalho pode afetar o lazer de diferentes maneiras. O autor realiza uma distinção entre três tipos de padrões de relação trabalho-lazer: extensão, oposição e neutralidade. A 'extensão' seria uma similaridade entre trabalho e lazer, resultando em uma falta de demarcação entre eles. Este padrão é frequente quando o trabalho é gratificante. O padrão 'oposição' é encontrado quando há falta de similaridade intencional entre lazer e trabalho, com uma clara demarcação entre ambos. É comum em trabalhos opressivos ou desagradáveis. O terceiro padrão, de 'neutralidade', denota uma percepção de separação do trabalho que não é necessariamente positiva ou negativa. Este padrão é encontrado em pessoas passivas, pouco motivadas tanto para o trabalho como para o lazer.

A crescente preocupação com o planejamento e fornecimento do lazer a partir do século XX, levou alguns autores, como Parker (1976) e Aquino & Martins (2007), a questionar se os valores do trabalho teriam entrado em declínio e estariam sendo substituídos por valores de lazer, que estaria tomando o lugar do trabalho como atividade dominante. Tal expectativa, contudo, não se confirmou, uma vez que a experiência do

lazer, tal qual vem sendo vivida na atualidade , não proporciona realização pessoal, uma importante finalidade do lazer. A atitude alienada e passiva ante o consumo, típica da sociedade de massa, leva os indivíduos a consumirem jogos, filmes, jornais, livros, tratamentos de beleza, entre outros, da mesma maneira. Seu tempo livre não é, na verdade, livre, e sim determinado pela indústria, que condiciona seu gosto e seu desejo. O uso do tempo livre, segundo Martins (2008), orientado ao consumo e esvaziado de sentidos subjetivos, “acaba por deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados (p. 3).” Assim, embora as ofertas para o lazer sejam vastas, elas são movidas pela ideologia do trabalho, que continua sendo a atividade estruturante do contexto social no período contemporâneo.

A insatisfação do homem contemporâneo, contudo, diante do conflito entre suas necessidades econômicas e existenciais, dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se delas para usufruir de um tempo para si, levam Aquino e Martins (2007) a acreditar que a sociedade centrada no trabalho esteja em um momento de crise, demandando o resgate de valores relacionados à vivência do ócio e do tempo livre tal como se caracterizavam nas sociedades pré-industrializadas.

O ideal grego de lazer, por exemplo, transcende a concepção atual na qual este é visto como um mero tempo livre, vazio de sentido. Para muitos estudiosos ele oferece uma saída ao materialismo que reina na atualidade, por salientar seu caráter mais existencial. Na Grécia antiga, o lazer possuía uma conotação de “cultivo do eu”, de aprendizagem, pautada em uma condição de liberdade (do trabalho) que seria a base de toda a vida. O lazer era oposto à ideia de ação, e mais próximo do conceito de ócio. A contemplação, considerada sua forma mais importante. Parker (1976), referindo-se a Aristóteles e Platão, ressalta que:

O homem em contemplação é um homem livre. De nada necessita. Portanto, nada determina ou deturpa seu pensamento. Ele faz aquilo que ama fazer, e o que faz é feito por prazer. (p.27)

Após a Revolução Industrial, contudo, o trabalho assumiu o lugar do ócio como a fonte das virtudes. Além disso, o ócio foi de tal maneira manipulado pelo mercado de consumo, que passou a ser utilizado para se criar falsas necessidades materiais, gerando uma ambição infindável por prosperidade que revela a valorização social do ter sobre o ser, tal como percebida no atual cenário contemporâneo, especialmente nas sociedades capitalistas (Aquino e Martins, 2007).

Parker (1976) e De Masi (2000) defendem a ideia de que é possível educar para o lazer, a fim de que se consiga oferecer alternativas mais criativas e experiências mais enriquecedoras de lazer para homens, mulheres e crianças. Parker (1976) argumenta que a educação, quando explorada de maneira lúdica, proporciona às pessoas a possibilidade de desenvolverem seus talentos e interesses, assim como a recreação:

O lazer pode contribuir para outros objetivos educacionais – compreender o mundo, obter saúde e estabilidade emocional, apreciar e expressar a beleza. (p.114)

Visto desta maneira, o lazer deixa de ser o oposto do trabalho, para ser percebido como seu ‘colaborador’, tornando-se mais palatável e possível para os indivíduos demasiadamente impregnados com um desejo de produtividade constante, característico da contemporaneidade. Para De Masi (2000), educar para o lazer pode evitar a alienação que pode ser provocada pelo tempo vago, tão perigosa quanto a alienação provocada pelo trabalho.

Parker (1976) sugere que o lazer ideal deveria proporcionar experiências, ao invés de ‘coisas’. Tais experiências incluem reflexão, exercícios físicos, vivências vinculadas a outras pessoas, vivências positivas com o meio ambiente, entre outros. A possibilidade de uma vida mais simples, com mais lazer e menos apressada torna-se cada vez mais atraente na medida em que o consumo desenfreado típico das sociedades contemporâneas capitalistas começa a dar sinais de esgotamento. Movimentos como o ‘slow food’, que pretendem fazer oposição ao famigerado ‘fast food’, são tributários deste momento de

reflexão e preocupação com o futuro que vai aos poucos tomando forma na sociedade. A capacidade reflexiva, vale salientar, é também uma característica do homem hipermoderno (Lipovetsky, 2004) que, embora foque sua atenção e energia ao momento presente, não se furta a considerar suas consequências no futuro.

O objetivo primordial das políticas públicas para o lazer seria substituir as ocupações de lazer que servem apenas para 'passar o tempo' por outras que enriqueçam os diversos aspectos da personalidade dos indivíduos, como as artes e os esportes.

Estes questionamentos nos permitem ponderar que um tempo livre de qualidade fornece benefícios que vão muito além do descanso. Esta ideia será, portanto, analisada a partir do próximo item.

3.2.3.

O direito ao ócio

A experiência do ócio, ainda mais desvalorizada pela sociedade contemporânea é, segundo a concepção humanista, necessária e enriquecedora da natureza humana, sendo a expressão da identidade do indivíduo. A vivência do ócio nos ajuda a nos realizar e a nos sentir melhor, tirando-nos da rotina e nos auxiliando a recuperar o equilíbrio em relação às frustrações da vida (Martins, 2008). Acreditamos ser necessário que se resgate o ócio como um ato de liberdade e de rebeldia frente às imposições do capital.

A centralidade do tempo do trabalho e a ênfase em atividades que visam ao consumo e a realizações materiais nas sociedades contemporâneas empobrecem a experiência do ócio. O apressamento da vida e o esvaziamento do ócio enquanto tempo de produção de sentido, necessário e enriquecedor da natureza humana, produz indivíduos cujo potencial criativo não se realiza, uma vez que o verdadeiro 'eu' não consegue emergir e dar um sentido ao que foi vivido. Nas palavras de Kehl (2009):

A obsolescência programada do passado e da memória produz um sujeito permanentemente disponível, pronto a se desfazer de suas referências em troca das novidades em oferta. Desligado do frágil fio que ata o presente à experiência passada, voltado sofregamente para o futuro com medo de ser deixado para trás, o dito “consumidor”(aspas da autora) sofre com o encurtamento da duração. Assim se desvalorizam o tempo vivido e o saber que sustenta os atos significativos da existência.” (p. 168)

O direito ao ócio deveria ser, segundo Müller (2004) aprendido pelas crianças na escola. Este espaço, demarcado pelo paradigma da produção, é reservado ao aprendizado de disciplinas que visam à preparação para o mundo do trabalho, reconhecidamente a atividade social dominante, e se abstém de transmitir a importância do tempo de ócio, vital para a formação de um indivíduo equilibrado e sadio das crianças. Questionando as práticas de ensino, Müller (2006), salienta que “tornou-se natural chamar de trabalho toda e qualquer forma de expressão gráfica ou plástica das crianças na Educação Infantil (p.562)”, e adverte que o conceito de trabalho não é uma atividade humana universal e imutável, e sim socialmente construída e modificada ao longo da história.

O processo educativo, direcionado à qualificação do futuro trabalhador, ignora as necessidades reais dos sujeitos, levando-os a preencher seu tempo livre com temas impessoais e sem sentido que limitam seu potencial criativo (Russell, 2002).

A fim de esclarecer os aspectos construtivos do ócio, De Grazia (1966) classificou algumas atividades praticadas em tempo livre a fim de explicitar sua relação com as experiências de ócio: as formativas que proporcionam liberação, relaxamento, autodesenvolvimento e enriquecimento cultural; as de descanso, que repõem forças físicas ou mentais e restauram o equilíbrio físico e mental; as de diversão, que trabalham aspectos lúdicos e interativos; as de aborrecimento, que produzem tédio e evasão e não requerem compromisso ou esforço, ainda que proporcionem algum prazer imediato; e as atividades de consumo, que estimulam relações de dependência e passividade e promovem a padronização de comportamentos.

Martins (2008), por sua vez, afirma que o ócio possui funções psicológicas, sociais e econômicas de imenso valor para a sociedade e para os indivíduos. As funções psicológicas incluem as funções de desenvolvimento, diversão e descanso, possibilitando o equilíbrio psicológico. As funções sociais relacionam-se com a integração social e o simbolismo (oferecer a percepção de identidade e pertencimento a uma categoria social). As funções econômicas, por sua vez, referem-se ao impacto dos gastos pessoais e familiares em atividades de ócio na economia.

As questões levantadas até o momento acerca da experiência do ócio demonstram que ela permite a significação e (re)significação da realidade através de uma escuta mais apurada de si e do meio ambiente, contribuindo para o processo de construção da identidade e da autoimagem (Pinheiro, Rhoden e Martins, 2010). Desse modo, se revela o potencial de desenvolvimento do ócio numa perspectiva construtiva.

A ideia do ócio remete ainda ao conceito de *shabat*, do judaísmo. Inspirado no descanso divino no sétimo dia da Criação, o *shabat* preconiza o descanso ao final do ciclo semanal de produção, que vai bem além de uma conquista trabalhista. *Shabat* entende a pausa como fundamental para a saúde de tudo que é vivo. Nesse sentido, a noite é uma pausa, assim como o inverno, e mesmo a morte. Onde não há pausa, a vida lentamente se extingue. Para um mundo no qual as 24 horas do dia parecem não ser suficientes, *shabat* é uma necessidade. Precisamos da pausa que revigora. Dela dependem nossa vitalidade e criatividade. Assim, a partir deste debate, observamos como o trabalho assumiu o lugar do ócio como valor central na sociedade, ofuscando o seu verdadeiro sentido.

3.2.4.

Ócio e sentido

A aceleração da vida cotidiana, com sua infinidade de demandas, leva as pessoas a fazer mais coisas em menos tempo, e a evitar

atividades que não podem ser aceleradas, como contemplar (uma obra de arte, uma paisagem), cantar, dançar, escrever poesia, entre outras. Com isso, os indivíduos nunca experienciam as coisas completamente, nunca vivem o momento presente de maneira a dar um significado às suas vidas, o que acaba por acentuar a percepção de fuga do tempo.

A relação entre o aumento dos casos de depressão e a urgência que a vida social vem imprimindo à experiência subjetiva do tempo é amplamente discutida por Kehl (2009), a partir do pensamento de Benjamin (2008) e Bergson (2006). Benjamin(2008) observou que a ameaça iminente de morte por bombardeios aéreos à qual foram submetidos os soldados nas trincheiras durante a Primeira Guerra Mundial, obrigados a permanecer em um estado de atenção constante, produziu uma espécie de embotamento afetivo e uma diminuição na sua capacidade de transmissão da experiência. Trazendo esta percepção para os dias comuns, o autor notou que as questões fatigantes da vida diária tiram dela seu sentido o tanto quanto não haja a possibilidade de dispor de recursos de linguagem para simbolizá-la, abrindo caminho para os estados depressivos.

A vivência, colocada em oposição à experiência, corresponde às sensações e reações imediatas que não modificam, necessariamente, o psiquismo. Limitada pela atenção às ações necessárias ao momento presente, a vivência corresponde a uma atividade psíquica superficial em resposta a estímulos contínuos do cotidiano, que não permitem distrações ou devaneios. A experiência tem, segundo Kehl (2009), “o sentido daquilo que, ao ser vivido, produz um saber passível de transmissão” (p.161). Este saber não é obrigatoriamente útil do ponto de vista prático, porém confere valor e significado à vida ao permitir o acesso do psiquismo às representações imaginárias do passado. Uma vida focada nas ações cotidianas, na produção de resultados tão característica da era pós-moderna em que vivemos, não deixa espaço para perdas de tempo, para ações que não possuam um resultado prático imediato, impedindo, portanto, o acesso à experiência, que necessita que se estabeleça outro tipo de relação com o tempo.

O tempo físico, esse medido pelos relógios, não corresponde, segundo o pensamento de Bergson (2006), ao tempo real experimentado pelo espírito. O primeiro possui uma dimensão espacial e diz respeito ao corpo. A “duração”, segundo o autor, refere-se à memória, e é um tempo de natureza qualitativa, se opondo ao tempo físico, o tempo cronológico, que é linear e mensurável, portanto, quantitativo. A duração é, para Kehl (2009), a ‘duração verdadeira’, uma espécie de medida psicológica da vivência do tempo, que possui um ritmo diferente daquele do tempo homogêneo, uma vez que depende das condições que afetam a subjetividade. Ela representa o momento do encontro entre passado e presente, através da consciência, que capacita o ser humano no processo de tomada de decisões, além de fortalecê-lo mediante a dor e os desafios que a vida muitas vezes impõe. Para que este momento ocorra é necessário que o espírito rompa ocasionalmente com os imperativos do tempo dos relógios e entregue-se ao devaneio, ao sonho, ao tédio, condições que favorecem a diminuição da atividade mental e o surgimento de uma temporalidade distendida.

Neste ponto, a “duração” de Bergson encontra um paralelo no conceito de “experiência” de Benjamin (2008). Para este último, o apressamento da vida e a desvalorização do ócio enquanto tempo de produção de sentido produz indivíduos cujo potencial criativo não se realiza, uma vez que o verdadeiro ‘eu’ não consegue emergir e conferir valor ao que foi vivido. A narrativa, para Benjamin (2008), o relato da experiência vivida que se une à experiência do ouvinte, produzindo um novo sentido, encontra-se em vias de extinção, assim como diversas atividades associadas aos momentos de tédio, como os trabalhos manuais típicos da vida no campo. No dizer do autor:

(...) desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes (...) [porque] ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido (Benjamin, 2008, p. 205).

Ambos os conceitos de 'duração' e 'experiência' aludem à ideia de Kairós, uma palavra grega utilizada na Antiguidade para designar 'tempo' ao lado de Kronos. Kronos referia-se ao tempo cronológico, aquele marcado pela mudança das estações, pelo dia e pela noite. Kairós era o tempo que não podia ser medido, um tempo existencial e não-linear. Traduzido como 'momento oportuno' ou 'tempo existencial', este termo é até hoje utilizado em teologia para descrever o "tempo de Deus" (Rossi, 2013).

Diversas tradições religiosas sugerem que a meditação possibilita um tipo de vivência que ultrapassa Khronos, o tempo dos homens, e atinge Kairós, o tempo de Deus. As práticas meditativas como a yoga, o canto de mantras ou orações fornecem, segundo as teorias que as sustentam, a capacidade de compreender e aceitar os limites humanos, negados por aqueles que desejam fazer sempre mais.

Nas sociedades antigas, o tempo do indivíduo não lhe pertencia. Era, conforme já discutido anteriormente, regulado pelos ciclos da natureza, que determinavam o trabalho no campo, e também pelos ritos religiosos, como épocas de jejum, horário das orações, entre outros. Com o advento do individualismo, no entanto, as pessoas se emanciparam das normas religiosas e acreditaram ter se apropriado do uso do seu tempo. Esta percepção, contudo, não é verdadeira, já que o tempo contemporâneo é ditado pelas necessidades da sociedade de consumo, que impõe sua norma pela sedução, e não pela interdição, como era o caso da Igreja da Idade Média (Kehl, 2009).

A pressão que as atividades diárias nos impõem, com suas urgências, impede-nos de saborear nossas escolhas, de viver um dia de cada vez. Uma agenda repleta de compromissos nos fornece uma sensação de utilidade. Quanto mais cheia, mais importantes nos sentimos. Reservamos horas preciosas às futilidades que, maquiadas pela lógica do consumo, adquirem status de essencialidades.

Em psicanálise, o limite em relação ao tempo é o que constitui o sujeito do desejo. Segundo Freud (2006), a origem do psiquismo reside na dimensão temporal que caracteriza a espera de satisfação. Na medida

em que a satisfação das necessidades do recém-nascido depende completamente de um Outro que lhe atenda, o psiquismo realiza um trabalho de representação do objeto faltante como algo que não está lá, mas deverá retornar. Assim, se torna capaz de lidar com a angústia da espera. Ou seja, o sujeito do desejo não advém de um lugar, de uma relação com o espaço, mas da experiência subjetiva do tempo, que reside no intervalo entre a pulsão e a satisfação. Deste modo, podemos inferir que uma vez que não somos senhores deste momento, não somos senhores de nossa relação com o tempo. Somos, ao contrário, limitados por ele.

A busca constante e ininterrupta por mais (mais trabalho, mais lazer, mais experiências, etc), causa uma angústia infundável, afetando a sanidade do corpo e da alma, tornando urgente a consciência do limite. É pela aceitação do limite, de reconhecermos que não somos donos do nosso tempo, que se revela em nós uma serenidade que ultrapassa o tempo, uma satisfação que é menos dependente de condições externas, porém advinda de um apaziguamento do eu.

A visão psicanalítica nos ajuda a elucidar a questão. Ela postula que o tempo de meditação precede o tempo de concluir, permitindo a liberdade, que advém da independência em relação ao outro. Nas palavras de Kehl (2009):

O *ser* é o efeito simbólico da certeza antecipada do sujeito desejante (...) No entanto, a precipitação não sustentada pela duração do tempo de meditação anterior, não produz as condições do saber inconsciente que (...) liberta o sujeito da dependência da relação especular [com o outro, possibilitando, então] o reencontro com o objeto capaz de remeter o sujeito à causa do seu desejo. (p.114)

Desse modo, esse “saber” produzido no inconsciente, torna o ser capaz de fazer escolhas. A duração representa, então, uma independência em relação ao tempo do Outro, portanto, condição necessária a este momento. Sem ela, o sujeito conclui sem compreender, reduzindo sua escolha à precipitação.

A vivência que gira em torno do tempo dos relógios, contínuo e destituído de qualidades subjetivas, atropela a duração necessária que caracteriza o momento de compreender, não fornecendo um sentimento de unidade, na medida em que reduz a experiência a satisfazer as necessidades relacionadas à vida prática. No dizer da autora:

A temporalidade tecida de uma seqüência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação, não sustentados pelo saber que advém de uma prévia experiência de duração, é uma temporalidade vazia, na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido (2009, p. 116).

O tempo de meditação, contudo, não protege o sujeito contra a falta, ou contra a falta de saber, mas a chance de vir a saber impõe o enfrentamento da angústia, vital para que o *eu* se desprenda do Outro, amadureça, e possa, então, afirmar: “Eu sei quem sou. Sou aquele que deseja (p.120).” Assim, percebemos que a insegurança frente à passagem do tempo relaciona-se profundamente com a falta de si.

A ‘temporalidade vazia’ a qual se refere Kehl (2009), alude à desmoralização da experiência (Benjamin, 2008), que seria uma vivência da qual não se tira nenhuma lição, alienada que é da história e dos sentidos produzidos por nossos antepassados, obrigando o homem a ser o autor solitário de sua história de vida, preso ao tempo do fazer, do conquistar. A este respeito, Cavalli (2003) argumenta que, em função da desinstitucionalização de um modelo de trajetória de vida rigidamente padronizado que se observa nos dias atuais, a individualização, enquanto processo histórico, gera a institucionalização da flexibilidade, da trajetória de vida despadronizada e descronologizada.

A institucionalização da flexibilidade tem consequências ambivalentes para os indivíduos, pois ao mesmo tempo em que desfrutam de possibilidades mais amplas na busca de seus objetivos individuais, podem ser confrontados com um sentimento de insegurança. Uma maior previsibilidade dos percursos favorece a planificação biográfica e dá aos

indivíduos uma certa serenidade quanto ao futuro. Na medida em que se considere a individualização como um destino coletivo, construir seu próprio percurso biográfico tornou-se obrigatório.

Nesse sentido, estar apartado do passado, longe das referências que nos constituem, que nos remetem a uma relação diferente com o tempo, possui um efeito negativo na vivência da temporalidade.

A experiência contemporânea do tempo, reduzida à ideia de que “tempo é dinheiro”, leva o homem, conforme assinala Bittencourt (2005), a “ tornar-se escravo do tempo de fazer, e a perder a oportunidade de conhecer melhor o tempo de viver (p.7)”. Esta autora, em consonância com a percepção de Benjamin (2008) e de Bergson (2006), salienta a importância da experiência do tempo no processo de construção de um sentido para a vida, sem o qual a psique humana, enfraquecida, torna-se suscetível ao aparecimento de sintomas típicos da contemporaneidade, tais como depressão, ansiedade crônica e pânico.

A experiência do ócio, vivenciada plenamente, se assemelha à “experiência” benjaminiana, à “duração” de Bergson, e ainda à experiência ótima, ou flow (em português, fluxo ou fluir), conceito criado por Csikszentmihalyi (1992) dentro da Psicologia Positiva, linha da psicologia que se dedica à pesquisa do bem-estar subjetivo. A partir da observação de artistas pintando suas telas, Csikszentmihalyi notou que a satisfação consistia no próprio ato de pintar, não havendo nenhuma outra necessidade de recompensa, ou seja, ela era uma experiência intrinsecamente compensadora (autotélica).

O autor sugere seis características da experiência de flow: 1) Sensação de (possibilidade de) controle (habilidade de controlar o próprio desempenho), 2) Concentração profunda (a ação se funde com a consciência), 3) Foco no momento presente (problemas e preocupações da vida rotineira são esquecidos), 4) Distorção da experiência temporal (o tempo parece acelerar, lentificar, e até mesmo parar), 5) Perda da autoconsciência reflexiva e transcendência das fronteiras do self (sentimento de união com o ambiente e com o mundo), e 6) a experiência torna-se autotélica (a atividade torna-se um fim em si mesmo, e não

necessita de nenhuma outra recompensa extrínseca). Nas palavras de Kamei (2010):

A experiência vale pela satisfação de se lidar com experiências difíceis e desafiadoras, ter *feedbacks* positivos do seu desempenho e ver que se pode controlar a situação, poder se concentrar e se absorver na atividade, esquecendo por alguns momentos de todos os seus problemas da vida cotidiana, e sentir o tempo parar ou desaparecer e as fronteiras do eu se expandirem – essa é a gratificação que a atividade traz quando a experiência se torna autotélica. (p.78)

Como consequências do flow, então, ocorre um crescimento pessoal, ligado à diferenciação (movimento em direção a uma maior individualidade, ou ao próprio self) e à integração (sentimento de união com as pessoas e o mundo), além de um fortalecimento da auto-estima.

É justamente a característica do ócio de estar fora do tempo cronológico (Aquino e Martins, 2007) que permite a experiência do flow. Isto corrobora a ideia da natureza produtiva do ócio e da sua importância para o bem-estar subjetivo. Assim, concluímos ser imprescindível que se revele socialmente a verdadeira natureza do ócio a fim de que possamos criar meios para vivê-lo.

Tais colocações nos permitem pensar a questão da angústia da mulher frente à passagem do tempo. Homens e mulheres são afetados pelas consequências nefastas de uma temporalidade acelerada. Contudo, os efeitos de um viver apressado parecem pesar mais para as mulheres.

Talvez isso se deva à sua tendência a valorizar o bem-estar da família acima do seu próprio bem-estar, revelando a incompletude do processo de individualização quando se trata, especialmente, da relação mãe e filho. Assim, acabam negligenciando as parcas possibilidades que têm de experienciar momentos de ócio, de nutrir o seu próprio *eu* e capacitá-lo a enfrentar a efemeridade da vida.

Ao mesmo tempo, é a individualização que transforma esta relação. No momento em que os desejos de auto-realização, de prazer e de felicidade, prometidos ao indivíduo contemporâneo, se chocam com a atitude, digamos, generosa, de colocar os interesses de outros acima dos

próprios interesses, tal atitude passa a ser atravessada pelo ressentimento que advém da percepção de que algo está sendo tirado de si.

Desse modo, as mulheres buscam “aproveitar” o tempo ao máximo, na tentativa de que nada se perca. E neste intento, se desconectam de si mesmas. Fica claro, aqui, que a perversa valorização social da mulher *multitask*, ou multitarefa, impede-as de aceitar os limites do seu próprio tempo e da sua saúde. O desejo de sucesso em todas as áreas da vida, nos termos da sociedade brasileira, marcada pela coexistência de valores tradicionais e modernos, leva a mulher a desconsiderar a importância do equilíbrio entre momentos de ação e momentos de reflexão.

Este ponto de vista não significa que estamos propondo que se escolha entre filhos ou trabalho. Nossas colocações se referem, antes, a questionar o nível de exigência a que as mulheres se impõem. A percepção de Rocha-Coutinho (1994), em seus estudos sobre a mulher, nos auxilia aqui. A autora atentou para o fato de que a mulher brasileira quer tudo: carreira profissional, sem, no entanto, abrir mão de seu poder no ambiente doméstico, ou seja, sem deixar de ser a “rainha no lar”. Este modo de ser contraditório, no nosso entender, revela-se ruim, sobretudo sob a ótica do bem-estar.

Acreditamos que os relatos femininos acerca da sensação de fuga do tempo dão voz a esta falta de sentido a qual vimos nos referindo, ocasionada pela impossibilidade de viver as pausas. Assim, no próximo capítulo, direcionaremos a discussão para a questão do gênero, fundamental para uma maior compreensão do nosso tema.

4.

Trabalho, filhos e cuidados pessoais: forças contra o tempo livre da mulher contemporânea

4.1.

Pesquisas de usos do tempo sob a perspectiva de gênero

As pesquisas sobre os usos do tempo buscam revelar como os indivíduos alocam este precioso bem, o seu tempo, nas diversas atividades às quais se engajam, indicando padrões que, vale salientar, são constantemente transformados pelas mudanças econômicas, sociais e culturais, específicas de cada sociedade. Tais pesquisas, pode-se dizer, são recentes: segundo Ramos (2009), o primeiro grande estudo multinacional de uso do tempo foi conduzido pelo sociólogo húngaro Alexander Szalai entre 1965 e 1966, e contou com 30 mil entrevistados de 12 países. Recentemente, países como EUA, Canadá e os países da Comunidade Europeia, passaram a utilizar levantamentos estatísticos numa tentativa de caracterizar o uso do tempo por suas populações. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, incluiu, desde 2001, alguns tópicos sobre o tempo despendido nos afazeres domésticos.

As informações decorrentes desses estudos permitem uma observação e comparação do tempo gasto na reprodução econômica e na reprodução social (Dedecca, 2004). O primeiro é o tempo destinado ao trabalho remunerado, que inclui o tempo de deslocamento até o local de trabalho. O segundo engloba as atividades realizadas no lar, de lazer e de sono. Conforme Dedecca (2004), a alocação do tempo em ambas as esferas (a econômica e a social), não é feita de maneira livre ou natural; ela é regulada e organizada por instituições políticas e culturais.

A divisão dos dias de trabalho em três partes de oito horas cada, destinadas ao trabalho, ao descanso e ao tempo livre, constitui o principal dispositivo de organização da vida no século XX no mundo ocidental

(Thiesse, 2001). A consolidação deste esquema se justifica a partir da expansão do modo de produção capitalista, que realizou uma estrita divisão entre os espaços-tempo de trabalho remunerado e os espaços-tempo livre.

A padronização da jornada de trabalho, que surgiu primeiramente na Inglaterra, em 1947, buscou promover uma harmonia entre trabalho e vida familiar, ao sincronizar o horário do trabalho, com a escola e a creche. Recentemente, contudo, com a ampliação e flexibilização da jornada de trabalho em regime especial e o crescimento do desemprego, este sincronismo foi se perdendo, e o tempo social passou a ser subordinado ao tempo econômico (Dedecca, 2004).

Segundo a discussão de gênero, tal modelo de padronização do tempo tem implícita a aceitação da dominação do tempo masculino sobre o feminino. Por isso, todas as atividades de trabalho não remuneradas exercidas pelas mulheres no espaço privado tornam-se, “além de invisíveis, reguladas pela organização do tempo do homem” (Schouten, 2012).

A diminuição do tempo livre tem sido apontada por diversas pesquisas. Desde os anos de 1970, no Brasil, os estudos sobre os usos do tempo caminham lado a lado com o debate sobre gênero, e tentam demonstrar as conseqüências negativas da dupla jornada para a vida das mulheres, especialmente no que diz respeito à perda de autonomia, escassez de tempo, pobreza e limitado acesso a espaços sociais e a direitos civis (Okin, 1998). De acordo com o PNAD-IBGE (2009), o tempo de dedicação das mulheres aos afazeres domésticos correspondeu a mais do que o dobro do tempo dos homens durante o período de 1996 a 2007.

Esta profunda desigualdade de gênero se repete em outros países. Segundo o Multinational Time Use Study (MTUS), que analisou o uso do tempo em diversos países europeus, entre os anos de 1960 até 1995; ocorreu, ao longo desse período, uma elevação do tempo econômico e também do tempo para a organização familiar, tendo como consequência direta a contração do tempo livre das pessoas. O menor tempo livre foi observado para as mulheres, especialmente aquelas com filhos até 15

anos. Ao contrário do que acontece com os homens, elas possuem um tempo econômico remunerado menor, porém realizam jornadas maiores de trabalho não remunerado, que envolvem a organização familiar (Dedecca, 2004).

Os dados obtidos pela Eurostat, também na Comunidade Européia (2003), com países que possuem ampla política social, tais como Bélgica, Dinamarca, França, Suécia, entre outros, confirmam os indicadores acima. Eles apontam que a jornada de trabalho total (trabalho remunerado e não-remunerado) de mulheres casadas e com filhos de 7 a 17 anos tende a ser mais elevada que a jornada dos homens, nas mesmas condições.

Estes dados revelam, segundo Dedecca (2004), a complexidade na determinação do tempo econômico para as mulheres. Considerando que o tempo gasto em atividades de reprodução social é maior em países que contam com políticas sociais abrangentes, que oferecem à população creches e escolas em período integral, pode-se afirmar que “a igualdade do uso do tempo econômico entre homens e mulheres acentuaria a diferenciação entre jornadas totais de trabalho segundo o sexo, colocando as mulheres em uma posição ainda mais desfavorável” (p.32). Ou seja, uma regulação social sobre o uso do tempo que leve em consideração somente o tempo econômico, garantindo o amplo acesso da mulher ao mercado de trabalho, provoca uma redução do seu tempo livre. O autor questiona também até que ponto um alto grau de desenvolvimento de um país relaciona-se diretamente com uma menor discriminação entre homens e mulheres no uso do tempo (Dedecca, 2004).

Grande parte da literatura sobre a jornada de trabalho feminina aborda a questão sob a ótica do mercado e do trabalho, tendo como objetivo principal otimizar a capacidade produtiva da mulher, ignorando seus efeitos nefastos sobre o tempo para a reprodução social. É necessário, portanto, que se busque uma “sintonia” entre os tempos para produção e reprodução social, que implica em perceber que o tempo social não pode ser subordinado ao tempo econômico, mas regulado em função da necessidade do tempo das famílias. Nas palavras de Dedecca (2004):

é preciso abordar o uso do tempo de modo mais abrangente, analisando articuladamente suas diversas dimensões. Em especial, quando está se tratando de seus impactos para as condições de reprodução da mulher. A perda de vista desse movimento deve ratificar o caráter masculino do mercado de trabalho e o feminino da organização familiar. (p.51)

Para falar sobre o tempo livre da mulher, é necessário falar sobre seu tempo ocupado. Assim, em um primeiro momento trataremos da questão do trabalho segundo a perspectiva de gênero, discutindo permanência da divisão sexual do trabalho, apoiados, principalmente, nas colocações de Araújo e Scalon (2005), de Ramos (2009), de Oliveira (2001) e da análise de dados estatísticos do I.B.G.E (2011). e do P.N.A.D (2009), além de outras pesquisas na área.

4.2.

Tempo, relações de gênero e divisão sexual do trabalho

O interesse crescente no valor do tempo inestimável se deve à insatisfação de muitos grupos sociais, especialmente as mulheres, dado que seu trabalho é escassamente visível na maioria das interpretações econômicas e políticas.
(Durán, 2010)

Às vezes não basta ser mulher, tem que ser ninja.
(anônimo)

O trabalho remunerado é uma realidade cada vez mais constante para a mulher atual. Além de possibilitar maior autonomia, ele permite à família alcançar um melhor padrão de vida. Possuir uma carreira profissional, para muitas mulheres, não significa, necessariamente, apenas ter uma renda; é fonte de realização pessoal (Rocha-Coutinho, 2007).

Segundo Araújo e Scalon (2005), como o consumo se tornou um valor central na sociedade, o *status* público dos indivíduos é imensamente influenciado pela sua condição de consumidor, em detrimento do lugar de

cidadão. Assim, trabalhar pode significar, além da satisfação com a atividade, ter a possibilidade de escolha no mercado de consumo que confira algum sentido subjetivo de autonomia. A autonomia, para as mulheres, pode ter um duplo significado: proporcionar independência em relação ao parceiro, e poder se sentir incluída como consumidora.

Em 2011, segundo o IBGE, observou-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, vis à vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior. Contudo, a presença feminina também era majoritária na população desocupada e na população não economicamente ativa. Em média, elas totalizavam 11,0 milhões de pessoas na força de trabalho, sendo, 10,2 milhões ocupadas e 825 mil desocupadas. Na inatividade, o contingente feminino era de 11,5 milhões de pessoas. Na comparação com 2003, o crescimento da participação das mulheres na população economicamente ativa foi de 1,8 ponto percentual (de 44,4% para 46,1%),

A análise por grupos etários mostrou que, em 2011, cerca de 63,9% das mulheres ocupadas tinham entre 25 e 49 anos de idade.

O crescimento da escolaridade feminina tem se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores da atividade econômica. Em 2011, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade.

Esses dados demonstram a importância crescente do trabalho e da formação profissional para a mulher brasileira. O alto índice de mulheres desocupadas, no entanto, pode significar tanto falta de desejo como a presença de obstáculos à entrada no mercado de trabalho para um contingente alto de mulheres.

É importante ainda observar, para fins deste estudo, que a idade na qual as mulheres são mais economicamente ativas corresponde aos anos em que os filhos são menores, e demandam mais tempo de cuidado, o que aumenta a sobrecarga emocional e física das mulheres. Este aspecto será discutido mais adiante.

Segundo Bruschini (2006), as pesquisas sobre o trabalho feminino - após um período em que analisavam a ótica da produção, sem levar em

conta o fato de que o lugar ocupado pela mulher na sociedade também é determinado por seu papel na reprodução social – passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, uma vez que para as mulheres a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas.

O trabalho doméstico não tinha conotação de trabalho, por não ser remunerado, o que impedia os instrumentos medidores de avaliar apropriadamente as atividades econômicas desempenhadas por mulheres. Atualmente, o conceito de trabalho foi revisto. Dentro deste novo modelo de desenvolvimento, segundo os autores do relatório (de 1995, preparado para a IV Conferência da Mulher em Pequim) não há nenhuma razão para que atividades como criar filhos, cozinhar, cuidar da casa e outras não sejam reconhecidas ou valorizadas.

Devido à ausência de um conceito que lhe desse visibilidade, o trabalho doméstico permaneceu, durante muito tempo, ignorado dos estudos sobre o trabalho. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho mostraram, através da articulação entre a esfera da produção econômica e da reprodução social, as conseqüências das obrigações domésticas na vida das mulheres, que limitam, principalmente, seu desenvolvimento profissional.

De acordo com Ramos (2009), as pesquisas realizadas em países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental e Austrália, demonstram que os usos do tempo para os trabalhos remunerado e não remunerado estão vinculados. Quanto mais tempo as mulheres se dedicam ao trabalho remunerado, menos tempo é alocado por elas ao não-remunerado.

No Brasil, de acordo com o PNAD-IBGE (2009), o tempo de dedicação das mulheres aos afazeres domésticos correspondeu a mais do que o dobro do tempo dos homens durante o período de 1996 a 2007.

Segundo o Multinacional Time Use Study (MTUS), embora tenha havido, dos anos de 1960 até aqui, uma elevação do tempo econômico e do tempo para a organização familiar - diminuindo o tempo livre de homens e mulheres -, o menor tempo livre foi observado para elas, especialmente na presença de filhos pequenos. A jornada de trabalho

total (trabalho remunerado e não-remunerado) das mulheres com filhos de até 15 anos de idade tende a ser mais elevada que a jornada dos homens, nas mesmas condições. Estes dados confirmam a existência, ainda que em graus diferentes, da existência da divisão sexual do trabalho doméstico de acordo com o gênero em diversos países, além do Brasil.

A perspectiva de gênero (compreendido como “uma construção social, cultural e psicológica que se impõe sobre as diferenças biológicas” (Shapiro, 1981)) , na qual se situa este estudo, supõe que a distribuição do trabalho não remunerado no ambiente doméstico é explicada a partir da divisão sexual de trabalho, a qual reserva ao homem o trabalho remunerado no mercado, associado à esfera pública, e à mulher as atividades domésticas, limitadas à esfera privada.

Na sociedade pós-industrial são observados aspectos contraditórios no que se refere ao trabalho e seu lugar nas relações sociais, que impactam a família e as relações de gênero. São elas: 1) A dimensão material, onde, basicamente, o trabalho pode ser visto como fonte de realização pessoal que confere *status* e constitui-se um elemento de afirmação econômica; 2) A sua dimensão instrumental, na qual ele funciona como elemento que proporciona autonomia, tornando a *realização* secundária e a necessidade econômica, imperativa; 3) Como elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos (Araújo e Scalon, 2005, p.19).

Enquanto o acesso do homem ao trabalho continua naturalizado, ou seja, tido como um imperativo, como um meio genuíno de alcance de realização pessoal, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho permanece contraditório: percebido como uma dimensão exterior às suas vidas, condicionado pela *domesticidade* de suas relações. Desse modo, as possibilidades de satisfação das mulheres são mediadas pelas condições internas da família. Desse modo percebemos que apesar das grandes transformações que ocorreram nas últimas décadas nas relações de gênero, ainda é grande a associação do trabalho não remunerado com os papéis de mãe e esposa, os grandes estruturadores da identidade feminina (Ramos, 2009).”

Confirmando esta percepção, Rocha-Coutinho (2003, 2007) afirma que embora o trabalho seja um valor importante para a mulher contemporânea, os filhos, quando chegam, passam a ser prioridade, passando a ocupar lugar central na sua vida. Deste modo, percebe-se que a visão da maternidade não foi alterada, e continua sendo vista como um ato de disponibilidade incondicional ao filho. Tal concepção é reforçada, segundo diversos autores (Durham, 1983, Oliveira, 2001), pela inscrição da maternidade no corpo da mulher e pela dependência do bebê em relação à mãe que o amamenta, o que leva ao desenvolvimento de um forte vínculo entre mãe e filho. O fato é que o lar e a família continuam sendo um espaço de produção material e simbólica da vida cotidiana, e as mulheres seguem ocupando o lugar de responsáveis por essa produção.

Em estudo acerca de trajetórias de vida na contemporaneidade, Born (2001) aponta, considerando os padrões de uma vida “normal”, aquela que resulta de normas e estruturas modeladas culturalmente, a existência de tipos de trajetórias de vida diferenciadas de acordo com o gênero. Segundo o autor, existe uma marcada tipificação sexual das trajetórias de vida: as trajetórias masculinas permanecem bastante constantes na travessia das etapas da vida familiar, enquanto que as trajetórias das mulheres mostram-se mais inconstantes, sendo fortemente influenciadas pelas exigências de cada nova fase. Deste modo, percebe-se que a distinção de modelos de trajetórias de vida para homens e mulheres decorre da institucionalização de papéis sociais distintos para homens e mulheres e, portanto, relaciona-se com um padrão social que determina que a cada gênero sejam atribuídas características e funções diferentes.

No contexto contemporâneo, em razão da maciça participação das mulheres no mercado de trabalho, elas investem em estudos tanto quanto os homens e comumente desejam permanecer “ativas” depois da maternidade, o que aproxima as trajetórias masculinas e femininas. No entanto, conforme salienta Widmer et al (2006), a participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, que gera tal aproximação dos universos femininos e masculinos, não modifica, de fato, as diferenças

entre as formas de inserção social de mulheres e homens. Alimentada pelos impasses relativos à impossibilidade de se transpor a hierarquia nas relações homem-mulher, à qual vimos discutindo, a trajetória profissional da mulher é marcada por antigos padrões sociais arraigados, que fazem com que a maioria das mulheres seja empregada em tempo parcial, ocupando cargos de baixo retorno financeiro, que tenham uma função complementar à do marido no orçamento familiar; e, ainda, que interrompam mais frequentemente suas atividades profissionais na ocasião do nascimento de um filho. Assim, vê-se que o padrão de trajetória de vida de homens e mulheres realmente não mudou nas últimas décadas.

A discussão acima nos permite compreender que apesar das mudanças nas relações de gênero, a relação da mulher com o tempo de trabalho ainda é atravessada pela lógica de família. Os dados analisados confirmam a ideia de que no imaginário (e nas práticas) de homens e mulheres, ainda cabe à mulher a maior parcela de responsabilidades com os filhos, portanto, um pensamento sobre o tempo da mulher deve ser articulado a este contexto.

Em seguida, analisaremos, apoiados em Amato (2008), Singly (2007), Vernon (2010) e Dedecca (2004) a importância da família e suas transformações no contexto contemporâneo e seus impactos no tempo da mulher. No item seguinte lançaremos nosso olhar sobre os significados, para as mulheres, da desvalorização da vida privada e da centralidade do tempo do trabalho. Servirão à nossa discussão as considerações de Oliveira (2003), Lasch (1977), Mizrahi (2004), Duràn (2000) e Cyrino (2009).

4.3.

As relações contemporâneas e a importância do “outro”

As relações familiares, dentro do cenário individualista e, ao mesmo tempo, de incertezas da modernidade, concentram grandes expectativas de afeto e autenticidade. A casa, nesse contexto, se constitui

como um espaço de compensação emocional e afirmação das identidades (Araújo e Scalon, 2005)

Discutindo a questão dos vínculos sociais na sociedade contemporânea, Paugam (2009) assinala que o caráter escolhido, não obrigatório dos laços sociais não os torna menos fortes do que eram nas sociedades tradicionais. O laço social existe, porém permite maior mobilidade aos indivíduos. O que muda é que, nas sociedades modernas, os indivíduos não são obrigados a repetir o que faziam seus pais, eles podem escolher o que fazer. Assim, transforma-se a forma de ancoragem do indivíduo às relações familiares. Ela se faz, hoje, numa relação que valoriza a autonomia e a singularidade de cada um, o que ressalta a importância da individualização nas relações.

Giddens (2002), analisa que juntamente com a possibilidade de escolha do estilo de vida que se apresenta ao indivíduo, o que se afirma é o imperativo de que se faça escolhas. Nesse contexto, conforme o autor, as relações de intimidade, tanto as amorosas como as de parentesco, tendem a se tornar reflexivas, ou seja, vão deixando de ser tão fortemente reguladas por normas socialmente estabelecidas, passando a ser negociadas conforme os interesses individuais. Mesmo nas relações entre pais e filhos ou entre adultos e idosos, nas quais há obrigações socialmente pré-determinadas de um tipo de ligação, existe a tendência de que o “afeto mútuo”, ou seja, a “qualidade” dos relacionamentos, determine seus contornos.

Assim, na medida em que o que se constrói está sempre reflexivamente aberto a mudanças, o processo de constituição dos indivíduos e das relações sociais torna-se tenso. O sujeito torna-se então o ponto de sustentação de si mesmo, uma vez que está constantemente se questionando a respeito do sentido das identificações que faz.

A ideia de relações reflexivas só faz sentido a partir da noção de identidade reflexiva. O projeto reflexivo do eu instaura uma nova ética para as relações, onde a moralidade está no valor da autenticidade e, assim, deve-se “ser sincero consigo mesmo”. Diante disso, passa-se a buscar um tipo de relação que satisfaça à subjetividade, a qual Giddens (2002) chamou de “relação pura” (p.86). A relação pura não se sustenta

por condições exteriores a ela, pela vida social ou econômica, mas “flutua livremente”, buscando a satisfação emocional dos envolvidos.

Nesse contexto, a intimidade torna-se um valor para os indivíduos e, conseqüentemente, algo a ser perseguido nos relacionamentos. É justamente pela intimidade que a confiança e o compromisso se constroem, podendo oferecer alguma sustentabilidade a estas relações (Giddens, 2002).

Os conceitos de “reflexividade das relações” e de “relações puras” podem nos auxiliar, nesta pesquisa, a compreender por que as relações íntimas continuam sendo tão importantes para os indivíduos, apesar de estarem cada vez mais centrados em si mesmos e mais desligados das convenções sociais.

Singly (2005) também discute o valor dos relacionamentos íntimos para o indivíduo contemporâneo a partir da importância do “outro significativo” no mundo atual. Segundo ele, nas relações atuais, cada um é livre para escolher a forma de vida que deseja, sem necessidade de uma legitimidade externa ou uma conformidade social a uma instituição. A vida privada se estrutura antes sobre o reconhecimento mútuo de pessoas que vivem juntas. Nesse contexto, a família, enquanto uma rede de relações de intimidade, possui um papel fundamental para os indivíduos.

O fato de o “eu” contemporâneo construir-se a partir de um diálogo interior, não suprime a existência de uma interdependência entre as pessoas. Ao contrário, é justamente a auto-suficiência e a afirmação extrema de si que impede a completude do indivíduo, já que é por meio das outras pessoas, pessoas significativas para ele, que o projeto de constituição de si se realiza. Desse modo, os indivíduos precisam de pessoas que saibam reconhecer nele alguma coisa, que tenham um olhar pessoal capaz de ver além das aparências associadas a grupos ou a outros estatutos sociais.

Assim, relações “pessoais” e afetivas são necessárias para fazer com que o “eu” infantil ou adulto se descubra. É por isso, então, que a família contemporânea, menos como instituição do que como espaço das relações afetivas, é fundamental para o indivíduo contemporâneo. Ela

possui lugar central na construção da identidade individualizada, assegurando essa função de produção identitária, justamente porque dispõe de um modo de funcionamento que se caracteriza pelo amor pressuposto (no ideal), pela gratuidade e pela incondicionalidade. O amor e a afeição propiciam a criação de vínculos de confiança, que representam um mecanismo mútuo de revelação de si.

No contexto que vimos discutindo, a família possui grande importância na sociedade. Além de continuar contribuindo para a reprodução biológica e social, agora essa função coexiste com uma outra, também importante, que é a função de revelação da própria identidade. O valor dos relacionamentos significativos para os indivíduos foi belamente abordado por Leloup (1996). Em suas palavras:

Existem lugares de nós mesmos que não existem enquanto o amor não tiver penetrado (...) É fazendo alguma coisa por você, é fazendo alguma coisa pelos outros, que eu descubro quem eu sou. Que eu me descubro um ser não somente para a morte, mas um ser para o outro. (p. 75 - 76)

Estas colocações reafirmam a percepção de importância do lugar da família como espaço de socialização primária e de expressão de afeto no período contemporâneo. O lugar de destaque do afeto coloca também os filhos em lugar central na vida da família, significando um aumento de demandas para as mulheres, as “responsáveis” principais pelas trocas afetivas no lar e pelo “cuidado” no lar.

No entanto, em função da alta dedicação de homens e mulheres ao trabalho, atualmente recorre-se com frequência ao Estado para assumir parcialmente a responsabilidade pelas crianças, através de creches e de outras instituições, mas o conflito básico persiste: a livre expressão da individualidade tanto na carreira profissional quanto na vida amorosa enfraquece o vínculo conjugal, mas a responsabilidade conjunta em relação aos filhos comuns exige o seu fortalecimento. A competição de cada cônjuge no mercado de trabalho estabelece um conflito, que pode refletir-se numa luta familiar no sentido de fazer com que o outro assumira uma carga doméstica maior. Essa divisão fica na dependência do

confronto interpessoal entre os cônjuges, criando uma enorme área de conflito. Por outro lado, se valorizam e se exigem, simultaneamente, o apoio emocional e o prazer sexual recíprocos, sobrecarregando a relação conjugal. A saída para a impossibilidade de satisfazer todas essas condições necessárias à manutenção da parceria conjugal igualitária, freqüentemente é o divórcio, que também implica em novas formas de tensões (Durham, 1983).

Outra saída também frequentemente encontrada pelas mulheres é a redução do horário de trabalho. Este aspecto é confirmado por investigação realizada pelo Instituto Datafolha (2007), sobre comportamento, sexualidade, atitudes e valores da família brasileira. Segundo a pesquisa, 33% dos entrevistados acham que as mulheres devem deixar de trabalhar fora para cuidar dos filhos (a resposta foi dada por 36% dos homens e 30% das mulheres). 49% concordam com a afirmação de que a mulher só deve trabalhar fora quando o salário dela é realmente necessário.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, as mulheres cuidam mais: 78% das mulheres vão a reuniões da escola; os homens, apenas 21%. No dia-a-dia, 83% das mulheres acompanham as refeições dos filhos, enquanto apenas 18% dos homens o fazem. Quando o filho está doente, 90% das mulheres fornecem os cuidados, para 15% dos homens.

A importância conferida à família leva muitas mulheres a desejar trabalhar menos horas ou não trabalhar, segundo dados de Amato (2008). Apesar do movimento em grande escala das mães e esposas em direção ao trabalho pago ocorrido na segunda metade do século XX, e do aumento substancial da participação da força de trabalho feminino nos EUA entre 1980 e 2000 (de 58% em 1980 para 75%, em 2000), os resultados afirmam que a porcentagem de esposas que preferiram “nenhum trabalho” aumentou, de 25% para 34%. Correspondentemente, a porcentagem de esposas que preferiram um trabalho de tempo integral diminuiu de 27% para 19%. A porcentagem de esposas empregadas no mercado de trabalho que gostariam de trabalhar menos horas ou simplesmente não trabalhar aumentou de 48% para 59%, entre 1980 e 2000. Na verdade, um terço de todas as esposas em 2000 gostaria de ser

dona-de-casa em período integral. Estes resultados são consistentes com a noção de que muitas esposas (especialmente aquelas com menor escolaridade) trabalham por conta muito mais de uma necessidade econômica do que por interesse pessoal. Tais colocações revelam ainda a complexidade em se determinar o sentido do trabalho para a mulher.

Baseados nesta discussão, podemos ponderar, a partir das considerações de Durham (1983), que a reformulação da divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, na medida em que é influenciada pelo modelo de igualitarismo individualista criado na esfera pública, pode aparecer como ameaça de destruição da família e, com ela, do único grupo primário estruturado e permanente que parece impedir a dissolução das relações interpessoais no individualismo anônimo da sociedade de massa. A família, de acordo com a antropóloga, é considerada o último reduto a ser atingido pela tendência individualizante própria do desenvolvimento da nossa sociedade, e se estabeleceu neste período como grupo básico de convivência e solidariedade.

Refletindo sobre o tema, observamos que a extrema dependência emocional que os indivíduos depositam na família, atrelada à constatação de um mundo cada vez mais hostil, pode levar homens e mulheres a adotar atitudes tradicionais, visando à manutenção da família. Tais atitudes são favorecidas pela hierarquia entre os sexos, que surge com a sobrecarga que as mulheres necessariamente assumem por conta da maternidade e da amamentação. É válido lembrar que, como afirma com Salém (1989), a igualdade é fator de desestabilidade conjugal, já a complementaridade entre os sexos, pelo contrário, fortalece o vínculo homem-mulher. Assim, a seguir, discutiremos alguns impactos da instabilidade conjugal no tempo das mulheres no contexto da sociedade individualista.

4.4.

Novos direitos, novos conflitos

As mudanças no trabalho e nas relações de gênero abriram caminho para novas configurações familiares que impactam o tempo da mulher. De acordo com Araújo e Scalon (2005), duas grandes dimensões de variações culturais estiveram por trás da fase de modernização da sociedade: o declínio da família tradicional, que significou a transição de valores tradicionais para os valores seculares; e o surgimento da igualdade de gênero, que correspondeu à transição de valores de sobrevivência para os de auto-realização. Tais transformações não devem ser interpretadas como “crise na família”, mas como a expressão de um processo de democratização que procura garantir o “direito a ter direitos” (p.17).

Em função do declínio dos valores patriarcais e do caráter institucional da família, diversificaram-se as opções para a mulher: hoje ela pode criar filhos sozinha, optar por não ter filhos, ou se divorciar, sem que isso signifique a negação do seu papel social. Embora estas mudanças favoreçam as mulheres, elas não significaram a ausência de conflitos.

A ideia de singularidade do indivíduo propicia o surgimento de um ideal de liberdade, onde cada um é reconhecido como alguém original. Nesse contexto, a família pode ser pensada como um local que agrega diferentes eus e, dentro dela, as relações que se estabelecem não devem impedir que cada um seja “um”. Às relações familiares contemporâneas importa, assim, o desenvolvimento de individualidades. Então, sendo o indivíduo, igual e singular, um valor central, verifica-se nas famílias um tipo de articulação interpessoal que privilegia o respeito às diferenças individuais e liberdade para viverem suas diferenças.

A instabilidade conjugal é uma questão de peso para a mulher contemporânea. De acordo com Singly (2007), a aplicação dos ideais individuais na esfera privada e a crença no amor como um sentimento indispensável para a manutenção das conjugalidades trouxeram a

instabilidade para dentro da família, o que afeta mais fortemente as mulheres.

Uma repercussão que deve ser considerada a partir desta configuração das relações familiares é a instabilidade que se cria nos casamentos. Considerando-se o indivíduo o centro das relações, um amor independente de convenções sociais afirma-se como a base de sustentação dos relacionamentos amorosos. Nesta configuração, casamentos constituídos e mantidos em função de razões sociais são rejeitados, tornando-se pouco valorizados. Assim, baseado nessa concepção de amor “livre” ou “verdadeiro”, legitima-se o divórcio, entendido como um ato capaz de libertar indivíduos presos a relacionamentos pessoalmente ou intimamente pouco apreciados. Esta possibilidade socialmente validada de se divorciar - como consequência da valorização social do indivíduo e, por sua vez, do amor -, subverte radicalmente a ordem social e familiar das sociedades tradicionais, provocando uma redefinição do lugar que ocupa a família na construção das subjetividades contemporâneas. Vale destacar ainda que o advento do divórcio impulsiona e é impulsionado por outras mudanças na vida social, tais como: a divisão do trabalho, a ocupação das esferas públicas e privadas tradicionalmente baseada em distinções sexuais, e a redefinição dos parâmetros pelos quais se definem as identidades dos indivíduos.

Estas transformações que acompanham o processo de instituição do divórcio relacionam-se entre si. Para que o divórcio pudesse ser viabilizado, foi necessário que ocorresse a entrada da mulher no mercado do trabalho, a reestruturação (ainda que parcial) do modelo de mulher “dona-de-casa” e de homem “provedor”, a reconstrução da ideia de complementaridade feminina e masculina baseada em distinções rígidas entre homens e mulheres e a desconstrução de um modelo de família baseado em um casamento eterno.

Retomando a discussão do trabalho, pensamos que, para a mulher atual, estar inserida no mercado de trabalho torna-a mais livre para exercer seu desejo de permanência ou não na relação conjugal. Quando ocorre o divórcio, o sub-investimento das mulheres na vida profissional -

resultado da atribuição da vida doméstica a elas - significa um empobrecimento para a maioria das mulheres. Segundo Singly (2007), é no momento da separação que se paga o preço da vida conjugal.

Pesquisas afirmam que mães solteiras ou divorciadas possuem menos tempo livre do que as casadas. Embora dediquem menos horas às atividades de cuidados, gastam mais tempo no trabalho remunerado, perfazendo um total de horas trabalhadas superior (Dedecca, 2004, Mattingly e Bianchi, 2003).

Em análise baseada no *American time use survey* (2003-2008), Vernon (2010) assinala, em consonância com pesquisas (já citadas anteriormente) na Europa e no Brasil, que a especialização de acordo com papéis de gênero tradicionais altera a composição do trabalho total para homens e mulheres. A divisão de trabalho aumenta ainda mais quando há filhos: as mães casadas suportam a maior carga de tarefas domésticas e pais casados trabalham as mais longas horas para pagar as contas: mães casadas gastam mais de 2 horas por dia nos principais cuidados infantis, 30 minutos a mais do que o tempo gasto pelas as mães solteiras e mais que o dobro do tempo dos pais com seus filhos.

As mulheres casadas reduzem seu trabalho remunerado por quase uma hora e meia em cada dia da semana e mais de 30 minutos em cada dia de fim de semana, adicionando 33 a 51 minutos diários ao trabalho doméstico em comparação com mulheres solteiras. Estas últimas aumentam sua carga horária destinada ao trabalho pago em 4 horas semanais, em comparação com as casadas. Os dados apontam ainda que mulheres casadas gastam seus 33 minutos extras nos dias de semana em cuidados pessoais.

Vernon (2010) assinala ainda que, por um lado, a especialização é eficiente: ambos os cônjuges ganham mais bens e serviços que dois adultos que vivem sós. Por outro lado, porém, a dedicação maior das mulheres à reprodução familiar possui efeitos negativos em sua perspectiva de carreira: reduz seus salários, cria dependência sobre os rendimentos do marido e até mesmo prolonga casamentos infelizes.

As mulheres solteiras que não possuem filhos dedicam mais horas ao trabalho remunerado do que as casadas (com filhos) e do que as mães solteiras ou divorciadas; e dentre as três, é a que passa menos tempo às voltas com o serviço doméstico. O seu tempo livre é menor do que o das casadas (com filhos) porém maior do que o tempo livre das mães solteiras (Vernon, 2010). Assim, observa-se que a instabilidade conjugal, a liberdade de criar os filhos sozinha, ou de não ter filhos são condições que também afetam tempo livre da mulher.

4.5.

Desvalorização da vida privada e centralidade do tempo do trabalho

Grande parte das pesquisas sobre trabalho feminino aborda a questão sob a ótica do trabalho, no sentido de “liberar” a mulher para o setor produtivo. Tais abordagens, contudo, ignoram os efeitos deletérios do trabalho sobre o tempo para a reprodução social. Segundo Dedecca (2004), o livre acesso feminino ao mercado de trabalho que não leve em conta as demandas do lar tem como consequência imediata a redução do tempo livre das mulheres.

O modo de produção capitalista realizou uma divisão entre os espaços-tempo de trabalho remunerado e os espaços-tempo livre. Como observou Thiesse (2001), durante o período da Industrialização, foi feita uma divisão dos dias de trabalho em três partes de oito horas cada, destinadas ao trabalho, ao descanso e ao tempo livre.

Segundo a discussão de gênero, a padronização do tempo a partir das necessidades do trabalho, tem implícita a aceitação da dominação do tempo masculino sobre o feminino, já que os homens são os maiores responsáveis pelo tempo remunerado. Nesse sentido, Oliveira (2003) chama atenção para o fato de que as instituições públicas e os tempos de funcionamento da sociedade são definidos em função da disponibilidade integral de uma mulher que ainda educa os filhos e cuida da burocracia doméstica (Oliveira, 2003). Além disso, a desconsideração do tempo de

reprodução torna todas as atividades de trabalho não remunerado exercidas pelas mulheres no espaço privado, invisíveis (Schouten, 2012).

A esse respeito, Lasch (1977) afirma que a retirada da produção da vida doméstica e a entrada das crianças na escola, ocorrida durante a Industrialização, ajudou a desvalorizar o espaço privado. A força do discurso capitalista da produtividade e o aumento do consumo levaram a um investimento cada vez maior no tempo econômico.

Corroborando a percepção de que a desvalorização da vida privada é perniciosa à sociedade, Lasch (1977) descreve como no ocidente o horário de trabalho é visto como mais importante do que o horário da família. O autor considera que, embora não se possa questionar a justiça na reivindicação feminina pela igualdade política e no trabalho, também não é correto buscar essa emancipação sem alterar as condições econômicas. Sem transformar o trabalho, o consumo e a busca imediata por satisfação, gera-se simplesmente uma indiferença frente à necessidade de jovens e crianças, que passam a ser vistos como um simples empecilho à liberdade da mulher.

O “cuidado”, entendido como “(...) a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (Araújo e Scalon, 2005) revela-se problemático para as mulheres já que, atribuído predominantemente a elas, restringe suas chances de empregabilidade e de tempo livre. Segundo algumas análises, o cuidado é responsável pela construção subjetiva das emoções, do afeto e da solidariedade que, por sua vez, são partes do desenvolvimento das interações humanas. Assim, naturalizá-lo como uma prática feminina enfraquece-o como processo social.

A ausência de políticas públicas e de redes de apoio social que atuem eficazmente na dimensão da atenção a outros geram um déficit de “cuidado”, o que afeta sobretudo crianças, enfermos e idosos. Desse modo, as abordagens atuais sobre o “cuidado” procuram pensar meios de viabilizar o cuidado nos ambientes público e privado (Araújo e Scalon, 2005) sem sobrecarregar as mulheres.

Mizrahi (2004) salienta que, em função do alto nível de envolvimento do trabalhador com as instituições empregadoras nos dias

de hoje, é comum que muitos trabalhadores, homens e mulheres, mantenham um alto padrão de dedicação ao trabalho, independente do atendimento aos filhos pequenos. Em função disso, até mesmo direitos garantidos por lei, como a licença-maternidade, podem ser descumpridos.

Cabe ressaltar que em países desenvolvidos como a Suécia, o período de afastamento do trabalho após o nascimento dos filhos pode ser utilizado tanto pela mãe quanto pelo pai, ou dividido entre ambos de acordo com as necessidades de cada família. Este modelo nos parece preferível ao modelo brasileiro, no qual somente a mulher é contemplada com a possibilidade de afastamento, revelando desigualdades nas inserções sociais de homens e mulheres. Como afirma Duran (2000), excluindo-se os limites biológicos relativos à gestação e à amamentação, todos os outros aspectos envolvidos no cuidado podem ser desempenhados por homens e mulheres.

A centralidade do trabalho na contemporaneidade afasta pais e mães da convivência com os filhos. A fim de minimizar a culpa pela ausência, os pais buscam preencher esse espaço cercando os filhos de especialistas e de produtos. Aqui, mais uma vez, o consumo é utilizado para encobrir o enfrentamento de questões indesejadas, mantendo nos indivíduos uma falsa sensação de controle. Na visão de Mizrahi (2004), tal atitude demonstra [ainda] uma tendência de “deixar as crianças, assim como os trabalhadores, mais por conta própria, trazendo-lhes uma socialização voltada já para a solidão” (p.105). Assim, na medida em que se mostra cada vez menos capaz de influenciar o mundo do trabalho, o espaço privado estaria deixando de existir como espaço protetor.

Mizrahi (2004) sugere que atrás do elogio à criança livre, mais inteligente e independente do nosso tempo, convivendo desde cedo com uma educação diversificada, esconde-se a mesma condição de solidão e vulnerabilidade experimentada atualmente nas relações de trabalho. Na fala da autora:

(...) as perdas a serem vividas pela criança, e que são consideradas naturais e importantes para o desenvolvimento, são ditadas por uma organização do trabalho que não parece aos pais como passível de ser

transformada. Nesse sentido, da mesma forma que o indivíduo isolado é confrontado com uma realidade social pouco acolhedora, a escolaridade precoce pode surgir como imposição que desconsidera o ritmo que permitiria à criança dela participar sem se submeter. (Mizrahi, 2004, p.80)

Acreditamos que seja necessário romper com a ideia de que cabe exclusivamente à família a assistência e o apoio às crianças, e trazer para a discussão os pais, a escola, o mundo do trabalho e os demais espaços sociais. A parentalidade não pode ser pensada separada das questões políticas, ao custo de não sermos capazes de acolher os diferentes modos de vida.

Cyrino (2009), em estudo sobre trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero, chama atenção para a necessidade de se revelar a importância das funções que as mulheres tradicionalmente desempenham, que permanecem invisíveis aos olhos da sociedade, sendo desqualificadas e desvalorizadas socialmente, o que aumenta sua frustração e a necessidade de buscar reconhecimento em outras esferas de atuação, a despeito da falta de tempo.

A questão central, na concepção de Oliveira (2003), é que não se admite que o cuidado com outros seres humanos, mais frágeis e dependentes, tenha um valor social. No modo de ver da autora, uma vez reconhecida a importância da vida privada, esta se tornaria atraente também para os homens. As obrigações de pais e mães, enquanto elementos fundamentais para o bem-estar da sociedade, devem ser divididas entre homens e mulheres. Conforme expõe Oliveira (2003), o que está em pauta é o modo como a sociedade está organizada, como está funcionando o mercado de trabalho, seus espaços e temporalidades, que insistem na ocultação do privado, como se ele não existisse.

A associação entre as mulheres e o cuidado constitui-se uma problemática de gênero. E ela tem sido determinante para as possibilidades de escolha das mulheres diante não só do tempo, mas da vida em geral.

Acreditamos, portanto, ser necessário que se busque uma alternativa que permita “sintonizar” os tempos para produção e

reprodução social, a partir do reconhecimento da importância das atividades não-remuneradas realizadas no âmbito doméstico, que em muito contribuem para a organização social e econômica do próprio sistema capitalista. Isso significa ainda perceber que o tempo social não pode ser subordinado ao tempo econômico, mas regulado em função da necessidade do tempo das famílias.

4.6.

Trabalho e lazer

As restrições impostas pelo trabalho provaram exercer grande influência sobre o lazer. Com a despadronização das jornadas de trabalho, conforme observaram Araújo e Scalon (2005) e Dedecca (2004), é frequente a realização de atividades de trabalho remunerado e não remunerado em dias que, teoricamente, seriam de descanso. Entre as mulheres, sobretudo aquelas que possuem jornadas de trabalho de oito horas ou mais, é comum o uso de finais de semana para a realização de tarefas as quais se acumularam durante a semana, por falta de tempo. Nesse sentido, o trabalho limita o tempo livre.

Esta realidade explica os dados analisados por Amato et al. (2007), em estudo americano. O autor afirma que a percepção de que o trabalho interfere na vida íntima aumentou de 1980 para 2000, tanto para os homens quanto para as mulheres, especialmente quando há filhos pequenos em casa. Das mulheres que trabalhavam em período integral, 35% relataram que a vida profissional interferia na vida familiar, relacionando-se com baixos níveis de qualidade na vida conjugal. O trabalho de meio expediente das esposas mostrou-se um arranjo mais satisfatório e menos estressante do que quando a esposa trabalhava em período integral ou quando ela não trabalhava.

Quando marido e mulher trabalham no mercado de trabalho é comum enfrentarem uma dessincronização das agendas (Voorpostel, Van der Lippe & Gershuny, 2010). Especialmente casais com filhos pequenos eventualmente trabalham em períodos distintos para viabilizar o

atendimento às crianças, assim, o tempo de lazer do casal fica restringido, afetando negativamente a relação conjugal.

Contudo, alguns estudos sugerem que pessoas que possuem atividade remunerada, apesar de disporem de menos tempo de lazer, “aproveitam” melhor seu tempo liberado.

A situação de trabalho, de acordo com Harrington e Dawson (1995), parece influenciar na percepção de obstáculos às atividades de lazer, no caso específico das mulheres. Os autores estudaram a atividade de três grupos de mulheres: as que trabalham fora de casa em tempo integral, as que trabalham fora em tempo parcial e as donas de casa. Aquelas que trabalham em tempo integral reportaram que as barreiras mais importantes ao tempo livre ou de lazer estão relacionadas com as múltiplas responsabilidades, com a fadiga, com a falta de tempo e com os problemas para equilibrar os horários. As trabalhadoras de tempo parcial relataram as mesmas dificuldades que o grupo anterior, porém em menor grau. Este grupo, de fato, possui menos impedimentos ao lazer e, portanto, é o que mais se beneficia dele. É como se o trabalho remunerado, de certa forma, as liberasse para usufruírem do lazer.

As donas de casa, contudo, embora não possuíssem barreiras concretas ao desfrute do tempo livre, demonstraram um padrão bem diferente e mais complexo do ponto de vista psicológico. Apresentavam, de modo geral, uma auto-imagem ruim, mais insegurança quanto às suas habilidades e competências e consideravam que algumas atividades de lazer eram apenas para os homens, devido às suas menores oportunidades para momentos de lazer em função da obrigação de serem provedores. Estas restrições ocasionaram uma redução das possibilidades de experiências de vida deste grupo de mulheres em comparação com as mulheres trabalhadoras.

Conforme observaram Voorpostel, Van der Lippe e Greshuny (2010), o trabalho remunerado fornece à mulher, além do salário, mais contatos sociais e a chance de ter uma vida fora dos limites do lar, fazendo-as se sentirem com “direito” ao lazer. Em comparação com as mulheres que não trabalham, aquelas que possuem um emprego tendem a passar menos tempo na companhia do marido em função de possuírem

uma vida social mais diversificada, graças às interações que faz no trabalho.

Estes dados são consistentes com aqueles encontrados por Jonathan e Silva (2007). Em discussão acerca das demandas conflitantes em relação ao trabalho e à vida pessoal vivida por mulheres empreendedoras, as autoras assinalam que as mulheres que trabalham (especialmente as mães), apresentam melhores índices de satisfação do que aquelas que não trabalham. Tais resultados levam as autoras a questionar o “tabu” que apresenta o trabalho remunerado como um fardo na vida das mulheres, além de afirmar que “os espaços profissional, familiar e pessoal contribuem de maneira equilibrada para o bem-estar psicológico destas mulheres” (Jonathan e Silva, 2007).

Corroborando essas ideias, Rubin e Wooten (2007) constataram, em estudo com mulheres americanas, que aquelas que se afastaram dos empregos para ficar com os filhos, ou “stay-at-home-mothers”, não recebem, ou recebem muito pouca validação social. As participantes relatam sentir falta do reconhecimento, que era proporcionado pelo trabalho, da época em que trabalhavam.

Segundo Schouten (2012), o trabalho doméstico é essencialmente “de bastidor” (p.10), portanto, menos passível de recompensa imediata e menos reconhecido socialmente. Já as tarefas “de palco”, associadas ao trabalho remunerado, além de serem menos rotineiras, são mais valorizadas socialmente e proporcionam maiores chances de interações sociais. Estas tarefas são normalmente mais assumidas pelos homens.

Esta discussão nos remete à complexidade do lugar social que as mulheres ocupam nos dias atuais, a qual vimos discutindo ao longo do nosso estudo. A excessiva valorização do trabalho remunerado e a concomitante desvalorização do cuidado e das atividades que não produzem renda, causam sofrimento, frustração e baixa auto-estima às mulheres, as grandes responsáveis pelo âmbito doméstico, o que se torna uma verdadeira barreira emocional à sua experiência do tempo livre.

O cuidado, a atenção com o outro, seja com um filho, com os pais, com o lar, por mais menosprezados que sejam, possuem, sim, um valor inestimável para quem dá e para quem recebe, embora a lógica do

consumo insista em dizer o contrário. Esta é uma questão que precisa ser discutida.

A mulher que não se considera merecedora de tempo livre não consegue se livrar das preocupações relativas à vida cotidiana, mesmo que tenha tempo disponível para fazê-lo. Assim, conclui-se que a falta de trabalho interfere negativamente na experiência do tempo livre tanto o quanto o excesso de trabalho.

No próximo item investigaremos o tempo livre da mulher, considerando o tempo dedicado aos filhos, a partir, especialmente, de Schouten (2012), Bittman e Wajcman (2000) e Bianchi, Robinson e Milkie (2006).

4.7.

Filhos e lazer

A mulher que tem família tem pouca chance de ficar sozinha. Seu tempo é estilhaçado em devoções, é um tempo de respostas, onde pouco espaço sobra para as perguntas que quer fazer a si mesma. Vai ficando distante de si, até não se reconhecer mais, quando se encontra. Um tempo para si, descomprometido, tornou-se o luxo dos luxos, que poucas podem se oferecer (Oliveira, 2004, p.60).

O tempo livre da mulher é, em grande parte, direcionado aos filhos. A forte conexão que existe entre mãe e filho faz com que Diversas pesquisas (Rocha-Coutinho, 2003, 2007, Araújo e Scalon, 2005) vêm confirmando a centralidade da maternidade na vida da mulher contemporânea. Vista como algo que dá sentido à própria vida da mulher, a identidade feminina ainda parece estar associada à capacidade de gerar (ou cuidar de) um filho, sendo uma experiência considerada insubstituível e indispensável pela maioria das mulheres.

Szapiro e Féres-Carneiro (2002) apontam a existência de um constrangimento biológico (do corpo feminino, ligado à maternidade, colocando a mulher em um lugar específico) que permanece, apesar das transformações, acarretando tensões dentro da família entre ideais

igualitários, individualistas, e uma subjetividade hierarquizada devido à impossibilidade de divisão de algumas tarefas relativas à maternidade, tais como a gestação e a amamentação.

Araújo e Scalon (2005) observam que no Brasil, valores e práticas que tendem mais para o moderno, convivem com outros ainda bastante conservadores. Em relação aos valores, as percepções se mostram mais modernas do que aquelas que dizem respeito às percepções sobre as práticas domésticas, ou sobre como homem e mulher compartilham a dinâmica do cotidiano familiar. Especialmente em relação ao trabalho, a pesquisa aponta em direção a uma perspectiva mais igualitária, menos hierarquizada, marcada pela aceitação de uma maior igualdade entre homem e mulher. Percebe-se que houve uma mudança nas relações de gênero na família, entretanto essa característica “moderna” não se aplica ao âmbito doméstico, onde ainda se mantém a tradicional divisão sexual do trabalho.

O afeto, na pesquisa de Araújo e Scalon (2005), ocupa um lugar central na vida familiar, como fator responsável pela constituição, manutenção e rompimento das conjugalidades. A centralidade do afeto também se revela na importância assumida pelos filhos como dimensão que confere sentido à vida. Embora apareça uma prevalência do “eu” como elemento orientador da ação afetiva, ela desaparece quando se trata de situações que envolvem o papel maternal da mulher. Dessa maneira, percebe-se a existência de posições menos tradicionais em relação ao envolvimento feminino com a vida profissional, que não vêm acompanhadas de redefinições do papel maternal e da centralidade da maternidade na vida doméstica.

As responsabilidades dos homens com os filhos ainda são, de acordo com Jablonski (2007), consideradas tímidas: mesmo aqueles que são favoráveis ao trabalho remunerado das mulheres e a um envolvimento masculino maior com o trabalho doméstico, não apresentam um comportamento condizente com tais ideias. É interessante notar que, apesar disso, não predomina entre as mulheres ou entre os homens uma percepção explícita de injustiça. A reduzida participação dos maridos nas

tarefas do lar foi considerada “justa” pelas entrevistadas, que em sua maioria relataram estar satisfeitas com suas atividades e a quantidade de tempo despendida nestas. O autor pondera que mesmo mulheres de alto nível de escolaridade, ligadas aos ideais pós-modernos, parecem ter sido afetadas por uma socialização mais tradicional, no que diz respeito à divisão igualitária das tarefas no lar.

Jablonski (2007) afirma que ocorre uma tendência para o desempenho de papéis mais tradicionais nas relações homem-mulher após o nascimento do(s) filho(s), a despeito de possíveis atitudes igualitárias que pudessem existir anteriormente. Este movimento, ao qual o autor chamou de “tradicionalização”, ocorre independentemente do nível profissional das mulheres.

A partir destes dados conclui-se que o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico, bem como as atribuições de ambos os sexos relacionadas com o trabalho de reprodução cotidiana da vida social permanecem como os aspectos menos permeáveis às mudanças que caracterizam o período contemporâneo.

Diversas pesquisas (Araújo e Scalon (2005), Dedecca (2004), Ramos (2010), Schouten (2012)) vêm apontando que o tempo de lazer das mulheres está relacionado com o tempo do “outro”. Em questionários de usos de tempo, as mulheres frequentemente relatam atividades de lazer mais voltadas a satisfazer interesses dos filhos, como ir à pracinha, por exemplo. Outro uso frequente do tempo de lazer das mulheres é a visita à casa de parentes.

Durán (2000), em estudo com mulheres espanholas, observou que, para elas, nem mesmo as férias significam uma redução no tempo de trabalho doméstico.

De acordo com Ramos (2009), pesquisas em países desenvolvidos demonstraram que dos últimos 30 anos para cá tanto mulheres quanto homens têm aumentado o tempo destinado ao cuidado com crianças.

O lazer das mulheres, muitas vezes voltado para a satisfação dos filhos, não é o que os autores chamam de “lazer puro”, não fornecendo, assim, a satisfação necessária à manutenção da satisfação pessoal. Além

das obrigações mais óbvias as quais vimos enumerando, com casa, trabalho e filhos, acreditamos haver outras, mais encobertas, que também demandam tempo da mulher e podem contribuir para a sensação de falta de tempo e diminuição do bem-estar.

A idade dos filhos, segundo os dados obtidos por Bittman e Wajcman (2000), afeta sobremaneira o tempo das mulheres. Quando o filho mais novo tem menos do que dois anos, as mães devotam em média mais de 30 horas semanais aos cuidados primários e diretos à criança, tais como carregar, confortar, alimentar, trocar, vestir, dar banho, tratar de machucados e alimentar. A média dos pais é de oito horas por semana, sendo que um terço desse tempo é gasto em brincadeiras com as crianças. Filhos pequenos também afetam as horas de sono da mulher, devido à necessidade de alimentação noturna, higiene, etc (Mercurie, 1996)

Um estudo de Brown, Brown, Miller e Hansen (2001) demonstrou que mães com filhos pequenos tinham um desejo de se engajar em atividades de lazer mais físicas, porém encontravam restrições estruturais, como falta de tempo, dinheiro e energia, bem como ideológicas, traduzindo-se em um forte senso de comprometimento com outros.

No Brasil, os dados de Bruschini (2006), corroborando os achados de Bittman e Wajcman (2000), demonstram que os filhos pequenos são os que consomem o maior número de horas de dedicação às tarefas domésticas (quase 35 horas semanais, quando os filhos têm menos de dois anos, e pouco mais de 32 horas quando estes estão na idade entre 2 e 4 anos), cifras bem maiores que aquelas encontradas para a população feminina em geral. Assim, vê-se que a idade dos filhos é uma variável importante na análise do tempo livre da mulher.

Surpreendentemente, Bianchi, Robinson e Milkie (2006) afirmam que, apesar da culpa que as mulheres relatam por acreditarem não estar dedicando aos filhos tempo suficiente, seus resultados demonstram que elas estão passando tanto tempo interagindo com seus filhos como há quarenta anos, quando trabalhavam bem menos. Isto estaria ocorrendo, na visão dos autores, porque na atualidade as crianças são consideradas

a prioridade número 1 da família, levando a um aumento das expectativas quanto à quantidade e à qualidade de tempo dispendido a elas.

A necessidade de se criar filhos saudáveis e prósperos faz com que a vida dos pais, e principalmente das mães, gire em torno da vida dos filhos. Na atualidade, a rotina das crianças é extensa, assim, desde cedo estão envolvidos em diversas atividades, as quais demandam enorme custo financeiro, emocional e também de tempo. Jablonski (2009) cunhou o termo “mãetorista” para ilustrar a mulher que se vê constantemente às voltas com a agenda dos filhos, sendo a responsável por seus deslocamentos. Um outro tempo valorizado no discurso dos especialistas e assimilado pelas famílias, refere-se ao tempo de qualidade, ou seja, não basta estar presente o máximo de tempo possível com os filhos, é preciso se esforçar para fazer com que este tempo seja significativo e prazeroso.

É importante, também, lembrar que nem todo lazer possui efeitos benéficos. O lazer pode também ter efeitos negativos, especialmente para mulheres com filhos pequenos. Para estas, o papel de cuidadora torna mais difícil obter satisfação no lazer familiar. Além do mais, o lazer familiar diminui o lazer individual, especialmente para as mulheres. Pesquisas demonstraram que as mulheres obtêm maior satisfação quando possuem mais tempo de lazer com o marido sem a presença das crianças (Shaw, 1997; Henderson & Hickerson, 2007).

Tais considerações nos levam a perceber a natureza contraditória do tempo de lazer das mulheres. Para elas, o tempo de lazer com os filhos, em muitos aspectos, se assemelha ao tempo de trabalho. Assim, ao liberá-las das obrigações relativas aos cuidados com os filhos no ambiente de trabalho, o trabalho pode adquirir conotação de lazer.

Mediante as altíssimas demandas do lar e as igualmente elevadas exigências da vida profissional, o que se vê são mulheres em busca de uma “solução mágica” que as permita equacionar seu dia de modo que ele caiba nas 24 horas. Esta ‘solução’ encontrada pelas mulheres muitas vezes significa diminuir o tempo no trabalho quando as crianças são menores e suas demandas, maiores; e privilegiar o tempo com elas em detrimento de seu próprio lazer ou tempo livre, ou seja, o tempo

considerado, pela lógica da produção capitalista, mais desnecessário e improdutivo.

Esta é uma compreensão equivocada e deturpada do tempo livre, que não considera seu aspecto construtivo, e que leva os indivíduos contemporâneos a encurtá-lo. Do ponto de vista da subjetividade, o tempo de trabalho, qualquer tempo que não produza novos sentidos, que não agregue valores ao *eu*, pode ser considerado improdutivo.

Além das obrigações mais óbvias as quais vimos enumerando, com casa, trabalho e filhos, acreditamos haver outras, mais encobertas, que também demandam tempo da mulher e podem contribuir para a sensação de falta de tempo e diminuição do bem-estar, como o tempo dedicado aos cuidados pessoais, que é muitas vezes considerado tempo livre ou lazer. Levando-se em consideração que os atributos principais do tempo livre e do lazer são liberdade de escolha, motivação intrínseca e satisfação com a experiência, analisaremos a seguir esta forma muito frequente de utilização do tempo livre feminino.

4.8.

Cuidados pessoais: lazer ou trabalho?

Como já vimos discutindo anteriormente, a escolha do que é feito nos momentos de tempo livre e lazer varia bastante de uma pessoa para outra. Este tempo pode ser utilizado para ler um livro, realizar atividade física, meditar, dentre uma infinidade de outras atividades. A pesquisa voltada para a compreensão do lazer e do tempo livre não pode se limitar às atividades específicas às quais as pessoas se dedicam, mas ao sentido inerente à atividade, pois uma mesma atividade pode ser sentida como lazer ou não.

Aparentemente, muitas mulheres dedicam seu tempo livre aos cuidados pessoais. Em conversas informais, é comum relatarem que muitas vezes 'aproveitam' seu tempo livre para ir ao salão fazer as unhas, cuidar dos cabelos, receber uma massagem, ou fazer ginástica. Observando com atenção essas escolhas femininas, nos perguntamos se

serão elas positivas ou não do ponto de vista dos benefícios esperados do tempo livre. Tal questionamento constitui-se, de certa forma, em um juízo de valor, e coloca a necessidade de nos perguntarmos acerca de sua viabilidade no contexto deste estudo.

Porém, a partir das considerações de Parker (1976) acreditamos ser possível “educar para o lazer”, oferecendo julgamentos de valor com o intuito de “influenciar o comportamento ou a regulamentação social do comportamento nas direções desejadas (p.181)”, buscando, assim, substituir as ocupações de lazer que servem apenas para “passar o tempo” por outras que o utilizem de forma construtiva, como seria o caso de atividades direcionadas às artes e aos esportes.

Compreendido como um desvencilhamento das normas e obrigações, o tempo livre deveria, segundo os pesquisadores do tema, devolver ao corpo e à alma a energia perdida durante as atividades obrigatórias. Quando o tempo livre também é, de certo modo, obrigatório, deixa de produzir o efeito desejado, contribuindo assim para a sensação de frustração relacionada ao uso do tempo.

4.8.1.

Corpo e consumo

Ser bela e estar “na moda” tornaram-se verdadeiros imperativos sociais para a mulher contemporânea, que se desdobra em cuidados com o corpo, a despeito do seu pouco tempo livre. Em pesquisa sobre a subjetividade feminina na mídia televisiva no Brasil, Fisher (2001) aponta o aspecto ‘disciplinador’ dos discursos que são construídos nos programas de televisão destinados ao público feminino, salientando que as “tecnologias disciplinares de subjugação da mulher” vêm sendo desenvolvidas e propagadas desde o início do último século, e mais intensamente nas últimas décadas. Especialmente a tirania do complexo moda-beleza, segundo a autora, produz enunciados que fortalecem formas patológicas de subjetividade para a mulher atual, que é retratada como permanentemente culpada e em falta, ou como alguém que oscila

entre a falta e a sedução. Tais enunciados remetem ao discurso conservador machista, presente (ainda) na sociedade contemporânea, que faz reféns as mulheres, impelindo-as a uma busca incessante pela aparência ideal ditada por um mercado normatizador de moda e beleza.

Este tema nos remete às considerações de Lipovetski (2004) a respeito do corpo na hipermodernidade. O autor analisa que corpo é objeto de grandes investimentos e intensas práticas de lazer no tempo livre. Em nível macro, o lazer e a cultura constituem-se objetos da indústria do entretenimento, perfazendo um conjunto de atividades recreativas pautadas pela novidade que vêm substituindo, na sociedade atual, o ócio, seja suprimindo-o ou incorporando-o. Essas práticas programadas, estereotipadas e apoiadas na lógica econômica, no entanto, promovem a aceitação passiva ante a dessubjetivação do corpo. O culto ao corpo pela diversão, numa realidade sedutora, pretende consolidar a ideia de que a felicidade está fora do sujeito. Uma vez que a felicidade é aquilo que o homem hipermoderno deseja, ele o faz por meio do consumo, obviamente mais valorizado do que nunca.

A mídia publicitária, por exemplo, exerce intensa atratividade sobre o homem hipermoderno, instigando-o ao hiperconsumo, ao mesmo tempo em que nomeia seus desejos e anseios. A moda é outro exemplo bastante utilizado por Lipovetski (2004) para explicar esse fenômeno. Através da moda, novos padrões são permanentemente reciclados, e assim, consumidos como marcadores identitários, o que enfraquece a possibilidade de constituição da identidade como um longo processo no decorrer da vida. Desse modo, podemos afirmar que o corpo encontra-se, embalado pelo consumo acelerado, sob o controle da lógica do mercado.

Analisando a evolução da moda, Lipovetsky (2009) analisa que apesar da aproximação entre o masculino e o feminino provocada pelos movimentos feministas dos anos de 1960, no que se refere à maneira de vestir, tal aproximação encontra um limite claro, marcando a diferenciação entre os sexos. Vestidos, saias, scarpins, depilação, maquiagem, são signos exclusivamente femininos que revelam a dissimetria estrutural que organiza o mundo da moda. Embora as mulheres tenham incorporado algumas peças anteriormente consideradas masculinas, como calças e

camisa social (sempre com um corte diferenciado, vale lembrar), homens não podem usar vestidos e saias, e também não podem maquiar-se. No dizer de Lipovetsky:

Por trás da liberalização dos costumes e da desestandardização dos papéis, um interdito *intocável* [grifo do autor] continua sempre a organizar, no plano mais profundo, o sistema das aparências, com uma força de interiorização subjetiva e de imposição social que tem pouco equivalente em outras partes: vestidos e maquiagem são apanágio do feminino, são rigorosamente prescritos aos homens. (2009, p.153)

O uso de calças não levou as mulheres a rejeitar os vestidos, que valorizam o corpo feminino, revelando a silhueta e facilitando o jogo da sedução. Esta, uma ‘tradição’ que continua sendo colocada em movimento pelo mundo da moda. Tal continuidade representada pelo modo de vestir manifesta-se ainda com mais força quando se trata de maquiagem e cuidados com a beleza. Perfumes, batons, cremes, esmaltes, entre outros itens, têm sido, desde o fim da Primeira Guerra Mundial (quando passaram a ser produzidos industrialmente), cada vez mais utilizados por todas as classes sociais, e são atestado da “pregnância da valorização imemorial da beleza feminina (2009, p.157)”. Assim, notamos que a emancipação social das mulheres não as levou a renunciar às práticas cosméticas, denotando que a beleza permanece como um atributo e um valor do feminino que fortalece o sentimento de alteridade em relação ao masculino. O direito às frivolidades afirma a diferença entre os gêneros.

É como disséssemos que ideologicamente sejamos semelhantes, porém intimamente nos identifiquemos com nosso sexo, com nosso corpo e com nossa identidade feminina. Tal afirmação expõe a fragilidade da ideia de igualdade no nível da subjetividade, e confirma a força das reivindicações neofeministas do direito à igualdade na diferença. Porém, não podemos nos furtar a apontar o quão cansativa pode ser esta tarefa. Dedicar-se a uma profissão, aos filhos e à beleza exige, como já salientamos anteriormente, enorme disciplina temporal, impedindo ou

dificultando as possibilidades de verdadeiro ócio. Ser “si mesmo e o outro”, conforme apontou Oliveira (1991), tem levado as mulheres à exaustão. Assim, nos perguntamos: é possível ter tudo? É possível ser bom em tudo? E para quê? Para quem? A qual custo?

É preciso atentar para o fato de que a publicidade explora, de maneira sutil e sedutora, as aspirações da mulher à beleza, ao bem-estar e ao novo, lançando ininterruptamente novas necessidades e empenhando-se em estimular a sede do consumo. Exaltando a mulher multitarefa, a mídia transmite a mensagem equivocada de que é possível ser magra, chique, bem-sucedida profissionalmente, mãe zelosa, tudo ao mesmo tempo. Lembremos de uma imagem recentemente publicada nas redes sociais na qual a famosa modelo Gisele Bündchen amamentava a filha enquanto fazia o cabelo e as unhas. Este acaba sendo um ideal perseguido por todas as mulheres em diferentes graus, porém ao custo de sacrificar seu próprio tempo livre e bem-estar. Assim, torna-se imprescindível que as mulheres reflitam individualmente e coletivamente acerca das suas reais prioridades, a fim de que possam recuperar o controle sobre o seu próprio tempo.

Retornando ao campo das conversas informais, observamos que uma fala muito comum entre as mulheres relaciona a ida ao salão de beleza a uma possibilidade de terem um momento só para elas, de receber um ‘cuidado’, já que, no dia-a-dia, encontram-se ininterruptamente às voltas com o ato de cuidar: “Preciso ir ao cabeleireiro me cuidar.”, dizem. Considerando que a linguagem corriqueira é impregnada de sentido, podemos compreender de modo mais amplo o que estas atividades representam para as mulheres. Uma ida ao cabeleireiro pode ter uma função reparadora, de descanso, ou não, dependendo das circunstâncias e do significado conferido pelo indivíduo a tal ação. O mesmo se aplica a toda e qualquer atividade de lazer. Entretanto, não há dúvida de que tal comportamento seja influenciado por um discurso social que determina um padrão de beleza difícil de ser alcançado. ‘Correr’ para o salão ao invés de almoçar, durante o expediente de trabalho, não é exatamente uma escolha livre.

O valor da prática constante de atividade física como uma forma de manter o equilíbrio do corpo é inquestionável. Do ponto de vista emocional, os ganhos também são grandes: inúmeros estudos comprovam que pessoas que sofrem de depressão e ansiedade, por exemplo, obtêm grandes benefícios com a prática regular de exercícios. Mais uma vez, sublinhamos que os objetivos dependem da experiência individual de cada um, ou seja, as atividades físicas podem proporcionar momentos prazerosos e relaxantes, quando percebidas como lazer, ou ser motivo de estresse, se vistas como algo imposto. A mulher que, após um longo e exaustivo dia de trabalho, se obriga a ir se exercitar em uma academia após o expediente, por conta da necessidade de ficar ‘em forma’, quando seu desejo verdadeiro era ir para casa descansar, também é vítima dos discursos disciplinadores relativos à beleza e à eficiência.

Na verdade, são muitas as exigências que recaem sobre a mulher atual que, na tentativa de corresponder a tantas expectativas, vai de uma atividade a outra, de forma frenética. Ter sempre as unhas bonitas, usar a roupa da moda ou estar em boa forma possui um custo alto para as mulheres, no que se refere à diminuição do bem-estar, que somente momentos realmente livres podem proporcionar.

4.9.

Diferença de gênero no lazer

Todas as pesquisas de usos de tempo evidenciam diferenças significativas entre o modo como homens e mulheres percebem e vivenciam o tempo livre. De modo geral, pode-se dizer que o tempo da mulher é do “outro”, e o tempo do homem é mais “para si”.

Neubert e Aguiar (2010) observaram que as desigualdades de gênero existentes na dedicação ao trabalho remunerado e não remunerado somam-se a outra, a desigualdade no lazer. Embora muitas pesquisas sugiram que as mulheres se dedicam menos do que os homens ao trabalho remunerado, a intensa dedicação aos cuidados com

a casa e a família diminui sua possibilidade de usufruir do lazer, em comparação com os homens. Isso significa que o tempo total de trabalho realizado pelas mulheres é maior do que o dos homens, na maior parte das vezes.

Os homens, em média, gozam de um tempo livre de maior qualidade do que as mulheres. O tempo livre da mulher é muito mais contaminado pela combinação com o trabalho não remunerado. O lazer das mulheres também é mais corrido, com maiores interrupções do que o lazer dos homens, tornando-se, por isso, menos relaxante e revigorante (Mattingly e Bianchi, 2003) .

Homens e mulheres também possuem preferências diferentes no lazer. No que diz respeito a como o lazer é experimentado, o lazer das mulheres é mais direcionado para a família, e fragmentado, enquanto os homens geralmente têm maiores oportunidades para um lazer independente. As mulheres, além disso, possuem menores possibilidades de se distanciar dos papéis de cuidadoras e administradora familiar, por isso aproveitam menos o lazer e desfrutam períodos menores de lazer do que os homens (Bittman & Wajcman, 2000; Mattingly & Bianchi, 2003),

Os interesses lúdicos e recreacionais de adultos foram o tema do estudo de Pylro e Rossetti (2005), que também verificou diferenças de gênero quanto aos interesses lúdicos. O lazer dos homens, de maneira geral, era mais voltado para jogos e atividades esportivas em geral, enquanto o lazer das mulheres mostrou-se mais direcionado para atividades familiares, visando ao aprimoramento das relações interpessoais. Era, também, mais curto. Para ambos os sexos, as dez atividades de lazer mais citadas, segundo a ordem de maior preferência, foram: namorar, ir ao cinema, sair com amigos, ouvir música, conversar com amigos, ver TV, viajar, ir à igreja, estudar, sair com a família (Pylro e Rossetti, 2005).

Conforme analisou Ariès (1981), nas sociedades mais antigas, as atividades lúdicas cumpriam, em certo sentido, o papel de fortalecedoras das relações sociais, o que foi se perdendo em função de transformações socioculturais, para dar lugar a atividades como sair para 'bater papo' com os amigos ou namorados em um bar ou restaurante, por exemplo. Essas

atividades, além de altamente prazerosas, nutrem os relacionamentos e formam redes de apoio às quais os indivíduos podem recorrer em momentos de necessidade; ou seja, através destas atividades se cria um capital social essencial para o bem-estar.

Diferente dos homens, que são mais “livres” no lazer, conseguindo realizar com alguma frequência atividades com amigos, as mulheres, em função da maior dedicação ao lazer “em família”, possuem tempo de lazer com amigos reduzido (Schouten, 2012). Deste modo, se furtam a momentos que possuem um potencial de “desanuviar”, que tem impactos positivos no bem-estar.

A capacidade de brincar (descompromissadamente), segundo Pylro e Rossetti (2005), parece estar relacionada a uma disposição interna, a uma atitude ou “postura em relação a um objeto, pessoa ou situação (...) Brincar ou jogar depende, em última instância, de um ato deliberado de quem brinca ou joga” (Pylro e Rossetti, 2005). A disponibilidade interna é que dá, segundo esta análise, o tom lúdico e prazeroso a atividades que não possuem em si uma característica única como, por exemplo, cozinhar. Preparar uma refeição especial para os amigos eventualmente, pode ser percebido como extremamente agradável e lúdico, bem diferente de cozinhar diariamente, como uma obrigação.

Da perspectiva da experiência subjetiva, trabalho e lazer não são, necessariamente, opostos. A qualidade da experiência será mais capaz de diferenciá-los do que a natureza da atividade. “(...) a satisfação reside nos passos que cada um precisa dar a caminho de uma meta, mais do que a conquista propriamente dita” (Hiroki, 2010, p.66). Em outras palavras, “aproveitar” o processo, conferindo sentido à experiência vivida, é a chave para o bem-estar. Esta constatação é importante, segundo os autores, na medida em que o lazer é um dos indicadores de qualidade de vida, e tem reflexos diretos sobre a disponibilidade de tempo, e mesmo de energia, para realizar as atividades de lazer.

Os autores (2010) compararam o registro do uso do tempo com a percepção que os indivíduos possuem sobre ele, e constataram que o comportamento masculino mostra-se pouco compatível com o ambiente

doméstico. Além disso, a percepção, por parte do homem, mais individualizada sobre o uso do tempo, “parece fazer da masculinidade uma identidade social mais compatível com o descanso, o divertimento e, principalmente, com a liberdade (p.9)”.

É possível que as mulheres sejam vistas, ou vejam-se, como menos merecedoras de tempo livre, portanto experienciam mais culpa quando tiram tempo para si mesmas. É possível ainda que os homens, e mesmo as mulheres, vejam o trabalho de casa como menos árduo do que o trabalho pago, por isso as mulheres se sentiriam menos merecedoras de tempo para elas mesmas. Como resultado, sentem-se pressionadas por elas próprias e por outros.

Estar em casa, aparentemente, é mais relaxante para homens do que para mulheres. Para elas, a vida doméstica está muito mais relacionada a trabalho do que a diversão. Sobre este tema, Cyrino (2009) observou que os homens percebem o trabalho assalariado como atividade central e estruturante de suas vidas, levando-os a considerar justo que as atividades domésticas possuam caráter acessório e residual no seu cotidiano. Portanto, para eles, os momentos fora do ambiente de trabalho são associados ao momento de descanso ou de lazer. Para as mulheres, contudo, parece não existir uma única atividade estruturante e organizadora da sua identidade, mas múltiplas atividades, igualmente importantes, nas quais se vêem envolvidas.

A este respeito, Rocha-Coutinho (1994) pondera que a incursão das mulheres no mundo do trabalho teria desencadeado uma crise da identidade feminina, que teria apenas se ampliado para incluir também os interesses da carreira e profissão. Ou seja, elas não escolheram “isso ou aquilo”; na dúvida, ficaram com os dois. Nas palavras da autora: “(...) escravizando-a[s], agora, a ambos os modelos de identidade feminina – o feminino e o feminista” (Rocha-Coutinho, 1994, p.122).

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Oliveira (1991) afirma que quando as mulheres saíram de casa, passaram a investir cada vez mais no espaço público. No entanto no âmbito doméstico, seu papel social de guardiã do lar, responsável pelo bem-estar dos filhos e do

marido continuou a vigorar, tendo sofrido poucas modificações. Assim, passaram a viver entre dois mundos, recebendo da sociedade uma ordem conflitante: seja homem e seja mulher. Dessa maneira, “o sonho de igualdade tropeçou no impossível”, [porque] “ninguém pode ser, ao mesmo tempo, si mesmo e o Outro” (Oliveira, 1991, p.13). A autora acredita que o Movimento Feminista errou ao focar suas reivindicações no acesso da mulher ao mercado de trabalho, porque isto levou-as a buscar um acesso incondicional a experiências que a sociedade como um todo – e elas próprias – consideravam superiores às suas vivências tradicionais. No modo de ver de Oliveira (1991), a desvalorização da esfera privada se explica pela interiorização, por parte das próprias mulheres, de um sentimento profundo de inferioridade, resultado de uma história de desigualdades entre os sexos.

Os aspectos contraditórios das inserções das mulheres no ambiente público e no privado tornam-nas constantemente cindidas, em dívida com os filhos, em dívida com o trabalho e em dívida consigo mesmas. Preocupadas em responder às várias expectativas que recaem sobre seus ombros, sem encontrar meios para dizer não, para reconhecer seus limites em relação ao próprio tempo.

Conforme observado por McGoldrick e Carter (1995), caso não ocorresse uma reestruturação do trabalho e do lar, a nova geração de mulheres estaria vulnerável ao retrocesso. Para os autores, a culpa pela maternidade menos-que-perfeita e pelo desempenho profissional menos-que-perfeito é real, uma vez que não é possível “ter tudo”, quando os empregos ainda estão estruturados para os homens cujas esposas cuidam dos detalhes da vida, e os lares ainda estão estruturados para as mulheres cuja única responsabilidade é cuidar das famílias.

Assim, concluímos que as características psicológicas, econômicas, laborais e sociais das mulheres fazem a quantidade, qualidade e conteúdo de seu tempo livre e de lazer serem diferentes e muitas vezes pior do que a dos homens. A pesquisa do tempo livre a partir de uma perspectiva de gênero é essencial para a compreensão da interação entre as diferentes esferas de vida e seu impacto sobre a saúde

e o bem-estar dos indivíduos. Os benefícios que o tempo livre proporciona, melhorando a saúde física e mental, bem-estar, satisfação e felicidade das pessoas, justificam, portanto, estudos e intervenções na área da psicologia.

5.

Método

5.1.

Sujeitos

Nosso estudo contou com a participação de 20 mulheres, que foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: (1) mulheres das camadas médias da sociedade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro; (2) mães de filhos com até 7 anos de idade; (3) inseridas no mercado de trabalho; (4) casadas ou coabitando.

As idades das participantes variaram entre 26 e 39 anos. Em relação às profissões, tivemos: advogada (1); jornalista (1); pediatra (1); administradora de empresas (2); designer (1); psicóloga (1); pedagoga (3); secretária (3) e professora (7). Quinze entrevistadas trabalhavam de 8 a 12 horas por dia, e cinco trabalhavam em média 6 horas por dia. Visando a preservar as identidades das participantes, os nomes a seguir são fictícios.

Entrevistada 1

Nome: Maria Luiza

Idade: 32 anos

Ocupação: Advogada. Trabalha 9 horas por dia.

Número de filhos: 2 (de 2 e 5 anos de idade Trabalha 8 horas).

Entrevistada 2

Nome: Carolina

Idade: 31 anos

Ocupação: Secretária. Trabalha 8 horas por dia.

Número de filhos: 2 filhos (de 1 e 7 anos de idade).

Entrevistada 3

Nome: Andressa

Idade: 38 anos

Ocupação: Jornalista. Trabalha 9 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 6 anos de idade)

Entrevistada 4

Nome: Jussara

Idade: 34 anos
Ocupação: Professora. Trabalha 12 horas por dia.
Número de filhos: 1 (de 6 anos de idade)

Entrevistada 5

Nome: Rafaela
Idade: 26 anos
Ocupação: Secretária. Trabalha 8 horas por dia.
Número de filhos: 1 (de 6 anos de idade)

Entrevistada 6

Nome: Nise
Idade: 30 anos
Ocupação: Professora assistente. Trabalha 8 horas por dia.
Número de filhos: 1 (de 3 anos de idade)

Entrevistada 7

Nome: Manuela
Idade: 34 anos
Ocupação: Professora. Trabalha 9 horas por dia, de segunda a quinta.
Número de filhos: 1 (de 4 anos de idade)

Entrevistada 8

Nome: Fátima
Idade: 35 anos
Ocupação: Médica pediatra. Trabalha 9 horas por dia.
Número de filhos: 1 (de 4 anos de idade, e grávida da segunda filha)

Entrevistada 9

Nome: Clara
Idade: 36 anos
Ocupação: Pedagoga. Trabalha 6 horas por dia, exceto às terças-feiras.
Número de filhos: 2 (de 1 e 8 anos de idade)

Entrevistada 10

Nome: Adriana
Idade: 37 anos
Ocupação: Psicóloga. Trabalha em média 5 horas por dia.
Número de filhos: 2 (de 5 e 6 anos de idade)

Entrevistada 11

Nome: Simone
Idade: 35 anos
Ocupação: Administradora de Empresas. Trabalha 9 horas por dia.
Número de filhos: 1 (de 2 anos de idade)

Entrevistada 12

Nome: Natasha
Idade: 39 anos
Ocupação: Professora. Trabalha em média 5 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 4 anos de idade)

Entrevistada 13

Nome: Paula

Idade: 39 anos

Ocupação: Administradora de Empresas. Trabalha 8 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 7 anos de idade)

Entrevistada 14

Nome: Camila

Idade: 37 anos

Ocupação: Pedagoga, 3 filhos. Trabalha 10 horas por dia.

Número de filhos: 3 (de 1, 4 e 8 anos de idade)

Entrevistada 15

Nome: Valéria

Idade: 32 anos

Ocupação: Professora. Trabalha 11 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 2 anos de idade)

Entrevistada 16

Nome: Talita

Idade: 36 anos

Ocupação: Secretária. Trabalha 8 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 6 anos)

Entrevistada 17

Nome: Vanessa

Idade: 37 anos

Ocupação: Designer, 2 filhos. Trabalha uma média de 6 horas por dia.

Número de filhos: 2 (de 2 e 4 anos de idade)

Entrevistada 18

Nome: Roberta

Idade: 34 anos

Ocupação: Administradora de Empresas. Trabalha 6 horas por dia.

Número de filhos: 3 (2 [gêmeos] e 4 anos de idade)

Entrevistada 19

Nome: Fabiana

Idade: 38 anos

Ocupação: Professora. Trabalha 9 horas por dia.

Número de filhos: 1 (de 6 anos de idade)

Entrevistada 20

Nome: Silmara

Idade: 31

Ocupação: Professora. Trabalha 12 horas por dia.

Número de filhos: 2 filhos de 3 anos

5.2.

Procedimentos

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, utilizando um roteiro invisível, com 20 mulheres, individualmente. As entrevistas foram realizadas em locais diversos, escolhidos pelas entrevistadas, conforme suas disponibilidades de horário. Elas duraram em média 1h e foram registradas em arquivos de áudio. O conteúdo das entrevistas foi transcrito na íntegra, e posteriormente submetido a uma análise de conteúdo (Bardin, 2011).

O manejo da entrevista procurou preservar as características de conversas informais, promovendo um ambiente acolhedor, descontraído, fazendo com que as participantes se sentissem à vontade para se expressar de forma espontânea. Vale salientar que o “roteiro invisível” de entrevistas (Anexo 1) serviu apenas como um norteador, permitindo que a pesquisadora tivesse flexibilidade frente aos conteúdos trazidos pelas entrevistadas, sem perder de vista os objetivos do trabalho.

A ordem de emergência dos tópicos do roteiro foi determinada pelo próprio fluxo da conversa. No entanto, aqueles tópicos que não foram naturalmente abordados, foram mencionados pela entrevistadora. Dessa maneira, todas as participantes deverão abordar os temas que consideramos mais importantes para a investigação.

As participantes assinaram um “Termo de Consentimento” (modelo em anexo) por meio do qual se declararam cientes dos procedimentos da pesquisa e concordaram em participar deste estudo. A pesquisadora, por sua vez, se comprometia em manter em sigilo suas identidades.

Como parte do processo de construção do roteiro das entrevistas, anteriormente à realização das mesmas, foram feitas duas entrevistas-piloto com o objetivo de explorar o tema e testar as formas de abordagem. Em seguida, foi elaborado um roteiro de entrevistas semi-aberto a partir do qual foram feitas as entrevistas. O material obtido através das entrevistas foi analisado a partir de categorias que emergiram do próprio texto.

5.3.

Análise e discussão dos dados

A análise das entrevistas foi realizada por meio do método de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), tendo sido influenciada pela Sociologia Compreensiva (Kaufmann, 2007). Observamos, em nossos estudos, que as proposições de Bardin (2011) são amplas e abertas a adaptações, em função dos diferentes objetivos das pesquisas. Desse modo, acreditamos que Bardin (2011) e Kauffmann (2007) possam compartilhar alguns pontos de vista.

Segundo a perspectiva da Sociologia Compreensiva, uma pesquisa é um exercício de compreensão do pesquisador com relação à questão que ele persegue. Mais do que um procedimento que visa a confirmar ou refutar hipóteses previamente formuladas, a pesquisa em sociologia compreensiva propõe a exploração de uma problemática que emerge do contato do pesquisador com o campo de pesquisa, chegando à sua compreensão.

A tarefa do pesquisador é, então, a de articular equilibradamente teorização e observação, formulando hipóteses a partir do contato com o campo de pesquisa. O campo não é uma instância de verificação de uma problemática pré-estabelecida, mas o ponto de partida dessa problematização. Assim, o modo de construção do objeto começa pelo terreno, sendo o modelo teórico construído a partir desse contato.

Desse modo, considera-se que o progresso da pesquisa não pode ocorrer senão pela articulação fina entre trabalho de campo e fabricação concreta da teoria. O trabalho de pesquisa se inicia com uma questão, que é associada a várias hipóteses construídas a partir do contato com o campo de pesquisa.

Bardin (2011) afirma que a organização da análise qualitativa se baseia, em um primeiro momento, em uma pré-análise. Na pré-análise, segundo a autora, é estabelecido um plano de análise preciso com três missões diferentes: 1) Escolher documentos e realizar uma leitura flutuante sobre o tema, com um aprofundamento progressivo de informações e impressões iniciais, que progrediriam em função das

hipóteses; 2) Formulação de hipóteses e objetivos de pesquisa; 3) Elaboração dos indicadores sobre os quais se apoiará a interpretação final.

O roteiro das entrevistas deve ser simples e flexível, de modo a encorajar a fala espontânea acerca do tema. Questões precisas e concretas, no entanto, devem ser propostas, afim de evitar respostas generalistas e abstratas da parte do informante, que poderiam dificultar o aprofundamento dos temas. A Sociologia Compreensiva enfatiza uma postura ativa do entrevistador, partindo do princípio de que a empatia permite a entrada no mundo do entrevistado.

Segundo Kauffmann (2007), a parte mais importante da pesquisa vem com o trabalho de investigação do material obtido com as entrevistas. A pesquisa se inicia verdadeiramente quando o pesquisador começa a tratar do que se apresenta através das entrevistas. O autor salienta que o resultado da análise dos dados não depende somente do “conteúdo” das entrevistas, simples matéria prima, mas da capacidade analítica do pesquisador, pois é por meio da reflexão constante e do avanço das hipóteses elaboradas pelo pesquisador que a pesquisa avança.

Assim, as entrevistas são confrontadas com a lógica referencial descrita pelas hipóteses preliminares, e nesse ponto, fragmentos do discurso, portadores de significado, são delimitados como unidades de decupagem que os representam. Em sequência, os temas são identificados e é construída uma grade de análise temática. Essa grade de análise, como o roteiro da entrevista, deve ser hierarquizada em temas principais e em temas secundários, que serão os instrumentos de produção de resultados.

Vale mencionar que no processo de realização desta pesquisa, a retomada da análise das entrevistas não se articulou à realização de novas entrevistas, como aconteceria em um estudo em Sociologia Compreensiva. Os resultados que serão aqui discutidos resultam de entrevistas que foram realizadas uma única vez.

Dos discursos das entrevistadas emergiram as seguintes categorias de análise: 1) Tempo livre: tempo para si?; 2) Tempo que é do

outro: o tempo livre real; 3) Gênero e o direito ao momento sagrado de lazer; 3.1) Quando o companheiro divide, a satisfação aumenta; 4) A relação entre ócio e sentido.

5.3.1

Tempo livre: tempo para si?

A partir dos relatos das entrevistadas que participaram deste estudo, constatamos que o tempo livre possui um significado muito próximo do tempo de lazer, caracterizado como um período dedicado ao que se gosta de fazer. Notamos também que ele está muito relacionado com um “cuidar de si”, por isso diversas vezes se confunde com atividades de cuidados pessoais. Ir ao salão de beleza, praticar atividade física e dormir foram as atividades mais vezes citadas. O estudo e aprimoramento das habilidades profissionais também representam escolhas frequentes de uso do tempo livre:

“O tempo livre pra mim, acho que é só quando eu vou ao salão fazer pé e mão (risos), que aí dá pra dar uma relaxadinha... aquele tempinho que é só seu mesmo... também às vezes eu consigo dar uma caminhada na praia, que também é importante, e eu adoro. Enfim, eu acho que eu tentaria resgatar coisas que eu não faço há um bom tempo... acho que desde que o Rafael (filho maior, de 4 anos) nasceu, que é cuidar um pouco mais do meu intelectual, da minha vida pessoal também, encontrar mais as amigas, sair pra bater papo.” (Maria Luiza)

A possibilidade de trabalhar no tempo livre sugere uma relação trabalho-lazer caracterizada pela ‘extensão’ (Parker, 1976), que significa a existência de similaridade entre trabalho e lazer, resultando em uma falta de demarcação entre eles. Tal padrão é mais frequentemente observado quando o trabalho é fonte de gratificação, confirmando os achados de Rocha-Coutinho (2007), que sublinhou o aspecto positivo do trabalho para a auto-estima da mulher, além de ser fonte de realização pessoal.

Contudo, constatamos, em consonância com as ideias de Godbey (1975), uma tendência a se ocupar o tempo livre com algo “produtivo”,

que possua uma finalidade, digamos, louvável. Estudar, caminhar na praia [porque é importante], são escolhas que revelam valores relacionados ao ideal de eficiência e produtividade, conforme discutido por Robsinon e Godbey (1997). Em nossos estudos sobre o ócio, contudo, observamos que ele é uma experiência que possui um fim em si mesma (Aquino e Martins, 2010), assim, devemos considerar a possibilidade de que este uso do tempo livre não seja essencialmente diferente do tempo de produção.

A ida ao salão de beleza, citada por todas as entrevistadas, é uma atividade habitualmente realizada no tempo liberado, e está muito associada à possibilidade de terem momentos ‘só seus’, sem as crianças ou os maridos por perto. Salientamos que ela faz parte das chamadas ‘áreas cinzas’ (Roberts, 2006), ou seja, atividades que alguns experienciam como lazer e outros como trabalho. Portanto, a satisfação que se obtém dessas atividades depende do sentido subjetivo que cada indivíduo dá a elas. De fato, algumas de nossas respondentes declararam ser a ida ao salão uma obrigação. A fala seguinte ilustra bem este ponto:

“Se eu pudesse escolher, talvez eu nem iria pro salão, é mais uma obrigação. Eu vou, faço as unhas e pronto, saio correndo. O que me faz realmente relaxar é uma massagem, um alongamento, mas academia também, essa coisa de malhação, também faz parte dos compromissos, também é uma coisa que eu tento encaixar nos compromissos... pra mim na academia eu opto pela aula de alongamento porque eu tenho hérnia de disco, uma conseqüência de carregar filho pequeno, eu tratei, mas aí o alongamento previne as recaídas das crises, né. Porque a gente cuida de todo mundo, mas também precisa cuidar da gente, né.” (Manuela)

Alguns autores questionam se esse tempo dedicado à beleza é realmente livre ou fruto de uma imposição social ou “coação normativa” (Parker, 1976), proveniente do discurso disciplinador machista, de tal maneira arraigado na subjetividade feminina, que impele as mulheres a uma busca incessante pela aparência ideal (Fisher, 2001), o que pode ser

extremamente exaustivo. Também podemos compreender este tema a partir de Lipovetski (2004), que aponta o corpo do indivíduo hipermoderno como o centro da subjetividade humana e matriz da felicidade sensorial. O corpo, na hipermodernidade, é objeto de grandes investimentos de lazer no tempo livre. No entanto, tais práticas programadas, estereotipadas e apoiadas na lógica econômica promovem uma dessubjetivação desse corpo, consolidando a ideia de que a felicidade está fora do sujeito. Uma vez que a felicidade é aquilo que o homem hipermoderno deseja, ele o faz por meio do consumo. Notamos, desse modo, que o corpo encontra-se sob o controle da lógica do mercado. Portanto, se o padrão de beleza vendido pela mídia é a magreza, as oportunidades para o ócio serão preteridas pelo desejo de atingir tal padrão, e assim ser feliz.

Paula, como muitas, aproveita o horário de almoço para ir ao salão se “cuidar” ou ir ao shopping:

“Eu acho que a mulher tem que se cuidar! Se você trabalha o dia inteiro, você arruma um tempo no seu horário de almoço pra cuidar do seu cabelo, cuidar das unhas, ver uma loja legal... aí você almoça correndo pra dar tempo de fazer isso. Porque assim, se eu decido fazer isso no final de semana, eu corro o risco de a minha filha reclamar, ou o meu marido, ah, vamos fazer outra coisa, vamos almoçar fora, e tal, então você acaba não conseguindo, em prol da família, você acaba abrindo mão.” (Paula)

Refletindo sobre estas falas, percebemos que a ida ao salão de beleza fornece à mulher, de certa forma, uma pausa no movimento ininterrupto de fornecer cuidados, colocando-a no lugar de quem os recebe, o que possui algum efeito de descanso. Contudo, tal atividade não pode ser considerada exatamente livre, na medida em que é ditada por um mercado de consumo de beleza, e por isso, extrinsecamente motivada. Gostando ou não, o fato é que todas as entrevistadas relataram utilizar o tempo liberado do trabalho ou das tarefas domésticas para ir ao salão, o que explicita a força do discurso da beleza atrelado ao consumo.

A esse respeito, Lipovetski (2009) pondera que a importância concedida aos cuidados com a beleza representa uma espécie de resistência feminina à uniformização entre os gêneros proposta pelos movimentos feministas nos anos de 1960. A função da beleza feminina, como um agente disparador da sedução, não é negada no discurso da mulher atual, amparada ideologicamente pela ideologia neofeminista, que preconiza o direito à igualdade de direitos civis e ao trabalho, sem abrir mão do charme e dos atributos reconhecidamente femininos.

O problema que encontramos nesta ideologia é que estimula as mulheres a desejarem tudo: sucesso profissional, filhos e beleza. Se possível, tudo ao mesmo tempo. Este pensamento é não só apoiado como estimulado pela mídia, que não se cansa de exaltar os atributos da mulher multitarefa, encarnada na figura da executiva bem-sucedida, lindamente vestida, magra, que dá conta do trabalho, dos filhos e da casa com muita competência e charme.

O momento da refeição, vale salientar, deve ser um momento de pausa, uma vez que o organismo necessita reunir energias para realizar adequadamente o processo digestivo. Logo, utilizar o horário do almoço para outro fim significa alimentar-se mal, correndo, prejudicando a digestão e forçando a aceleração do ritmo interno em um nível psicológico e orgânico, o que certamente trará consequências nefastas à saúde e ao bem-estar. Como ponderam Robinson e Godbey (1997), o indivíduo contemporâneo rejeita tudo o que não pode ser abreviado. Alguns movimentos de repúdio a este estilo de vida acelerado, no entanto, começam a surgir, como o movimento do *Slow food*, que já tem adeptos em todo o mundo. Eles criticam justamente a pressa na hora de se alimentar, e defendem a importância de uma atitude mais tranquila durante as refeições.

A ida ao shopping foi também mencionada diversas vezes como um momento de lazer que apreciam e que lhes dá prazer. Conforme Parker (1976), houve, após o período da industrialização, um aumento dramático de atividades de lazer voltadas para o consumo. Tal atitude

alienada e passiva ante o consumo, típica da sociedade de massa, ou da hipermodernidade (Lipovetski, 2004), leva os indivíduos a consumirem entretenimento (jogos, filmes, jornais, livros, tratamentos de beleza, entre outros), de forma compulsiva. Seu tempo livre é, em sua quase totalidade, determinado pela indústria, que condiciona seu gosto e seu desejo. O lazer e a cultura, representantes da indústria do entretenimento, estão incessantemente propondo novas atividades recreativas que substituem, na sociedade atual, o ócio, seja suprimindo-o ou incorporando-o.

A possibilidade de estar com os amigos, sair para “bater papo”, revelou-se outra atividade das mais prazerosas, como é o caso de Manuela e Andressa, a seguir. Porém, embora seja muito desejada, é também pouco frequente, devido às obrigações que a rotina diária impõe. Outras atividades citadas foram ir à praia, ir ao teatro, ao cinema, viajar, tocar instrumentos, dedicar-se a trabalhos manuais, assistir TV, utilizar a internet e reunir a família.

“(...) sair com as minhas amigas, encontrar mais as minhas amigas, sentar, bater um papo, tomar um café, um chope, sei lá, porque no final de semana também é corrido e a gente acaba optando por sair com um casal de amigo, porque meu marido tá junto, ou um almoço com família, com filho junto... eu tenho as minhas amigas, assim, amiga amiga mesmo, o meu grupo de meninas que se conhece há um tempão, e quando a gente consegue se encontrar, uma tem a hora da escola do filho, a outra tem, sei lá... sempre tem alguma coisa.” (Manuela)

“Eu sinto falta de poder estar sentada com uma amiga sem ter hora pra ir embora, sem ter essa preocupação constante com o tempo... e isso pesa com a relação com o marido... porque você acaba cobrando isso do outro né, você acaba que tá constantemente insatisfeita.” (Andressa)

Pesquisas demonstraram que atividades de lazer com outros adultos, sejam eles companheiros, amigos ou colegas de trabalho, proporcionam às mulheres maior satisfação do que o lazer com crianças (Shaw, 1994; Henderson & Hickerson, 2007). Isso porque para as mães, a função de principais cuidadoras tornam menores as possibilidades de relaxamento no lazer familiar. As falas acima nos remetem ainda às impressões de Ariès (1981), segundo as quais as atividades de lazer fortalecem relacionamentos e formam redes de apoio às quais os indivíduos podem recorrer em momentos de necessidade, criando um capital social que é essencial para o bem-estar. A convivência escassa com amigos devido à falta de tempo ou energia é, sem dúvida, um fator importante na diminuição da qualidade de vida das mulheres. Os relatos de Carolina e Fátima, abaixo, confirmam tais impressões:

“Adoro sair com o meu marido... sem criança, tá, pra mim o tempo livre é esse! Ou então se eu puder marcar uma escova, ou sair com uma amiga pra ir ao shopping... pra poder bater um papo...”
(Carolina)

“(tempo livre)...é um tempo que eu não tô nem trabalhando nem tô focada em criança, nem cuidando de ninguém. Hoje em dia às vezes eu tô com ela, mas tô conversando assim, botando o papo em dia... e é assim que acaba sendo o meu tempo livre atualmente acho que 95% do meu tempo livre é assim. E quando ela não tá com a gente, a gente quer fazer alguma coisa junto também, porque se a gente não fizer nada junto, aí acaba a relação não existindo, né. O tempo livre é semi-livre né.” (Fátima)

Para as participantes que fizeram parte deste estudo o tempo verdadeiramente livre, reparador, prazeroso, praticamente não existe. Confirmando os achados de outras pesquisas (Schouten, 2012; Cyrino, 2009; Shaw, 1994), o tempo livre, ou tempo de lazer da mulher que é mãe e está inserida no mercado de trabalho é, em sua quase totalidade,

direcionado à satisfação das necessidades dos filhos e à interação familiar. A fala abaixo também ilustra nosso ponto:

“Um tempo livre assim, utópico, seria um tempo só pra mim, pra passear, pra ir ao cinema, lazer só meu, mas não é possível, quase sempre não é possível, então esse tempo eu tenho que usar pra resolver as coisas da casa e organizar o que eu tenho que organizar mas não dá tempo por causa do trabalho.” (Clara)

A partir do pressuposto de Parker (1976) de que é possível educar para o lazer, e cientes de que nos colocamos em uma delicada posição de emitir julgamento acerca da qualidade do tempo livre das participantes, acreditamos que o tempo ocioso, ou livre, deveria ser capaz de proporcionar experiências significativas, que incluem reflexão, exercícios físicos, vivências vinculadas a outras pessoas, vivências positivas com o meio ambiente, entre outras atividades que sejam capazes de equilibrar o organismo e conferir satisfação pessoal. O vislumbre de uma vida mais simples, em que o trabalho não seja o centro de tudo e que proporcione mais momentos de experiência genuína, começa a atrair cada vez mais as pessoas, na medida em que o consumo desenfreado típico das sociedades contemporâneas capitalistas começa a dar sinais de esgotamento. A fala de Adriana, abaixo, faz uma interessante reflexão a esse respeito:

“As minhas amigas vivem se queixando que não dá pra ficar com os filhos, que se sentem culpadas, aí eu falo assim, não dá pra trabalhar menos, ah, elas falam, mas aí eu vou ganhar menos, mas o que que é esse ganhar mais, é ir pra Disney todo ano, é ter um carrão, então será que você podia trabalhar menos, ficar mais com os filhos, e ao invés de ir pra Disney todo ano, ir ano sim, ano não? Ao invés de ter um carrão, ter um carro mais ou menos?” (Adriana)

Acreditamos que não só a dupla jornada de trabalho rouba o tempo livre da mulher, mas também a necessidade de consumo ininterrupta, que tira dela (e não só dela) a possibilidade de valorizar aspectos da vida que não são ditados pelo mercado. Quando a felicidade está atrelada à

quantidade de bens que podemos consumir, não percebemos o quão valiosos são os itens gratuitos da vida, e corremos o risco de passar por ela sem nos dar conta disso. Estudos da Psicologia Positiva (Csikszentmihalyi, 1992) apontam que a condição sócio-econômica só se correlaciona positivamente com a felicidade até certo ponto, sendo assim, um indivíduo muito rico não é necessariamente mais feliz do que alguém que possua uma vida confortável, porém com o orçamento mais limitado.

Assim, a discussão da qualidade do tempo livre da mulher contemporânea passa, necessariamente, por um questionamento desse lugar de destaque concedido ao “consumidor”, em detrimento do indivíduo, nas sociedades capitalistas.

5.3.2.

Tempo que é do outro: o tempo livre real

A sociedade brasileira é conhecida pelo elevado valor que confere à família, que tem seu tempo estruturado e afetado pelo tempo dos e para os filhos. Segundo Mercure (1996), o tempo dos filhos engloba o tempo de rotina (higiene, alimentação, cuidados médicos e transporte) e o tempo interativo (como conversar, brincar, e ler). Este último pode ser definido como lazer, já o tempo de rotina está ligado a um tempo de responsabilidades, por isso, de trabalho.

As mulheres, notadamente, envolvem-se tanto com os cuidados quanto com os momentos de lazer, assim, procuram de alguma forma adaptar suas próprias atividades de lazer e/ou tempo livre às necessidades e desejos dos filhos. Assim ocorre com Talita:

“Bem, meu tempo livre é pro meu filho, tudo que eu faço é em função do bem-estar dele, meu marido também... ele é sempre em primeiro lugar. Sempre que a gente sai é todo mundo junto. Depois que cê tem filho muda muita coisa, né. Mas a gente só faz coisas que a gente gosta... o que seja bom pra todo mundo, que todo mundo possa curtir ao mesmo tempo. Eu até sinto falta de um

tempinho assim... pra essas coisas de mulher, sabe, pra vc se dedicar à sua beleza, de tempo pra refletir um pouco sobre a sua vida, eu acho que isso faz um pouco de falta sim..." (Talita)

As falas acima vêm corroborar os dados encontrados por Shaw (1994) e Henderson e Hickerson (2007), que apontam que quando chegam os filhos, os momentos de lazer individual cedem lugar ao lazer da família, que vem, quase sempre, em primeiro lugar, especialmente para as mulheres. Paula e Natasha, nas falas a seguir, não fogem à regra:

"Antigamente, quando eu não tinha a Fabiana, eu gostava de pegar a bicicleta e sair pedalando sozinha, sem compromisso com hora... sem hora, compromisso com horário, ah, era bom... isso é uma coisa que me incomoda assim, tipo, eu não posso sair do trabalho e ir pro shopping, por exemplo, porque eu tenho que pegar a Fabiana na escola.... Mesmo sempre tendo trabalhado, eu tinha tempo pra ficar olhando pro nada e pensando na vida, hoje em dia eu não tenho esse tempo. A não ser depois que todo mundo dorme! (risos) Todo mundo dormiu, aí eu vou tentar ver um filme, um programa assim de bobeira, ou internet, mas quase sempre eu acabo pegando no sono." (Paula)

"Tempo livre é o tempo em que eu posso fazer as coisas pra mim. Mas... no meu tempo livre tá incluído ir ao banco, fazer mercado... o tempo livre ideal seria um tempo pra fazer alguma atividade que eu goste, pra mim, fazer minha aula de jazz, poder tomar um chope com uma amiga de vez em quando, dar uma caminhada na praia... sem ter que me preocupar com filho, nem com marido, nem com trabalho. Mas na verdade eu vou ao banco, ao supermercado, resolvo as coisas do colégio da D. (filha), e se der tempo, se sobrar tempo, aí eu faço alguma coisa pra mim. Mas é em último lugar, assim... (ri) Primeiro vem a filha, depois o marido, depois o trabalho, depois eu. Porque que a gente é assim, né?"(Natasha)

O tempo livre das entrevistadas precisa, muitas vezes, ser 'forjado' nos intervalos entre as atividades. Para Nise, ele só acontece após todos em casa terem ido dormir:

“(Depois que se tornou mãe) Ah, muda, né, porque a gente tem que ter tempo...eu posso chegar em casa cansada, morta, exausta, mas tem que ter um tempo, não só pro Daniel (filho), mas pro Fábio (marido) também, pra conversar, falar do trabalho... então eu acho que agora o meu tempo é mais dos outros do que meu, muito mais... e nunca tenho tempo pra mim... só quando todo mundo dorme, aí esse é o meu tempo... de madrugada.” (Nise)

A frase mais frequente e, pensamos, muito emblemática, dita espontaneamente em todos os relatos foi: “O meu tempo livre não é meu.” Curiosamente, a despeito da dedicação intensa ao trabalho, mencionada por diversas entrevistadas, anterior à chegada da prole, esta mudança na relação com o tempo, caracterizada por uma perda de autonomia sobre o próprio tempo, foi sentida especialmente no momento em que se tornaram mães, como é o caso de Camila e Vanessa, abaixo:

“Eu sempre fui muito acelerada, e antes de ter filho, eu acho que eu trabalhava ainda mais do que agora, mas eu tinha mais tempo pra mim, porque aí ao invés de ter que dividir o tempo livre em coisas pros cinco, eu dividia pra dois, pra mim e pro meu marido, agora o tempo livre é mais da família.” (Camila)

“Eu me sinto assim, tipo, o que me faz falta hoje, além de tempo pra me cuidar, sabe, ir ao salão, essas coisas, é de tempo pro meu trabalho, sabe, até porque eu sempre gostei muito de trabalhar e sempre trabalhei muito bem, então hoje, pra eu cumprir um prazo, eu até cumpro, mas à duras penas, às vezes trabalhando com criança no meu ombro... sempre negociando aqui e ali.” (Vanessa)

Para Paula, abaixo, o desejo de desfrutar de um tempo de qualidade junto aos filhos passa à frente do desejo e/ou da necessidade de cuidar de si mesma:

“Eu acho que ele (o tempo livre) deveria ter, porque todo mundo tem direito de ter o seu momento, né. Mas eu acredito que não sou

só eu né, eu acho que todo mundo que é mãe passa por isso. Quando a pessoa escolhe ser mãe, ter uma família, ainda mais quando você é mãe e tem um marido pra dar atenção também. Você acaba abrindo mão do seu tempo, não é abrindo mão, você acaba tendo que criar alternativa pra você ter o seu tempo livre. Se vc trabalha o dia inteiro, você arruma um tempo no seu horário de almoço pra cuidar do seu cabelo, cuidar das unhas, ver uma loja legal... Você almoça correndo pra dar tempo de fazer isso. E eu acho que isso, muitas mulheres passam por isso.” (Paula)

A percepção compartilhada das participantes deste estudo de um tempo que não é mais seu ilustra bem a posição da mulher que é mãe na contemporaneidade. O tempo da mulher que tem filhos é, como diz Oliveira (2004), um “tempo de devoções”. Embora o trabalho seja um valor importante para a mulher contemporânea, pesquisas (Rocha-Coutinho, 2003, 2007) já demonstraram que a maternidade, quando chega, passa a ser prioridade na vida da mulher. Assim, ‘ser mãe’, continua sendo visto como um ato de disponibilidade incondicional ao filho.

Tal concepção é reforçada, segundo Durham (1983), Oliveira (2001) e Szapiro e Féres-Carneiro (2002), pela inscrição da maternidade no corpo da mulher e pela dependência do bebê em relação à mãe que o amamenta, o que levaria ao desenvolvimento de um forte vínculo entre mãe e filho. Desse modo, estabelece-se um conflito entre as necessidades individuais das mulheres e uma espécie de “ética do cuidado” (Shaw, 1994), que encoraja-as a colocar as necessidades de lazer da família acima de suas próprias.

Confirma-se, portanto, a percepção de Mattingly e Bianchi (2003), Cyrino (2009), entre outros, de que a imputação do “cuidado” às mulheres possui forte impacto no seu tempo livre.

Embora os filhos tenham diminuído seu tempo livre, apenas uma entrevistada mencionou que gostaria de cuidar menos do seu. O grande culpado pela falta de tempo, nos relatos da maioria das entrevistadas, foi o trabalho remunerado. Assim, percebemos que se dedicar a um filho, por mais cansativo que seja, dá sentido à vida da mulher, o que nos

remete à discussão de Singly (2005) sobre a importância do “outro significativo” no mundo de hoje. A vida privada, segundo o autor, se estrutura sobre o reconhecimento mútuo de pessoas que vivem juntas, assim, cada indivíduo precisa de pessoas que saibam reconhecer nele alguma coisa, que tenham um olhar pessoal capaz de ver além das aparências associadas a posições sociais. A identidade latente de si não pode ser conhecida senão porque outros a reconhecem como tal e a definem como estritamente pessoal, e não segundo lógicas de pertencimento a grupos ou a outros estatutos. Deste modo, relações “pessoais” e afetivas são necessárias para propiciar que o “eu” infantil ou adulto se descubra. O amor e a afeição autorizam a criação de vínculos de confiança, que significam um mecanismo mútuo de revelação de si. Estas colocações vão ao encontro à afirmação de Jean Yves-Leloup (1996), de que fazendo algo pelo outro, o indivíduo descobre quem realmente é.

A fala abaixo, bastante ilustrativa, revela o conflito da mulher atual que é mãe, entre as necessidades dos filhos e as dela própria:

“A empregada às vezes tenta me ajudar, mas ela não dá conta porque é o tempo todo, mãe, mãe, mãe, mãe, (risos) então assim, essa coisa de tentar trabalhar de casa... Tem uma amiga minha que um dia ela gritou, “ meu nome não é mãe!!!” (risos) É assim mesmo, é o tempo inteiro, mãe, quero isso, mãe, o Felipe me bateu, mãe, quero fazer cocô... aí eu falo, caraca! Tipo, eu não sou só mãe, eu sou uma pessoa, eu sou a Adriana... eu tô aqui e por acaso também sou mãe, né, mas eu sou mãe o tempo inteiro..” (Adriana)

A frase “*Meu nome não é mãe*” é emblemática para a compreensão do nosso ponto de vista. O tempo da mulher, ao longo de sua história, nunca foi seu, já que a devoção aos cuidados com terceiros sempre esteve presente em sua jornada. A diferença, hoje em dia, é que esta percepção incomoda às mulheres, influenciadas, como afirma Singly (2007), pela ideologia individualista, que preconiza a realização pessoal acima de tudo.

Assim, embora aspirem à liberdade - valor fundamental para o sujeito contemporâneo - ainda estão ligadas, especialmente quando se tornam mães, a valores mais antigos, onde o sacrifício era considerado algo positivo. Esta dicotomia produz insatisfação e frustração, sendo responsável, em grande parte, pela diminuição do bem-estar da mulher atual. A seguir, Maria Luíza relata que antes da maternidade tinha a “ilusão” de que suas necessidades vinham em primeiro lugar, confirmando nossa impressão de que, na verdade, o tempo da mulher nunca foi dela, a maternidade apenas revela este fato:

“Antes da maternidade a gente tinha a ilusão que... a gente sempre vinha em primeiro lugar, sabe, as nossas necessidades... agora, ser mãe modifica isso tudo, as suas necessidades ficam mesmo em segundo plano, então o tempo já passa a não ser seu mais, o tempo... você tem que... não é mais o meu tempo, o tempo é da vida, das crianças, do trabalho, do marido.” (Maria Luíza)

Na verdade, segundo a argumentação de Kehl (2009), ninguém é senhor do seu tempo, seja homem ou mulher. Estamos, antes, sujeitos a ele, e o reconhecimento deste fato, na medida em que tira de nós a ilusão de que possuímos algum controle sobre a passagem do tempo, contribui de maneira decisiva para a aceitação dos nossos limites, um verdadeiro sinal de maturidade do “eu”, que nos permite um viver menos ansioso. Este tema será aprofundado adiante, no item 5.3.4.

As considerações de Duarte (1995) sobre as particularidades da sociedade brasileira no tocante às discussões sobre o indivíduo moderno e a contemporaneidade também nos auxiliam na compreensão deste tema. Tais reflexões dizem respeito à conciliação de valores familísticos, tradicionais, com valores individualistas. Segundo o autor, o processo de transformação das relações familiares que ocorre na contemporaneidade não prevê a substituição completa dos ideais hierárquicos pelos ideais individualistas. O que se verifica é a coexistência tensa desses valores, legitimando a formação, tanto de modelos de relações familiares igualitárias, como de modelos hierarquizados. Esta tensão mencionada pelo autor, no caso específico da mulher, se traduz justamente nesse

embate entre o desejo de usufruir de um tempo para si e o desejo de cuidar.

5.3.3.

As diferenças de gênero no lazer

As desigualdades de gênero existentes na dedicação ao trabalho remunerado e não remunerado somam-se a outra, a desigualdade no lazer. Mesmo que se dediquem menos do que os homens ao trabalho remunerado, como sugerem alguns estudos (o que não é o caso de nossas entrevistadas, já que a maioria possui carga horária de trabalho remunerado superior a 8 horas por dia), a intensa dedicação aos cuidados com a casa e com a família significa uma vivência do lazer diminuída para as mulheres, em comparação com os homens.

A grande maioria das participantes relata uma dificuldade para relaxar, até mesmo nos momentos de lazer, devido a uma preocupação constante com o bem-estar dos filhos e com o trabalho por fazer, afetando inclusive, em alguns casos, a qualidade do sono, conforme relata Carolina, abaixo:

“Até quando a gente tá dormindo nosso sono é aquele sono agitado, é aquele sono que você tá dormindo preocupada que o filho pode acordar, pode chorar, pode engasgar... então ce fica naquele sono leve... e eu qualquer coisinha eu acordo, e o R (marido) dorme que nem uma pedra, pode cair o mundo que ele não ta nem aí... então eu acho que a gente nem descansar direito consegue (...) até pra sair, às vezes , eu nem faço questão, porque o R. sempre tem churrasco de algum amigo pra ir, alguma festa... e eu é que tenho que olhar as crianças, que tenho que trocar a fralda da M. (filha, de 1 ano), e aí eu nem curto direito, sabe.(Carolina)

Maria Luíza, abaixo, expressa grande ansiedade relacionada ao cumprimento da rotina diária, revelando altos níveis de estresse:

“Ce se cobra muito, entendeu? A sensação que eu tenho é que o meu tempo é tão mal distribuído que eu acho que eu não estou sendo uma boa mãe, e muito menos uma boa profissional, porque eu tenho que me dividir nesses dois paradoxos que é o filho e o trabalho, né...No trabalho, cê tá pensando nos filhos, e em casa, ce pensa no trabalho... e aí... aí eu posso dizer que eu tô sempre preocupada... eu nunca tô inteira, e isso com certeza me estressa muito, sabe? Eu acho que é isso que me derruba, sabe? Nunca poder descansar, sempre tá preocupada... é fogo... Olha, eu me sinto ... frustrada, sabe, eu acho que eu tenho tanta coisa pra fazer e eu acabo fazendo tudo mal feito... até quando a gente sai pra passear, eu fico estressada, porque é tudo comigo, se a gente tiver numa festa, acaba que eu fico olhando as crianças e o L. (marido) fica lá sentado conversando...” (Maria Luíza)

Os relatos acima confirmam as pesquisas de Tiedge (2004), Robinson e Godbey (1997), Bittman e Wajcman (2000) e Mattingly e Bianchi (2003) a respeito da qualidade do tempo de lazer das mulheres que possuem filhos. Segundo esses autores, quando o lazer é contaminado por atividades que não são de lazer; sofre frequentes interrupções, ou quando é ditado pelas necessidades das crianças (como é o caso da maioria das mães), uma sensação de pressa constante, ou angústia frente ao tempo se instala, diminuindo a sensação subjetiva de bem-estar. Assim, a experiência das mulheres com o tempo livre pode ser considerada qualitativamente diferente, menos livre do que a experiência dos homens, e não somente menor.

Como analisaram Pylro e Rossetti (2005), a capacidade de brincar (descompromissadamente), relaciona-se a uma disponibilidade interna ou a uma atitude em relação a um objeto, pessoa ou situação. É esta disposição interna que dá, segundo os autores, o tom lúdico e prazeroso a atividades que não possuem em si uma característica única. Assim, cozinhar para os amigos em uma ocasião especial, pode ser percebido como extremamente agradável e lúdico, diferente de cozinhar diariamente, como uma obrigação.

Da perspectiva da experiência subjetiva, trabalho e lazer não são, necessariamente, opostos. A qualidade da experiência será mais capaz

de diferenciá-los do que a natureza da atividade. Como pontua Kamei (2010), a satisfação reside muito mais na qualidade do caminho em direção a uma meta do que na conquista propriamente dita, ou seja, “aproveitar” o processo, conferindo sentido à experiência vivida, é a chave para o bem-estar.

De acordo com Shaw (1994), os homens, bem mais que as mulheres, tendem a definir como lazer ou tempo livre os períodos passados no ambiente doméstico. As mulheres, por sua vez, tendem a considerar o tempo familiar ou doméstico como tempo de trabalho, mesmo que as atividades ali realizadas envolvam alguma possibilidade de descanso.

Diversas pesquisas sobre gênero apontam para a permanência de uma divisão desigual do trabalho doméstico, o que foi confirmado pelo relato de nossas participantes. Apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho e contribuírem com as despesas da casa, fica claro que Carolina, Maria Luíza e Jussara, abaixo, consideram as tarefas da casa como sendo sua responsabilidade, acarretando um ônus em termos de tempo e trazendo tensão para o relacionamento com os cônjuges:

“Muito cansada, sobrecarregada... e assim, não vou falar que o meu marido não ajuda... mas assim, acaba que todo esse estresse de serviço dessa rotina diária é da mulher, não tem jeito... Ah, isso é muito chato! Eu acho que não só eu como toda mulher deveria ter assim , pelo menos umas duas horas por dia pra pensar somente nela, e pra qualquer outra coisa, porque a gente não tem.”
(Carolina)

“...e também tem as coisas da casa, né, que também sou eu que tenho que ver tudo, é supermercado, hortifruti, é coisa que quebra, empregada que falta... porque o Léo (marido) trabalha o tempo todo, nunca tá em casa, e aí acaba que tudo sobra pra mim mesmo, né? Então eu tô o tempo todo correndo pra resolver tudo que eu preciso resolver... eu acho que eu nunca paro!” (Maria Luíza)

“Tempo livre era tudo que eu queria na minha vida. Porque o meu tempo livre, eu tenho que fazer as coisas de casa, então eu não tenho tempo livre, todo mundo diz, tá em casa, mas os afazeres

domésticos são muito grandes, eu não tenho uma empregada. Eu não tenho um dia pra me dedicar a mim mesma.” (Jussara)

Estas falas reafirmam os achados de Jablonski (1998, 2003); Araújo e Scalon (2005) e Rocha-Coutinho (2007), de que a despeito das transformações nas relações de gênero ocorridas na sociedade no século XX, no âmbito doméstico ainda se mantém a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres realizam um trabalho ‘de bastidor’, portanto, menos reconhecido socialmente. A seguinte fala de Paula refere-se a este ponto:

“Quando eu tô em casa cuidando da minha filha eu não me sinto tão útil como quando eu tô no trabalho, entre aspas, produzindo... Eu acho que não deveria ser assim, a gente devia poder se sentir útil cuidando do filho, alimentando, fazendo dever com ele, botando pra escola, mas eu não me sinto útil, eu fico chateada de tá em casa e não tá trabalhando, eu só me sinto útil de tá lá fora trabalhando, produzindo, entendeu?” (Paula)

Vê-se que a desvalorização cultural do espaço doméstico, conforme exposto por Oliveira (1991) é muito clara. Embora dizendo-se cansadas, deixando transparecer alguma insatisfação com a situação, nossas entrevistadas demonstram certa resignação, reproduzindo o discurso tradicional no qual o homem ainda é o principal provedor, e a mulher, a principal “cuidadora”, como nos revela Silmara:

“Tempo livre pra mim é poder estar com os meus filhos, mas dificilmente isso acontece, eu trabalho 11h por dia, e eu chego em casa e tenho mil coisas pra fazer, eu não tenho ninguém que me ajude, sou só eu e meu marido. Meu marido até ajuda com as crianças, mas sou eu que organizo tudo, material, mochila. A casa é comigo mesmo... isso é sempre mais com a mulher, né? Quem leva os meninos ao médico é a minha mãe pra eu não precisar faltar aos trabalhos, porque eu trabalho em duas escolas. Eu faço uma listinha do que o meu marido e a minha mãe tem que ver e qualquer dúvida eu ligo pro pediatra.” (Silmara)

Os maridos (todos, com exceção de dois) possuem seu momento sagrado de lazer, sozinhos ou com amigos. Seja o futebol no final de semana ou o chopp após o trabalho, esse tempo *precisa* ser respeitado, como nos revelam as esposas nas falas abaixo:

“O meu marido tem o futebol toda quarta-feira, que é sagrado, e o futebol sempre é seguido de um choppinho com os amigos... é toda quarta-feira. Eu tenho a minha sexta-feira porque o meu filho está na escola, e não a quarta-feira dele à noite. Por exemplo, ele sai, e eu fico em casa com o nosso filho. Isso é muito raro eu fazer, só se for uma coisa muito especial, ou então quando é reunião de trabalho, aí ele fica. Engraçado, eu nunca parei pra pensar nisso, mas é isso mesmo, acho que é diferente mesmo.” (Manuela)

“Meu marido agora por exemplo, tá correndo na praia (risos). E eu tô correndo atrás de criança (mais risos). Ele malha, ele estuda, ele tem o tempo dele, também porque ele é advogado, aí ele faz o horário dele, sabe. Ele tinha futebol antes de ter filho, depois que começou a estudar pra concurso aí ele parou. Agora à noite ele vai pro curso, direto do trabalho. E eu fico com as crianças.” (Silmara)

Mesmo que questionem esse aspecto “sagrado” do tempo de lazer dos companheiros, todas, de alguma forma, aceitam-no, o que confirma a presença da hierarquia entre homem e mulher no âmbito doméstico, como proposto por Arán (2002), Dumont (1983), Heilborn (2004), entre outros. Tal hierarquia, na discussão de Bourdieu (1999), é constantemente ressignificada a partir do *habitus* de gênero. Para o autor, a diferença anatômica que justifica a hierarquia entre os sexos é também uma construção social, moldada pela divisão sexual do trabalho, que atua sobre a subjetividade, fazendo-a reproduzir estruturas socialmente construídas como se fossem naturais. Na medida em que são percebidas como naturais, são pouco questionadas e perpetuadas socialmente pelas mulheres, que acabam contribuindo para a própria dominação.

A fala de Natasha, abaixo, explicita uma abnegação que justifica um desleixo consigo mesma e com seu próprio tempo:

“Acho que isso é culpa de nós mulheres, porque a gente se coloca em último, por exemplo, agora eu vi na loja um vestido pra Dani (filha) de duzentos e poucos reais e achei um preço ótimo! Pra mim eu acho um absurdo de caro! Acho que eu tô maluca, como é que pode pensar assim? Mas a mulher pensa assim, mesmo. Acho que é a coisa mesmo de ser mãe. Pra eles, eles tão em primeiro lugar, depois é que vem mulher, filho...” (Natasha)

Ao comparar o registro do uso do tempo com a percepção que o indivíduo possui sobre ele, Neubert e Aguiar (2010) assinalam que o comportamento masculino mostra-se pouco compatível com o ambiente doméstico. Ademais, a percepção, por parte do homem, mais individualizada sobre o uso do tempo, torna a masculinidade uma “identidade social mais compatível com o descanso, o divertimento e, principalmente, com a liberdade.” (p.9) Este ponto é facilmente identificável na fala de Manuela:

“Quando tão os três, no mesmo ambiente, eu acho que eu acabo tomando mais a frente, tipo, caiu, eu levanto antes. Quando a gente tá num ambiente tipo uma festa e estamos os três, a sensação que eu tenho é que ele relaxa mais, ele tá lá conversando, batendo papo, eu acabo ficando mais atenta ao Rafa do que ele. Ele às vezes fala: calma, ele já cresceu, tá com quatro anos agora, não precisa ficar de olho o tempo todo. Acho que eu relaxo menos... eu só relaxo mesmo na sexta-feira [quando tem tempo livre sozinha]. Mesmo que a gente saia pra se divertir, quando o filho tá perto sempre rola um trabalho, uma preocupação, é ótimo, eu adoro sair com ele, prezo muito esses momentos, e priorizo até, mas não é nem de longe a mesma coisa de estar só com as amigas...” (Manuela)

A liberdade parece ser perdida quando as mulheres se tornam mães, especialmente em função da culpa que sentem ao delegar a terceiros, e muitas vezes até ao marido, os cuidados com a prole. Mesmo que se distanciem fisicamente dos filhos, não se distanciam emocionalmente ou psicologicamente deles e da ideia de que cabe primeiramente a elas zelar pelo seu bem-estar. Não é difícil perceber que

grande parte da dificuldade em disponibilizar tempo para si mesmas ocorre por não se permitirem ter esse tempo, como é o caso de Silmara, e não necessariamente pela falta dele de fato:

“Final de semana que é quando eu tenho tempo, eu prefiro estar com eles. Por exemplo, no final de semana meu marido chega em casa por volta de 7:30, eu poderia descer pra academia, mas aí eu não vou ter nenhum tempo com eles. Eu vou voltar e eles vão estar praticamente dormindo, aí que tempo eu vou ter com eles? Nenhum. Meu marido até oferece, mas aí eu falo, pô, eu já não fiquei com eles o dia inteiro... eu gosto de sentar com eles, ler um livro, ver um desenho com eles, perguntar como é que foi na escola, sabe, qualquer coisa que eu posso fazer pra interagir com eles.”(Silmara)

O marido se oferece para ficar com os filhos, mas ela acaba optando por não sair. A convivência com os filhos é, assim, priorizada. Este relato confirma a percepção de Araújo e Scalon (2005), de que, apesar da individualização, quando se trata do relacionamento mãe e filho, o “eu” da mulher assume um lugar secundário. A fala de Fátima, a seguir, expressa o sentimento de culpa gerado quando não está com a filha, não conseguindo sequer admitir o desejo de ficar só, de ficar livre:

“Às vezes cê quer ficar sozinha, dar uma volta, ir pra praia, ou sei lá, ir bater perna no shopping, sem compromisso, e hoje isso é um tempo que eu não tenho, porque se você tá fazendo isso, cê tá com a cabeça... cê acaba que fica preocupada com o filho: será que ela tá bem, como é q ela tá... e mesmo que ela fique com o pai, ou com a babá, sempre fica aquela sensação ah, tinha que tá dando mais atenção, eu já trabalho fora o dia inteiro... fica uma culpa, né. (...) O único momento que eu poderia ficar um pouco mais relaxada seria na hora da escola, que é uma obrigação dela também, não é só porque eu quero! Ela tá fazendo uma atividade, eu não tô separada dela porque eu quero, porque eu quero ficar livre... Com filho é assim, cê pode tá aonde for, cê tá sempre pensando: será q comeu, será q não comeu, será q já tomou banho... ou então se cê sai sozinha, cê vê alguma coisa na rua que ela ia gostar, cê pensa, ah, podia ter trazido ela, tinha q ter feito alguma coisa com ela... aí cê se sente mal, fora o cansaço... o

cansaço parece q é eterno! Até pra dormir... cê tem a sensação de que não dorme nunca mais... agora que tá frio, ela tosse, aí vc acorda... e isso cem vezes de madrugada... o sono nunca mais é aquele sono tranquilo.” (Fátima)

Os homens, aparentemente, não compartilham tanto desta culpa com as mulheres. Talvez pelo fato de, como enfatiza Cyrino (2009), considerarem o trabalho assalariado como atividade central e estruturante de suas vidas, percebem como justo e normal que as atividades domésticas possuam caráter acessório e residual no seu cotidiano.

Nos relatos de nossas entrevistadas fica claro que a participação dos homens nos cuidados com os filhos possui conotação de “ajuda”, e ocorre especialmente nas ocasiões de lazer. O cumprimento da rotina diária cabe, portanto, a elas.

Para as mulheres, parece não existir uma única atividade estruturante e organizadora da identidade feminina, mas múltiplas atividades nas quais se encontram envolvidas. Assim, conforme aponta Daly (1996), o tempo das mulheres adquire um sentido contínuo, exigindo uma prontidão que impede a experiência do tempo realmente livre, causando enorme sofrimento, sugerido também no relato abaixo:

“E no trabalho é reunião, é audiência, é isso tudo... eu tô sempre correndo...e isso vai dando uma angústia porque a sensação que dá é que você, como a gente tava falando, é que você nunca tá inteira, que você não tá bem nos dois lugares, quando cê tá no trabalho, cê fala, cara, é isso mesmo que eu quero? E quando cê tá em casa, cê acha que a sua cabeça não tá legal pra ficar com os filhos, sabe, cê fica preocupada com outras coisas, fica cansada, e aí eu já começo a achar que eu não tô sendo uma boa mãe, sabe? Todo dia eu faço essa reflexão, eu penso, gente, eu não sei se eu tô tendo um tempo saudável com as crianças, porque às vezes as pessoas têm a ilusão de que passar muito tempo com o filho é bom, e às vezes não é, porque... é de acordo com a qualidade, entendeu?” (Maria Luíza)

O sofrimento contido nesta fala representa a repercussão do discurso da mulher multitarefa na subjetividade feminina. Representa o “querer tudo”, eficiência no trabalho, eficiência como mãe e dona-de-casa. Este desejo demonstra a dificuldade em aceitar seu próprio limite.

Segundo a psicanálise, o limite da castração é o que possibilita ao *eu* o reconhecimento de si, apartado do olhar do “Outro”, tornando-o senhor do seu próprio desejo. A possibilidade de lidar com a angústia da escolha significa o amadurecimento do *eu* em relação ao seu desejo. Assim, escolher “tudo” revela justamente a imaturidade do eu (Kehl, 2009). Esta imaturidade é incentivada pelo mercado de consumo que se apropria dos desejos dos indivíduos contemporâneos, reciclando-os constantemente (Lipovetski, 2004).

Este cenário aponta uma necessidade urgente de se desconstruir o discurso que enaltece a característica *multitask* da mulher a fim de auxiliá-la a se reconhecer em meio às ilimitadas formas de subjetividade que são oferecidas pela sociedade capitalista contemporânea. Na medida em que isto seja possível, ela poderá instituir suas prioridades a partir do seu próprio desejo; e através do reconhecimento deste desejo, que é único, ela experimentará a satisfação que advém do acesso livre a si mesma. E isso transformará também sua relação com o tempo.

Quem realmente precisa de unhas feitas, cabelo bonito, bolsa da moda, celular de última geração, corpo “malhado”? Quando sucumbimos a todas essas ofertas de sentidos vazios perdemos a possibilidade de olhar a vida com simplicidade, ou mesmo de “viver” a vida. Consumir ilimitadamente nos torna cada vez mais presos ao trabalho, que tem o potencial de “engolir” a vida sem que nos demos conta.

Não estamos falando aqui do trabalho que realiza, que dá sentido à vida – isso também é possível. Estamos falando do trabalho que oprime, que nos impede de observar um pôr do sol, de acompanhar os sorrisos diários dos filhos, de dançar ao som da nossa música preferida, enfim, de viver as coisas gratuitas da vida, que são também as melhores.

O sentimento relatado por Maria Luíza de não se sentir “inteira” nos remete às considerações de Kehl (2009), a respeito do sofrimento psíquico que resulta da vivência da temporalidade empobrecida ou, nas

palavras da autora, da “temporalidade vazia”, que gira em torno do tempo dos relógios e por isso não é capaz de fornecer um sentimento de unidade, na medida em que reduz a experiência humana a satisfazer as necessidades relacionadas à vida prática. A falta de um tempo para si de qualidade e a preocupação constante as torna vulneráveis às condições normalmente associadas ao estresse, como hipertensão, depressão, doenças cardíacas, entre outros.

Faz-se necessário, sim, que se discutam as representações de gênero tradicionais, que fortalecem o discurso da natureza distinta de homens e mulheres, a fim de que se possa romper com a associação do feminino com o doméstico. Porém, também é importante romper com a ideia de que “mais” é sempre melhor: mais trabalho, mais conquistas, mais dinheiro, mais atividades em menos tempo. É inegável o peso da imputação do doméstico ao feminino, contudo há que se considerar também o peso do mundo do trabalho, organizado a partir do tempo do masculino, enquanto aquele que “faz”, que age, que busca, que constrói, que produz. Nesse sentido, pode-se pensar em um resgate da “energia” feminina, como sugerido por Oliveira (1999), relacionada à contemplação, à reflexão e à intuição, que vem de um contato mais íntimo consigo, e que parece faltar ao mundo contemporâneo.

Das vinte mulheres entrevistadas em nosso estudo, quatorze declararam-se bastante insatisfeitas com o tempo de que dispunham para realizar suas tarefas diárias. Seis, no entanto, expressaram mais tranquilidade para administrar seu tempo, bem como suas tarefas. Observamos que dentre estas mais satisfeitas, quatro relataram um elemento em comum: maridos mais participativos, mais “companheiros” no que se referia, principalmente, aos cuidados com os filhos. As outras duas relataram que a calma era um aspecto de sua própria personalidade. Segundo Adriana, seu marido, sempre que pode, divide ‘total’ os cuidados com os filhos:

“Quando ele (o marido) não tá trabalhando ele assume total. Ele viaja muito, mas quando ele tá no Rio ele leva pra escola todo dia, 6:40 toca o despertador e eu nem me mexo. É como se fosse um

acordo entre a gente, quando ele tá no Rio e pode, é tudo com ele. Então por exemplo, hoje ele vai buscar, o play no final do dia é com ele, o futebol também, agora às vezes ele também fica dois meses viajando, mas quando ele tá aqui e tá com o horário flexível ele assume total. A última vez que o Paulinho foi na pediatra foi ele que levou; à noite o Marco só chama o pai (risos). Ele sempre dividiu tudo, dava banho, dava mamadeira, trocava fralda, levantava de madrugada...” (Adriana)

A sensação de que conta com alguém para dividir não só os cuidados, mas também as preocupações com os filhos parece, de alguma forma, liberar Adriana para realmente extrair todo o prazer que seu tempo livre pode lhe proporcionar. E isso implica em abrir mão do lugar (extremamente cansativo, diga-se) de supermãe, e permitir que o pai assuma também funções relacionadas ao cuidado. É justamente a isso que estamos nos referindo quando sugerimos a importância de aceitar limites. A mulher que tem (ou deseja ter) um emprego que lhe consuma várias horas por dia precisa aceitar perder o posto de “rainha do lar”. Isso significa querer “tudo”. E isso significa também menos acesso a momentos realmente livres. A fala seguinte de Adriana confirma nosso ponto:

“Eu assim, quase toda semana, pelo menos um dia eu encontro com as minhas amigas, ou assim, vou almoçar, às vezes um café de tarde na Gávea, uma coisa que eu faço quase sempre é de manhã ir andar na Lagoa, aí eu vou sozinha, coloco meu fone, aí vou correndo, se o Leandro tá em casa eu gosto de ir à tarde aí eu vejo aquela vista linda de fim de tarde.” (Adriana)

A cumplicidade com o marido é percebida por Vanessa, no relato a seguir, como algo que lhe acalma, que lhe fornece estrutura para lidar com a correria do dia-a-dia:

“Eu e meu marido a gente é muito unido, sempre, então a gente nunca deixa de tomar um café da manhã junto... sabe, a gente tá junto nessa jornada, a gente tá no mesmo barco, então acho que isso aproxima a gente... a gente é companheiro... sabe, ir ao

cinema sozinho de vez em quando é perfeito, mas se não acontece, a gente também fica numa boa... acho que por isso que eu tenho uma certa estrutura pra tudo isso, pra toda essa loucura, sabe” (Vanessa)

Estas falas representam uma minoria absoluta em nossa amostra, porém optamos por mencioná-las porque nos revelam que a divisão mais igualitária de tarefas domésticas, o compartilhamento de preocupações e a confiança mútua estabelecida pela proximidade entre o casal permitem à mulher experienciar um tempo livre de maior qualidade. Percebemos, portanto, em nossa sociedade, a coexistência, apontada por Duarte (1995), de modelos de relações familiares mais igualitárias e mais tradicionais.

5.3.4

A relação entre ócio e sentido

A experiência de um tempo acelerado está presente em praticamente todos os relatos das mulheres que fazem parte deste estudo. Conforme já abordado anteriormente, o tempo livre do indivíduo contemporâneo se assemelha, cada vez mais, ao tempo da produção. No caso das mulheres que são mães, a situação assume um caráter ainda mais dramático na medida em que: 1) A distribuição desigual das atribuições domésticas de acordo com o gênero torna o tempo de que dispõem para o lazer insuficiente; 2) Em função de seu alto comprometimento com os filhos e a família, muito desse lazer é contaminado por atividades que não são de lazer, o que torna sua experiência empobrecida; 3) Mesmo quando podem escolher a atividade de lazer e/ou tempo livre, acabam optando por atividades pouco relaxantes ou significativas, como a ida ao salão de beleza, ditadas por pressões exteriores à sua vontade; 4) Possuem poucos momentos de verdadeiro ócio, dentre todas as atividades de lazer, a única que pode

fornecer ao eu uma experiência verdadeiramente reparadora, conforme discutiremos a seguir.

A idéia de se ‘aproveitar a vida’, quando aliada à lógica da produção, da acumulação e do consumo produz, na visão de Kehl (2009), um empobrecimento das possibilidades do sujeito de conferir um sentido verdadeiro à própria vida, assim como uma angústia frente à percepção de fuga do tempo. O indivíduo contemporâneo, conforme assinala Bittencourt (2005), escravo do tempo de “fazer”, perde o contato com o tempo de “viver”. Assim, experiência do tempo no processo de construção de um sentido para a vida é fundamental. Sem a possibilidade de construir sentido, a psique humana se enfraquece, tornando-se suscetível ao aparecimento de sintomas típicos da contemporaneidade, tais como depressão, ansiedade crônica e pânico.

A grande maioria das nossas entrevistadas percebe, no entanto, o ócio como algo desnecessário, que não combina com o estilo de vida que levam. Para estas, o tempo livre precisa ser ‘aproveitado’, uma vez que é raro, e “ficar sem fazer nada” é o mesmo que perdê-lo.

Algumas poucas, como é o caso de Simone e Caroline, contudo, demonstram considerar o ócio algo positivo, importante até para a manutenção do bem-estar:

*“Tocar e ouvir música e os meus artesanatos. Isso é que é o que eu gosto de fazer no meu tempo livre. O tempo livre é sem criança. O tempo livre que eu tenho com ela não é meu, porque os programas são pra ela. Então tempo livre é um tempo só meu, nem é tempo com o meu marido não, é um tempo só pra mim. Nos últimos dois finais de ano eu tive que trabalhar e o meu marido acabou indo pra casa da mãe dele com a minha filha, e foi ótimo, porque, embora tenha sido só uma semana, eu consegui tocar uma música, consegui ficar deitada olhando pro teto, sabe? No ócio total... tipo comi pipoca no almoço, sabe? Muito bom... filho é que nem comercial das casas Bahia, dedicação total a você (risos).”
(Simone)*

A fala de Simone, acima, assinala “tocar música” como uma atividade de ócio. Tal atividade exige concentração, não é passiva e

possui um caráter autotlético (intrinsecamente compensador). Assim, remete-nos ao conceito de experiência ótima, ou de flow, segundo Csikszentmihalyi (1992). “Comer pipoca no almoço” constitui-se, aqui, em um ato de liberdade hedonística, uma pequena transgressão motivada pela pura preguiça. Aqui ressaltamos que a satisfação e o bem-estar resultam do equilíbrio entre momentos de atenção e momentos de distração, ou entre a atuação no tempo “cronológico” e no tempo “existencial” (Kehl, 2009). “Ficar deitada olhando pro teto” é um outro exemplo de atividade na qual se deixa passar o tempo, e se assemelha ao “tecer e fiar” benjaminiano, que preconiza um estado mental leve e “fora do tempo”. Acreditamos que aí está a chave para a satisfação com relação ao tempo e com relação à vida.

Simone deixou claro que este tempo “só dela” só foi possível graças ao afastamento temporário da filha. Esta fala confirma a noção de que, quando na presença dos filhos, tais momentos não são possíveis. Afinal, qual mãe daria pipoca de almoço ao filho? Uma mãe insensata, diriam os especialistas. O senso de responsabilidade para com o filho, leva as mães a atuar de forma mais planejada, mais preocupada, assumindo um modo de “estar” no tempo mais permeado pela imposição do “fazer”.

A fala de Carolina, abaixo, também exalta o “não fazer nada” como algo prazeroso. Assistir televisão é uma atividade frequente atribuída ao tempo livre. Este é, segundo Parker (1976), uma forma de lazer mais passivo, ligada ao descanso, e que também reequilibra o organismo. No entanto, ressalta-se que, idealmente, os momentos de ócio proporcionam muito mais do que descanso, sendo necessário que se crie condições para que eles aconteçam. Quando se tem conhecimento a respeito da importância das experiências de ócio pode-se organizar e planejar a sua viabilização.

“Tempo livre pra mim é quando eu não faço absolutamente nada! É quando eu fico olhando pra parede, ou quando eu fico sentada em frente à televisão, sentada no sofá, ou quando eu vou pro salão fazer unha, fazer cabelo, ou quando eu posso ir passear no

shopping com alguma amiga... Também adoro sair com o meu marido... sem criança, tá, pra mim o tempo livre é esse.”(Carolina)

Este tempo de ócio, do tédio vivido sem angústia, que Kehl (2009) define como um tempo a ser preenchido pela fantasia, tão desvalorizado nos dias atuais, é uma experiência subjetiva das mais ricas, capaz de fornecer ao eu a sensação de que o tempo parou, justamente porque paramos de prestar atenção a ele. Esta sensação é o que possibilita a verdadeira recuperação das energias perdidas em nossas atividades diárias, é o que nos permite enfrentar os desafios da vida sem que nos percamos nela; é o que nos torna capazes de significar nossa própria vida.

Maria Luíza, a seguir, expressa o desejo de ‘tentar se resgatar um pouco’, se tivesse mais tempo:

“(...) então...eu acho que [se eu tivesse mais tempo livre] eu ia tenta resgatar o que é... tentar, tentar me resgatar um pouco, assim, ter mais tempo pra fazer as coisas que eu gosto, assim, que tem muito tempo que eu não consigo ler um livro, não sei o que que é estudar, sentar na minha mesa, pegar um livro e estudar...” (Maria Luíza)

Reconhecemos nesta fala uma necessidade do eu de se reconhecer em meio à velocidade imposta pelo ritmo de vida contemporâneo. Acreditamos que os frequentes relatos femininos sobre a angústia relativa à passagem veloz do tempo, alude a esta falta de sentido, ocasionada pela impossibilidade de viver as pausas. Esta angústia revela, então, uma “falta de si” que é comum na vida das mães. Ela também se expressa na fala de Roberta, a seguir:

“Eu sinto um pouco de falta da minha juventude, do meu tempo antes de ter o meu filho, eu até fico meio estressada de vez em quando. Eu poderia tá cuidando do meu corpo, poderia tá fazendo uma faculdade, isso dá uma certa angústia. Antigamente eu fazia tudo pra mim, hoje em dia eu tenho que fazer tudo pro meu filho, eu sou a mãe do Antônio, mas eu também sou eu, no tempo que sobra...e sobra muito pouco...(risos)” (Roberta)

Os cuidados com a saúde, frequentemente negligenciados em função da falta de tempo, ou da dificuldade de se colocar em primeiro lugar em sua enorme lista de tarefas, também ocupam o tempo livre da mulher. Andressa nos conta que passou suas últimas férias às voltas com médicos e exames:

“Nas minhas últimas férias eu aproveitei pra marcar todos os médicos que eu tinha que ir, dentista, tudo... e as férias acabaram e eu me vi presa com o tempo de novo, é hora de exame, hora de... tudo com hora marcada, aí agora nessas férias agora eu prometi pra mim mesma quer eu ia ficar de pernas pro ar, sentada no sofá, lendo um livro, que eu tô cheia de livro novo pra ler... e cadê que eu fiz isso... eu me enrolei com questões de família, trouxe meus sobrinhos pra cá, saí uma vez com o meu marido, mas nem me diverti, era show de rock... mas eu não fiz nada do que eu queria.”(Andressa)

O cuidado consigo deve preceder o cuidado com outros. Quando a sensação de obrigação com outros se torna contínua, não sendo permeada por momentos dedicados a si mesmo, o *eu* se enfraquece, empobrecendo também as possibilidades de troca afetivas. Aqui, mais uma vez, o segredo é o equilíbrio.

As falas de Silmara e Camila, abaixo, vêm corroborar o estudo de Brown, Brown, Miller e Hansen (2001) que apontou que mães com filhos pequenos tinham um desejo de se engajar em atividades de lazer mais físicas, porém encontravam restrições estruturais, como falta de tempo, dinheiro ou energia, assim como ideológicas - traduzindo-se em um forte senso de comprometimento com outros:

“Se eu trabalhasse menos eu teria possibilidade de ficar com eles de manhã e malhar à noite... eu estaria balanceando mais o meu tempo, mas no momento não dá. Eu gostava de caminhar ao ar livre, jogar vôlei na praia, coisas que eu não faço mais. Eu também

adorava hidroginástica. Assim quando eu resolvi ter filho, eu já sabia que algumas coisas iam mudar. Assim cê tem que saber que você vai perder algumas coisas, são escolhas, sabe... E é difícil, cê tem que estar bem pra administrar tudo. (Silmara)”

“Esse semestre eu coloquei como objetivo ter um tempo pra mim, meu, então a duras penas, eu tô, até porque eu preciso ter uma válvula de escape de estresse, porque senão, eu só tenho obrigação. Então eu me matriculei em dança, que eu adoro, me matriculei em um monte de tratamento estético, às vezes eu saio daqui correndo e vou pra dança nove da noite, ou então eu vou cedinho, antes de vir trabalhar, e é uma loucura, às vezes eu vou dormir meia-noite, mas eu tô me obrigando a ter esse tempo, primeiro porque é uma coisa prazerosa, segundo porque é uma válvula de escape.” (Camila)

Chama especialmente a nossa atenção na fala de Camila seu empenho em disponibilizar espaço na agenda para atividades para si, ainda que em horários austeros, sobrando tempo reduzido até mesmo para o sono, atividade fundamental de cuidado pessoal que recupera as energias do corpo e da mente.

Este relato confirma a centralidade do trabalho, que é em grande parte motivado pelo consumo, na vida dos indivíduos contemporâneos. Em um dia de 24 horas, com uma jornada de trabalho remunerado de 12 horas, sobram apenas 12 horas para atividades de cuidados pessoais, como banho, higiene, sono, além das atividades de trabalho não remunerado que incluem: 1) cuidados com os filhos, organização do material escolar, supervisionar os deveres de casa, levá-los para suas atividades extra-curriculares, médicos, etc; 2) serviços domésticos, como provisão de mantimentos, manutenção, lavagem de roupas, cozinhar, etc.

Desse modo, a atividade física, que seria um momento “para ela”, foi encaixada no horário das nove da noite, o que só foi possível graças ao auxílio da babá.

Camila relatou contar com auxiliares em casa, no entanto, pelo menos metade de nossas entrevistadas informou não contar com este serviço em bases diárias, porém em caráter eventual (como uma vez por semana).

Percebe-se, portanto, que o tempo “para si” só é conseguido às custas de organização e de uma rede de apoio. Como muitas não contam com esse apoio, o tempo “para si” acaba não existindo. Jussara, a seguir, também nos revela a alta disciplina temporal a qual se vê submetida:

“Eu acho que a gente tem que ter uma válvula de escape, eu precisaria fazer um exercício, mas não tem como, quem é que fica com a criança? Aí eu fico estressada, fico cansada, parece que eu tô carregando o mundo nas costas... eu já procuro aceitar que essa é a minha rotina, porque eu tenho que estar bem. Eu acordo às cinco da manhã e vou dormir às 9 da noite. Quando acontece de eu sair por algum motivo, ir a alguma festa, isso interfere diretamente na minha rotina de trabalho, porque eu chego muito mais cansada... aí eu já evito... eu deixo de fazer coisas que até poderiam ser legais, porque senão eu fico muito cansada.”
(Jussara)

O relato acima nos remete, então, à questão do trabalho remunerado, um tópico que consideramos de extrema importância na compreensão do sentimento de pressão de tempo experimentado pelas mulheres. Doze, do total das vinte mulheres entrevistadas gostariam, se pudessem, de trabalhar menos. Oito prefeririam passar menos tempo realizando tarefas domésticos, e uma, gostaria de passar menos tempo cuidando do filho. Estes resultados corroboram a percepção de Amato (2007), de que muitas mulheres trabalham muito mais por conta de necessidade do que de desejo.

Não há dúvida de que o trabalho é uma grande fonte de realização pessoal para a mulher contemporânea, porém não se pode desconsiderar o fato de que a tendência feminina a priorizar as necessidades dos filhos e da família torna o trabalho, muitas vezes, um fardo para ela.

A propaganda feminista que transmite a ideia equivocada de que se pode ter tudo, leva as mulheres a sacrificar-se a níveis extremos, a buscar excelência em todos os aspectos de suas vidas, desconsiderando completamente seu próprio bem-estar e saúde. A seguinte fala de Camila ilustra a questão:

“Eu te digo que se eu pudesse hoje, eu trabalharia menos ou pararia de trabalhar. Eu amo o que eu faço, mas como tem três filhos pequenos, e eu sempre trabalhei muito desde nova, eu acho que eu ia curtir. Eu tirei férias agora em julho... foi tão bom, acordar tarde... delícia...então se eu pudesse, eu ia tirar atividade, tirar trabalho, ficar mais em casa, dar oportunidade dos meus filhos ficarem em casa meio período que eles nunca souberam o que é isso, eles sempre ficaram o dia inteiro na escola. Eu acho que essas pesquisas todas da área de família vão acabar chegando à conclusão de que quem rasgou o sutiã, queimou, é odiada pelas mulheres do sec XXI.” (Camila)

De acordo com Paglia (2008), o feminismo contemporâneo errou ao supor que o mundo do trabalho, com seu ritmo intenso, fosse garantia de felicidade e satisfação a todas as mulheres, em todas as culturas. Este pensamento é corroborado nos dados analisados por Amato et al. (2007). Eles mostram que a percepção de que o trabalho interfere na vida íntima aumentou de 1980 para 2000, tanto para os homens quanto para as mulheres, notadamente quando há filhos pequenos em casa. O trabalho de meio expediente das esposas mostrou-se um arranjo mais satisfatório e menos estressante do que quando a esposa trabalhava em período integral ou quando ela não trabalhava.

A dessincronização das agendas de trabalho dos cônjuges com filhos pequenos também aumentou, entre 1985 e 1998, de acordo com Voorpostel, Van der Lippe e Gershuny (2010), prejudicando o tempo de convivência e de lazer dos casais, relacionando-se com uma baixa satisfação conjugal.

É certo que um equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional é desejável. O trabalho em meio período é uma saída bastante comum encontrada, sobretudo pelas mulheres, entretanto, se elas adotam esta

postura unilateralmente, sem incluir os homens, caem novamente em um modelo de relação onde dependem financeiramente dos maridos, ficando mais vulneráveis no caso de uma eventual separação. Assim, mais uma vez, ressaltamos a complexidade da organização do tempo da mulher e a necessidade do aprofundamento do debate acerca do tema na sociedade.

6.

Considerações finais

Nosso estudo buscou investigar a qualidade do tempo livre da mulher de classe média que tem filhos e está inserida no mercado de trabalho. A partir da análise dos dados que obtivemos, foi possível adquirir alguma compreensão acerca do tema e tecer as considerações que se seguem.

Corroborando achados de pesquisas anteriores, observamos que a qualidade do tempo livre das mulheres que participaram deste estudo não é satisfatória, não tendo se mostrado eficaz no sentido de fornecer os benefícios esperados de um tempo realmente livre.

Atravessado por valores do mundo do trabalho, como a produtividade e a eficiência, e por um forte senso de comprometimento com outros, o tempo livre destas mulheres adquiriu um sentido contínuo, exigindo uma prontidão que impede a experiência do tempo realmente livre.

A sensação de falta de tempo é sem dúvida um fenômeno contemporâneo que atinge a todos, homens e mulheres. No entanto, a queixa feminina em relação à falta de tempo constitui-se aqui no nosso objeto de interesse e análise.

A mulher, quando se torna mãe, assume uma relação nova também com seu tempo. Este, que já foi seu um dia, para fazer o que bem entendesse, se torna um amigo distante, que só a visita esporadicamente. O bebê, aquele pequeno ser que tanto dela depende, revela-se poderoso, e assim, ela lhe entrega não só a sua subjetividade, mas também o seu tempo. Essa doação, quase sempre, enche sua vida de sentido. E por isso se diz que o tempo das mães é um tempo de devoção.

Embora este movimento seja feito espontaneamente, a longo prazo, ele se mostra cansativo. Tendo sido influenciada por pressupostos individualistas, ela também almeja à realização pessoal, ao reconhecimento e à felicidade. Também deseja ser bela, ser admirada.

Iludida pela propaganda da mulher moderna multifacetada, acredita que pode conseguir tudo o que deseja, contanto que se esforce. Assim, corre para o trabalho, corre para a academia, corre para levar o filho ao dentista, ao judô, e mais um sem fim de atividades para, finalmente, chegar em casa e...organizar o jantar, a mochila da escola dos filhos, colocar umas roupas na máquina de lavar, dar atenção ao marido e, depois que todos vão dormir, ela se jogar no sofá da sala para assistir a um programa de televisão qualquer e lá adormece.

Este é um exemplo de um dia corriqueiro de uma mulher de classe média, que obviamente está sujeito a inúmeras variações. Entretanto ele revela diversos aspectos que julgamos relevantes para a compreensão da insatisfação feminina no que se refere ao tempo.

A fala “o meu tempo não é meu”, proferida por todas as entrevistadas, carrega significados importantes, segundo nossa análise. A ideia de que o tempo não lhes pertence só surgiu quando se tornaram mães. A despeito da dedicação ao trabalho remunerado, à casa e aos maridos, que já existia anteriormente, o que transformou em um nível mais profundo sua relação com o tempo foi a chegada da maternidade.

Tornar-se mãe representa abrir mão das próprias necessidades em função das necessidades do outro. Representa um exercício de generosidade. Este movimento, no entanto, revela-se tenso. De um lado, o exercício de doação tem o potencial de conferir significado à vida, abrindo novas possibilidades para o próprio ser. De outro lado, abrir mão do próprio desejo não é algo que esteja em conformidade com os ideais individualistas que atuam sobre os indivíduos contemporâneos. Esta tensão expõe duas forças antagônicas que incidem sobre a mulher, colocando-a diante de um conflito aparentemente sem solução.

Esta análise nos permite ainda entender as razões que levam ao empobrecimento do tempo livre da mulher que é mãe. Mesmo que ela consiga um tempo liberado das obrigações cotidianas, internamente, psicologicamente, ela não se libera. A forte conexão com os filhos, que leva-a a acreditar que seja a maior responsável pelo seu bem-estar, torna-a extremamente culpada por usufruir de um tempo só seu. Desse modo, possui dificuldade em “se desligar”, em se deixar levar por alguma

atividade prazerosa. Como disse uma de nossas entrevistadas, “ser mãe não tem hora pra acabar”. Curiosamente, houve quem nos relatasse que era mais fácil “relaxar” no trabalho do que em casa.

Quando a mulher vai para o trabalho, os arranjos para auxiliá-la nos cuidados com os filhos normalmente já foram feitos, então ela “transfere” temporariamente a responsabilidade para a escola ou para a babá, o que possui um efeito relaxante. Nesse sentido, o tempo passado no ambiente de trabalho pode se assemelhar ao tempo de lazer.

Conforme discutimos, o bem-estar possui relação direta com a possibilidade de se experimentar momentos de ócio, compreendido como um estado mental que não está sujeito ao tempo cronológico. A experiência do tempo distendido, na qual deixamos de perceber o tempo e nos absorvemos completamente em determinada atividade, fornece um sentimento de unidade que fortalece a nossa capacidade interna de lidar com as adversidades que a vida impõe.

Estar permanentemente disponível, ainda que psicologicamente falando, preso às atividades fatigantes da vida diária, abre o caminho à angústia e a estados depressivos na medida em que não haja possibilidade de se dispor de recursos internos para significar a vida.

Uma de nossas entrevistadas afirmou que não saberia o que fazer se tivesse algum tempo livre, tão acostumada que estava a não ter tempo. Esta fala levanta duas questões importantes: A primeira é que não ter tempo é praticamente um valor nas sociedades contemporâneas. Está relacionado a um sentimento de utilidade, de importância. As pessoas importantes não têm tempo. As pessoas bem sucedidas não têm tempo. Ter tempo, por outro lado, é quase um demérito, estando relacionado à ideia de fracasso. Ter tempo, em uma época em que a pressa é a regra, é praticamente uma inadequação. Isso nos mostra como nosso tempo foi colonizado pela lógica do trabalho.

A segunda questão importante, e também preocupante nesta fala, refere-se ao fato de que viver constantemente sem tempo afasta o indivíduo de quem ele é. Aparta-o do seu desejo, daquilo que é realmente a expressão do seu próprio ser, da sua individualidade. Esta é uma fala bastante depressiva. Como observou Oliveira (2003), a mulher

que tem família tem pouca chance de ficar sozinha, seu tempo é um tempo de respostas, onde sobra pouco espaço para as perguntas que quer fazer a si mesma, assim, vai ficando tão distante de si que, quando se encontra, nem se reconhece. Acreditamos que o segredo para o bem-estar consiste em buscar um equilíbrio entre momentos “para os outros” e “momentos para si”. Esta tarefa se mostra complexa para as mulheres.

Os homens, mais do que as mulheres, parecem encontrar saídas, mesmo em meio a rotinas de trabalho extenuantes, para se “esquecer” do tempo e se entregar a atividades “só suas”. Ao experimentar um tempo mais calmo, provavelmente tornem-se mais satisfeitos. Além disso, na medida em que o lugar “natural” do homem é o trabalho, estar em casa, para ele, significa descanso. Por mais que realize tarefas, estas não têm o “peso” de uma obrigação (Pylro e Rossetti, 2005).

Para a mulher, a casa ainda é seu lugar. A despeito das mudanças nas relações de gênero e do acesso pleno ao trabalho remunerado, a mulher ainda percebe a casa como um local aonde deve “dar conta” de uma série de obrigações. Assim, quando chega em casa após um dia exaustivo de trabalho, ainda se sente obrigada a continuar trabalhando. Algumas de nossas entrevistadas afirmaram utilizar os finais de semana para realizar tarefas que ficaram acumuladas durante a semana.

O discurso resignado frente às múltiplas demandas no lar e ao tempo de lazer “sagrado” dos homens reproduz e reforça estereótipos de gênero, bem como revela a hierarquia existente nos lares. As mulheres, ainda que observem a prioridade do tempo dos maridos em relação ao seu próprio tempo, não se sentem em condições de, ou não desejam reivindicar, de fato, mudanças. Assim, sua queixa permanece limitada ao discurso. Portanto, nossa pesquisa confirmou os achados de outros estudos que demonstram que o tempo da mulher é profundamente influenciado pelo tempo da família. Seu tempo de trabalho e de lazer são pensados a partir das necessidades não só dos filhos, mas também dos maridos e do lar.

No entanto, embora seja inquestionável que a dupla jornada de trabalho impede ou dificulta o acesso da mulher a momentos de lazer, colocando a necessidade da continuidade do debate sobre o tema,

existem aspectos relacionados à subjetividade feminina que se somam a outros, de cunho social, que não devem ser desconsiderados na análise da qualidade do tempo livre da mulher. Os aspectos subjetivos referem-se à dificuldade de se “desligar” das preocupações relacionadas, principalmente aos filhos, mesmo longe da sua presença; à resistência a abdicar do papel de supermãe, permitindo que o marido assuma também a responsabilidade pelos cuidados e atenção aos filhos; à culpa por experimentar momentos “só seus”, e à tendência, fruto da necessidade de afirmação da feminilidade da mulher, de aliar tempo livre a tempo para cuidados pessoais.

Os aspectos sociais que dificultam o desfrute de um tempo livre de maior qualidade estão ligados e à centralidade do trabalho, que é estimulada pelo crescente nível de consumo das famílias, à valorização do discurso da mulher multitarefa que pode ter “tudo”, e à noção de que *mais* é sempre melhor. Esta ideia de “mais” está ligada, em psicanálise, ao limite da castração, que é o que possibilita ao *eu* o reconhecimento de si, apartado do olhar do “Outro”, tornando-o senhor do seu próprio desejo. Escolher é, então, um amadurecimento do *eu* em relação ao seu desejo. Assim, escolher “tudo” revela justamente a imaturidade do eu (Kehl, 2009). Esta imaturidade, segundo Lipovetski (2004), é incentivada pelo mercado de consumo que se apropria dos desejos dos indivíduos contemporâneos, reciclando-os constantemente.

Assim, na medida em que a mulher consiga se livrar destas demandas do “outro”, ela poderá instituir suas prioridades a partir do seu próprio desejo; e através do reconhecimento deste desejo, que é único, ela experimentará a satisfação que advém do contato íntimo consigo. E isso transformará também sua relação com o tempo.

Abrir mão do lugar de supermãe, e permitir que o pai assuma funções relacionadas ao cuidado com os filhos, é justamente o que significa a importância de aceitar limites. “Querer tudo” é ter (ou desejar ter) um emprego que consome várias horas por dia sem aceitar perder o posto de “rainha do lar”. E isso significa também menos acesso a momentos realmente livres.

Faz-se necessário, portanto, que se discutam as representações de gênero tradicionais que fortalecem o discurso da natureza distinta de homens e mulheres, e imputam o doméstico ao feminino. A divisão mais igualitária de tarefas domésticas e o compartilhamento de preocupações permitem à mulher experienciar um tempo livre de maior qualidade.

Não se pode desconsiderar também o peso do mundo do trabalho, organizado a partir do tempo “masculino”, um tempo do “fazer”, do “construir”, do “produzir”. Acreditamos ser necessário que se busque uma “sintonia” entre os tempos para produção e reprodução social, a partir, como discute Oliveira (2004), do reconhecimento da importância das atividades não-remuneradas realizadas no âmbito doméstico, que, vale salientar, contribuem intensivamente para a organização social e econômica do próprio sistema capitalista. Isso significa também perceber que o tempo social não pode ser subordinado ao tempo econômico, mas regulado em função da necessidade de tempo das famílias. “Mais” trabalho remunerado, “mais” conquistas, “mais” consumo, podem não ser a chave para o bem-estar nem de mulheres nem de homens.

Nesse sentido, pode-se falar em um resgate do “feminino” como uma espécie de energia associada à contemplação, à reflexão e à intuição, que torna possível uma relação mais tranquila e prazerosa com o tempo. Esta energia feminina parece faltar ao viver acelerado de homens e mulheres contemporâneos. Resgatá-la é, sobretudo, uma questão de saúde.

Neste estudo nos limitamos a analisar a percepção das mulheres acerca do tempo devido à importância de se explicitar e discutir os impactos da dupla jornada de trabalho na sua qualidade de vida. Acreditamos, contudo, que futuras pesquisas acerca do tempo sob a perspectiva de gênero deverão incluir o ponto de vista masculino, com o objetivo de enriquecer ainda mais o debate.

7.

Referências Bibliográficas

AMATO, P. **Alone together: how marriage in America is changing**. Boston: Harvard University Press, 2007.

AQUINO, C. e MARTINS, O. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Rev. Mal Estar Subj. V. 7 n.2 Fortaleza, set. 2007.

ARÁN, M. “A singularização adiada: o feminino na civilização moderna”. In: BIRMAN, J.(org.) **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

_____. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea**. Rev. Est. Fem. Vol.11, n 2, 3003. Florianópolis.

ARAÚJO, C. e SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Um é o outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BENJAMIN, W. (1936). “O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Magia e técnica arte e política: Obras escolhidas de W. Benjamin**. v. 1, 11ª ed. Brasiliense. (2008)

BERGSON, H. (1896). **Matéria e memória**. São Paulo, Martins Fontes. (2006).

BERTELLI, E.; TUMELERO, S.; LAZARIN, S. M. ““A vida como ela é”: gênero, trabalho e família”. In: **Diásporas, diversidades, deslocamentos**. Fazendo gênero 9, 2010.

BIANCHI, S.; ROBINSON, J.; and MILKIE, M. **Changing Rhythms of american family life**. New York: Russel Sage Foundation, 2006.

BITTENCOURT, M. I. G. F. . **Reflexões sobre o tempo - instrumentos para uma viagem pelo ciclo vital**. Psyche (São Paulo), São Paulo, v. ano IX, n. vol 15, p. 93-104, 2005.

BITTMAN, M. and WAJCMAN, J. "The rush hour: the character of leisure time and gender equity". In: **Social Forces**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2000.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Elos/Ed. Perspectiva, 1979.

BRUSCHINI, C. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** Rev. bras. estud. popul. [online], São Paulo, v.23, n°2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

_____. **Um é o outro; relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

COSTA, A. et al. (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CSIKSZENTMIHALYI, M. (1992) **A psicologia da felicidade**. São Paulo, Saraiva.

_____. **A descoberta do fluxo: a psicologia do envolvimento com a vida cotidiana**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

CYRINO, R. **Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan./jun. 2009, p.66-92

DALY, K.J. "Deconstructing family time: from ideology to lived experience." **Journal of Marriage and Family**, 2001, 63, 283-294.

_____. "Family theory versus the theories families live by." **Journal of Marriage and Family**, 2003, 65, 771-784.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: Almeida, A. M. (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 115-136, 1987.

DATAFOLHA. **Família brasileira: retrato falado**. Out./2007, Folha de São Paulo.

- DEDECCA, C. "Tempo, trabalho e gênero". In: Costa, Ana et al. (Orgs.). 2004. **Reconfiguração das relações de gênero e trabalho**. São Paulo: CUT Brasil pp.21-52
- DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid, España: Tecnos, 1966.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. (R. M. Vieira, trad.). São Paulo: SESC, 1980.
- DUMONT, L. **Homo Hierarchicus**. Paris: Gallimard, 1979.
- _____. **O individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURÁN, M. "The future of work in Europe: gendered patterns of time use". In **European Commission, Gender Use of Time — Three European Studies**, Luxemburgo, Office for the Official Publications of the European Communities, 2000. pp. 77-138.
- DURHAM, E. "Família e reprodução humana". In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- FISHER, R. M. B. "Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV". **Estudos feministas**, 599, v.2, 2001
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Atlas, 1993.
- GILLIGAN, C. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- GOODRICH, T.J., RAMPAGE, C., ELLMAN, B. & HALSTEAD, K. **Terapia feminista da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARRINGTON, M. & DAWSON, D. **Who has it best? Women's labor force participation, perceptions of leisure and constraints to enjoyment of leisure**. *Journal of Leisure Research*, 27(1), 4-24, 1995.

HEILBORN, M.L. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HENDERSON, K., & HICKERSON, B. **Women and leisure: Premises and performances uncovered in an integrated review**. *Journal of Leisure Research*, 2007, 39, 591-610.

HENRIQUES, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. **Trabalho e Família: O prolongamento da convivência familiar em questão**. FFLRP-USP. *Paidéia*, 2006, 16 (35), 327 – 336.

I.B.G.E. “Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho”. Em: **Pesquisa mensal de emprego**, Rio de Janeiro, 2008.

I.B.G.E. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em www.ibge.gov.br.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. “Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca.” In: T. FÉRES-CARNEIRO (org) **Família e casal. Arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003.

JOHNSON, A. **Families of the forest: the Matsigenka indians of the Peruvian Amazon**. California: University of California Press, 1978.

KAUFFMANN, J.C. (1996). **L’Entretien Compréhensif**. Paris: Armand Colin, 2007.

KAMEI, H. **Flow: o que é isso? Um estudo psicológico sobre experiências ótimas de fluxo na consciência, sob a perspectiva da psicologia positiva**. São Paulo, Catálogo USP, 2010.

KEHL, M. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LASCH, C.(1977) **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e terra,1991.

LEVINE, R. (1945) **A geography of time: the temporal misadventures of a social psychologist, or how every culture keeps time just a little bit differently**. New York: Basic Books, 1997.

LIPOVETSKY, G. **Tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

_____. **O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

MARTINS, J. **Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre** Licere (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), 2008, v. 11, p. 1-15.

MATTINGLY, M. & BIANCHI, S. "Gender differences in the quantity and quality of free time: the US experience". In: **Social Forces**. The University of North Carolina Press, 2003.

MERCURE, D. **Les temporalités sociales**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

MEYERSON, R. "Leisure". In A. Campbell, org., **The human meaning of social change**. New York: Russel Sage Foundation, 1972.

MÜLLER, F. **Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalhos e resistências**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MÜLLER, F. . "O que professoras e crianças manifestam sobre trabalho e resistência na Educação Infantil?". In: **XII Endipe - Encontro Nacional de didática e Prática de Ensino**, 2004, Curitiba. Conhecimento local e conhecimento universal, 2004. p. 1110-1121.

NEUBERT, L. & AGUIAR, N. A relação entre gênero e o tempo de lazer entre os indivíduos economicamente ativos na capital mineira. In: Diásporas, diversidades e deslocamentos, 2010, **Fazendo Gênero**, 9.

NUNES, S.A. "O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade". In: BIRMAN, J. (Org.). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

OKIN, S. "Gender, the public and the private" In: Phillips, A. **Feminism & Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1998, p.116-141.

OLIVEIRA, R. (1991). **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

PAGLIA, C. **Ela tem razão**. Entrevista, Revista Claudia, nº 11, ano 47. São Paulo: Abril, 2008.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

PINHEIRO K., RHODEN, I, MARTINS, J. **A experiência do ócio na sociedade hipermoderna**. Rev.Mal-Estar Subj. v.10 no.4 Fortaleza, 2010.

PYLRO, S. & ROSSETTI, C. **Atividades lúdicas, gênero e vida adulta.** Psico-USF, v. 10, n. 1, p. 77-86, jan./jun.(2005)

RAMOS, D. **Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero.** Rev. Est. Fem.[on line], 2009. v.17 n.3, PP.861-870.ISSN 0104-026X.

REQUIXA, R. **As dimensões do lazer.** (Caderno de lazer, doc.1). São Paulo: SESC, 1976.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. “Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho”. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

ROBERTS, K. **Leisure in contemporary society.** 2nd ed. Wallingford, UK: Cabi, 2006.

ROBINSON, J. P. and GODBEY, G. **Time for life – The surprising ways americans use their time.** Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

ROSSI, M. **Kairós.** São Paulo, Globo, 2013.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUSSELL, B. **O elogio do ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SAFRA, G. . **Desvelando a memória do humano: O brincar, o narrar, o corpo, o sagrado, o silêncio .** 1. ed. São Paulo: Edições Sobornost, 2006, v. 1. p.80.

_____. “O tempo e o gesto criativo”. In: **A po-ética na clínica contemporânea.** São Paulo, Idéias e Letras, 2004, p 75-86.

SAMARA, E. M. **A família Brasileira.** 4^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCHOUTEN, M. & ARAÚJO, E. (2012). “O tempo livre em família : uma abordagem de gênero”. In: **Sociedade, Crise e Reconfigurações.** Portuguesa de Sociologia, 2012. <http://hdl.handle.net/1822/22817>

SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHAW, S. **Gender, leisure and constraint: Towards a framework for the analysis of women's leisure.** Journal of Leisure Research, Vol 26(1), 1994, 8-22.

SIMMEL, G. **Philosophie de la modernité: la femme, la ville, l'individualisme.** Saint-Amand-Montrond: Éditions Payot, 1989.

SINGLY, F. (2007). **Sociologia da família contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOUTHERTON, D. (2003) "Squeezing time': Allocating practices, coordinating networks and scheduling society." In: **Time & society.** SAGE;12;5. Disponível em: <http://www.sagepublications.com>

THERBORN, G. **Sexo e Poder – A família no mundo: 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

THIESSE, A. "Organização do lazer dos trabalhadores e tempos roubados (1880-1930)". In: **História dos tempos livres. O advento do lazer** (p. 363-392). Lisboa: Teorema, 2001.

TOSCANO, M. & GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VERNON, V. **Marriage: for love, for money...and for time?** Rev Econ Household. Springer Science+Business Media, 2010.
DOI 10.1007/s11150-009-9086-1

VOORPOSTEL. M., LIPPE. T. & GERSHUNY, J. **Spending Time Together – changes over four decades in leisure time spent with a spouse.** Journal of Leisure Research, 2010. Vol. 42, No.2, pp. 243-265
National Recreation and Park Association

Anexo 1

Roteiro das entrevistas

Uso do tempo.

Concepção de tempo livre para você.

Descrição do tempo livre.

Outras possibilidades de uso do tempo livre.

Atividades em que gastaria menos tempo.

Satisfação com o tempo livre disponível.

Percepção sobre o tempo disponível para realizar o que precisaria/gostaria de fazer.

A experiência da maternidade e a relação com o tempo.

Anexo 2

Termo de consentimento livre e esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Psicologia

Título da pesquisa: “A vida sem pausas: um estudo sobre a experiência do tempo livre da mulher contemporânea”

Autora: Tatiana Charpinel Pereira D’Elia

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

Com este trabalho de pesquisa pretendemos compreender melhor como o tempo livre é percebido e utilizado por mulheres de classe média carioca, que têm filhos e estão inseridas no mercado de trabalho.

A pesquisa é realizada a partir de respostas a um questionário, permanecendo sob a responsabilidade dos pesquisadores todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial, portanto sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interrompê-la quando assim desejar; fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou se manifestar sobre assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Com sua adesão, você estará contribuindo para conhecermos mais sobre a percepção e o uso do tempo hoje.

Assinando este formulário de consentimento, você estará autorizando os pesquisadores a utilizar, em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas, sendo preservada sua identidade.

Tendo lido os esclarecimentos sobre a pesquisa acima mencionada, autorizo os pesquisadores a utilizar os dados obtidos com minhas respostas em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada a minha identidade.

Assinatura do Participante

Anexo 3

Ficha Biográfica

Data da Entrevista:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Idade:

Número de filhos:

Idade (s) do (s) filho (s):

Escolaridade:

Ocupação/Profissão:

Jornada de trabalho (diária):